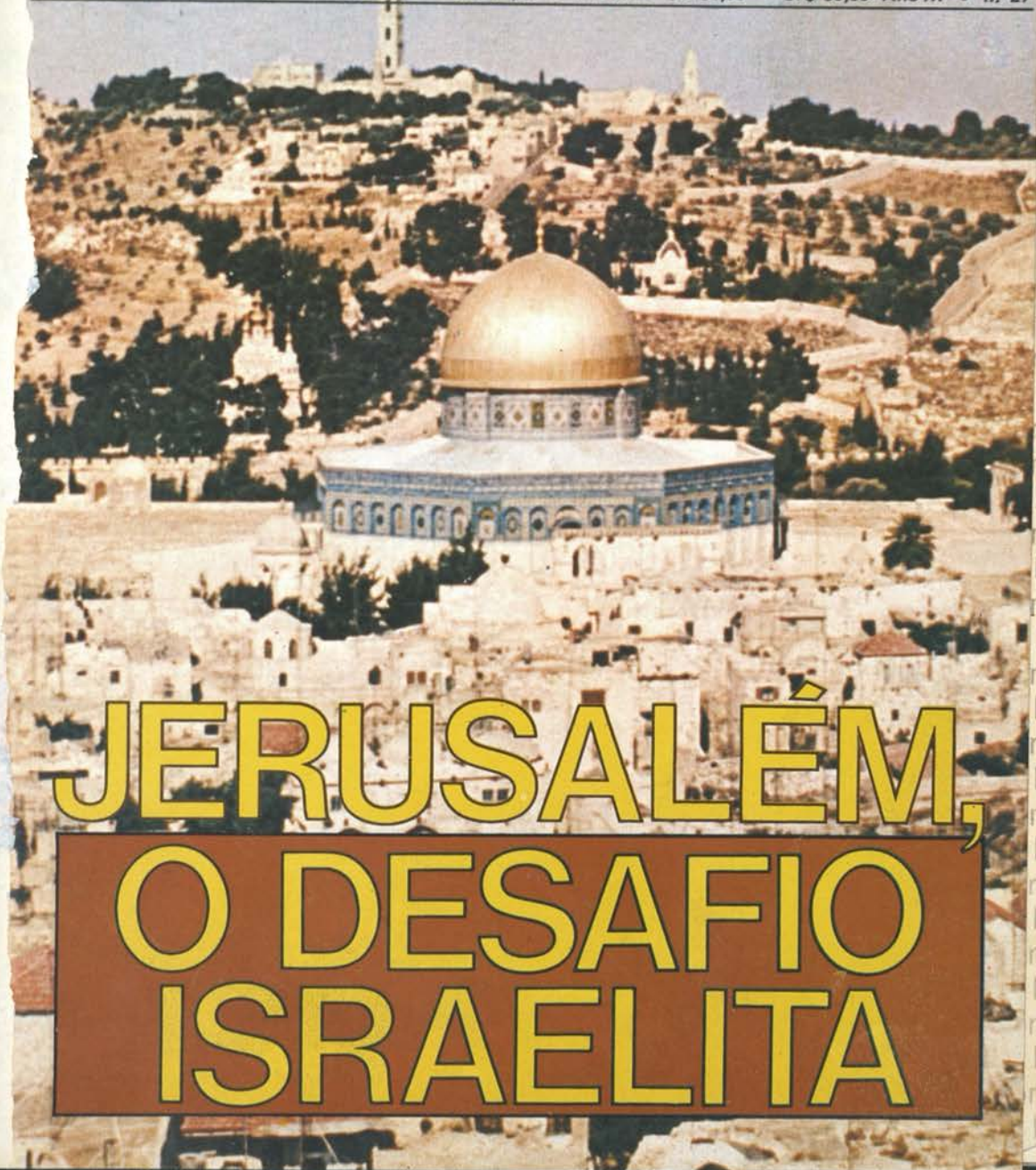


cadernos do

terceiro mundo

**Brasil:
os japoneses
querem ocupar
o cerrado**

Setembro • 1980 Esc. 60\$00 • Kz 60,00 • MT 60,00 • PG 60 • CV 60,00 • Cr\$ 80,00 Ano III • nº 27



JERUSALÉM, O DESAFIO ISRAELITA

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

Palestina, longos anos de observação

A ideia de se fazer uma grande reportagem sobre os palestinos não é nova. Durante repetidas passagens de Neiva Moreira e Beatriz Bissio pelo Médio Oriente, a ideia renovava-se; os vivos contactos com a cultura e os problemas sócio-político-económicos dos palestinos abriam perspectivas não só para uma grande matéria jornalística, mas também para uma manifestação editorial, a nível internacional, de apoio, solidariedade e justiça à causa desse povo sem pátria.

Não poderia haver momento melhor para se falar dos palestinos, depois da decisão onipotente de Begin declarando a cidade de Jerusalém como «a capital eterna e indivisível de Israel». Todas as observações realizadas durante longos anos cristalizaram-se com as entrevistas, visitas aos acampamentos, contactos com esse povo feitos pelos nossos reporteres. O resultado fica nas 40 páginas deste número dedicadas ao assunto, que constitui matéria de capa.

A reportagem deixa-nos três marcantes impressões: a determinação de um povo que jamais se sentirá derrotado sem que tenha atingido todos os seus objectivos, a riqueza cultural e o estigma da tradição travando a emancipação da mulher palestina. Tudo é muito explosivo no Médio Oriente e a guerra, com os seus requintes de crueldade, esconde, ou pelo menos reduz a um plano secundário, diversas questões culturais que se colocam no dia-a-dia de um povo em busca da sua libertação nacional. As mulheres, por exemplo, consideram que a sua emancipação está intimamente ligada à vitória palestina. Apesar de já terem avançado bastante, reconheça-se que é realmente muito difícil modificar tradições milenares que incidem sobre o sexo feminino. Uma luta importante no seio da sociedade palestina — é a nossa opinião — é a da vice-presidente da União Geral das Mulheres Palestinianas, May Sayeh. Poderíamos falar de inúmeros aspectos diferentes e importantes da vida dos palestinos inseridos neste

número: a educação das crianças, a arte e até mesmo uma autogestão económica; gostaríamos, contudo, de destacar a entrevista com Shafik El-Hout, membro do Conselho Nacional Palestino, sob o título «OLP, as bases de um novo Estado».

No continente africano, destaque para a luta pela independência na Eritreia, onde um dirigente da FLE (Frente de Libertação da Eritreia) nos afirma que pela força o seu povo jamais será submetido pela Etiópia. No entanto, a solução pacífica desse velho conflito no continente parece prejudicada após a cedência por parte da Somália da base de Berbera ao imperialismo norte-americano.

A senhora Manto Tshabalala, secretária da Saúde do African National Congress (ANC), da África do Sul, define para os leitores dos cadernos a etapa actual da revolução no seu país, e a forma como se está a ampliar a luta, com a incorporação de todo o povo sul-africano oprimido pelo injusto regime social, económico e político — o apartheid — na batalha pela conquista da libertação nacional.

Sobre o Brasil não poderíamos deixar de falar das desesperadas manifestações da direita, distribuindo bombas por bancas de jornais ou em instituições democráticas empenhadas no regresso das garantias individuais do cidadão. A penetração das multinacionais na região do cerrado brasileiro é denunciada pelo deputado do PMDB, Hélio Duque, economista que se tem dedicado ao estudo da problemática do seu país.

Na América Latina, continuamos a observar e a analisar o golpe boliviano, que até hoje não conseguiu ainda estabilizar-se completamente no poder. Do interior daquele país, o nosso colaborador Renato Andrade enviou-nos mais uma crónica onde nos dá conta que o povo sob a direcção de Siles Zuazo continua a resistir. Finalmente na Ásia, a situação política do Kampuchea é analisada detalhadamente no contexto do sudeste asiático, que vive ainda momentos de grande tensão.

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação Mensal — N.º 27 — Setembro de 1980

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados

Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

Darci Ribeiro, Juan Somavía, Henry Pease Garcia, Aquino de Bragança e Wilfred Burchett

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA PORTUGAL, ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE.

Composição e Montagem: *Renascença Gráfica S.A.R.L.*

Impressão e Acabamento: *Gráfica Europam Lda.*

Tiragem desta Edição: 37.000 exemplares

— REPRESENTAÇÕES

Angola: *Luís Henrique*

Moçambique: *Etevaldo Hipólito*

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA O BRASIL

Editor e Director: *Neiva Moreira*

Director Administrativo: *Altair Campos*

Secretário de Redacção: *Nilton Caparelli*

Representante em Brasília: *Clóvis Sena*

Representante em S. Paulo: *Paulo Canabrava Filho*

Arte: *David Gomes Araújo* (Editor)

Administração: *Mauro Fernando de Sousa*

Publicidade: *Jesus Antunes*

Documentação e Arquivo: *Maria Goretti Aires*

Propriedade: *Editora Terceiro Mundo, Lda.*

Redacção e Sede da Administração: *Rua da Lapa, 180, Sobreloja A*

CEP 20021 Rio de Janeiro

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: *Roberto Remo*

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL, AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Gerente Geral: *Gerónimo Cardoso*

Propriedade: *Periodistas del Tercer Mundo A. C.*

Calle San Lorenzo 153, 4.º piso

México Df.

BOLÍVIA, CHILE, COLÔMBIA, EQUADOR, PERU E VENEZUELA

Propriedade: *DESCO*

Centro de Estudios y Promocion del Desarrollo

Av. Salverry 1945, Lima

— EDIÇÃO EM INGLÊS PARA OS USA, CANADÁ, EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA DO TERCEIRO MUNDO

Editor: *Fernando Molina*

Editor Consultivo: *Cedric Belfrage*

Apartado Postal 20-572

México 20 DF

DISTRIBUIDORES: ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito. Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMA: Librería Cultural Paramena, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPUBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S.TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

- 6 **Editorial:** Só a estrela de David brilha sobre Jerusalém

Matéria de capa: Jerusalém, o desafio israelita

- 8 O desafio da anexação, *Neiva Moreira*
16 Os sionistas ocupam a Cidade Santa, *Dina Nascetti*

Especial – Um povo sem Pátria

- 20 Os Palestínianos, *Beatriz Bissio*
22 OLP: as bases de um novo Estado
30 Mapas históricos da Palestina
32 A História desde os cananeus
34 Quem são e onde estão os palestínianos
38 Uma visita aos campos de refugiados
40 A batalha pela auto-suficiência
43 O Lar
44 A mulher, entre a tradição e a resistência
48 As crianças na Revolução, *Nádia Kalime*
52 Cinema, uma arma política

Asia

- 54 Kampuchea: A tensão no Sudeste Asiático, *M. Venugopala Rao*

Africa

- 58 Angola: Petróleo: uma política independente, *Luís Henrique*
61 Moçambique: «Pamberi ne Chimurenga», a Zanu saúda Samora Machel, *Etevaldo Hipólito*
66 África do Sul: Sasolburg não será a última vez, *Maria Fialho/Sus Van Elzen*
70 Mauritânia: O alto preço de um grave erro, *Said Madani*
73 Eritreia: A inviabilidade da solução militar, *Mohamed Salem*
76 Bérbera: «Quero-quero's operation»

- 78 Panorama Tricontinental

América Latina

- 86 Bolívia: O isolamento de García Meza, *Renato Andrade*
O Pacto do Cone Sul, entrevista com a viúva do general Torres
90 Brasil: A Abertura ameaçada, *J. Kappa*
Multinacionais: o perigo também vem do Oriente, *Hélio Duque*



os palestinos



Siles Zuazo falando à imprensa



Correio do leitor

(...) agora, com o Zimbabwe livre, por que não fazem uma reportagem sobre esse país vizinho e irmão?

Oscar F. Silva
Maputo — Moçambique

(...) venho rectificar uma informação da edição de Julho do corrente ano. No lançamento da revista no ABI, foi apresentada uma cena do Grupo Rodaviva, Teatro Metalúrgico, único grupo teatral do Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A cena faz parte da criação colectiva **Nós não usamos terno e gravata**, sendo o grupo formado por operários que além de representarem, compuseram a música, para além de colaborarem no script. A cena vista na ABI é da autoria de um operário metalúrgico.

Bárbara Arruda
Rio de Janeiro — Brasil

A revista (...) é um instrumento essencial para a educação dos movimentos políticos e revolucionários do país (...) na medida em que se divulguem experiências onde povos que viviam em condições económico-sociais mais atrasadas que no Brasil estão encontrando as vias para a libertação.

Editora Ciência, Cultura e Política Lda.
São Paulo — Brasil

(...) Gostaria de ver nos «Cadernos do Terceiro Mundo», uma secção dedicada à história revolucionária travada no Terceiro Mundo, pela sociedade justa que todos os povos, consciente ou inconscientemente, pretendem.

J. Ferreira
Vila Real — Portugal

Sou leitor assíduo da vossa revista mas infelizmente nem sempre consigo obter os números ainda «frescos», pois sempre os adquiro através de terceiros. Há que notar que nas minhas condições se encontram outros milhares de leitores que muito gostariam de uma maior regularidade na obtenção da revista cá na URSS, em português, espanhol, francês ou inglês.

Estudante moçambicano
Leninegrado — União Soviética

(...) Gostaria de me corresponder com jovens portugueses e de outros continentes para troca de amizade, etc.

André Códia Nicolau
C.P. 751 Uíge — R.P. de Angola



(...) Sou jovem angolano de 20 anos de idade; desejaria corresponder-me com jovens portugueses com idade compreendida entre os 16 e 22 anos de idade, para troca de postais e impressões de amizade.

Albino Sapalo
Centro Coordenador Escolar Municipal do Kuhemba
Bié — Cuemba — R.P. de Angola

(...) Desejo corresponder-me com jovens portugueses e não portugueses de ambos os sexos para troca de amizade sincera, postais, selos, discos e fotos.

Benjamin Manuel Miúdo
Ao c/de Manuel Miúdo
C.P. n.º 15 Dundo — Diamang
Lunda — Norte — R.P. desAngola

(...) e creio que seria interessante tratar com maior regularidade (talvez até como uma rubrica) os problemas das mulheres do Terceiro Mundo, que se apresentam tão diferentes dos nossos, mas ao mesmo tempo com matizes comuns.

Ana Paula de Oliveira
Lisboa — Portugal

(...) penso que deveriam conceder maior espaço e regularidade na publicação de rubricas de carácter cultural. Os povos do Terceiro Mundo possuem de facto uma cultura muito rica que é infelizmente pouco conhecida no resto do mundo.

Bernardo Martins
Lagos — Portugal

(...) Embora tenha havido modificações sensíveis, para melhor, na revista, quer no que diz respeito ao conteúdo, quer no que se refere à apresentação, penso que há que rever certos aspectos. Entre eles destaca-se a falta de regularidade no aparecimento dos cadernos ao público. Por outro lado, por que não pensar-se na melhoria de qualidade das fotografias e, até, na utilização da cor?

André B. Correia
Porto — Portugal

EM 10 LIÇÕES

a colecção dos
livros práticos que
deve ter em sua casa



À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS



Publicações Europa-América
Ap. 8 - 2726 Mem Martins Codex Portugal

1945 - 1980
35 ANOS AO SERVIÇO
DO LIVRO

Só a estrela de David brilha sobre Jerusalém

A O anexar formalmente Jerusalém como «capital eterna e indivisível da nação hebraica», o poder israelita nada mais fez do que seguir a implacável lógica do ocupante, ao mesmo tempo que mostrava ao mundo o real conteúdo dessa lógica. A partir desse acto de força, que é em si uma nova prova do seu desprezo pelos direitos naturais do povo palestino, o governo do Primeiro-Ministro Menahem Begin lançou um desafio à comunidade internacional, que pode, em traços gerais, ser assim resumido: a intenção de se construir um grande Estado israelita como potência soberana de todos os judeus deve ser admitida e respeitada, ao mesmo tempo que os anseios dos palestinos em recuperar a sua pátria devem ser ignorados e negados.

Se bem analisado, nada há de novo nesse desafio bem como na anexação da antiga Jerusalém. Ele é a essência do sionismo, que adquire com o actual chefe de governo israelita a sua expressão mais crua, compartilhado aliás — à excepção de alguns detalhes — pelos seus opositores trabalhistas. E no que respeita à legislação sobre Jerusalém, ela é a consagração de um «direito» de uma situação de facto sobre uma cidade que sofre a mesma sorte de todos os outros territórios ocupados; cidade que é também um símbolo, não apenas para uns quantos milhões de judeus, mas também para mais de setecentos milhões de muçulmanos e para mais de novecentos milhões de cristãos.

A pretensão de que esta cidade (que cristãos e muçulmanos consideram santa e meta das suas peregrinações, da mesma forma que para os crentes judeus) fique sob controlo dos sionistas, é contrária às aspirações das duas maiores religiões do mundo. Essas aspirações

consistem no livre acesso a Jerusalém, assim como garantias para o culto nos locais e templos que consideram sagrados. Isso explica em parte a repulsa que teve o acto anexionista, que é apenas parte de todo um programa de ocupação que, paradoxalmente, foi estimulado pela política de «boa vizinhança» do presidente egípcio Anwar Al Sadat e pelos acordos de Camp David.

Essa evidência produziu importantes efeitos: um maior isolamento de Sadat na região árabe, a virtual constatação do fracasso da mediação norte-americana quando o presidente Carter luta pela sua reeleição e a maior acção de repúdio que Israel já recebeu da comunidade internacional. Neste último aspecto destaca-se a posição das Nações Unidas, que convidaram o regime de Telavive a retirar-se de todos os territórios ocupados, aprovada pela esmagadora maioria de 112 votos, com 7 países contra e 24 abstenções. Resta dizer que o golpe-de-mão sobre Jerusalém deu-se num contexto expansionista de Israel, cujo governo reafirmou a política de estabelecimento de colonatos nos territórios ocupados.

No seu debate com Sadat, Begin assegurou que todos os colonatos instalados nos territórios ocupados são legais, legítimos e «parte integrante da nossa segurança». E as perspectivas são ainda mais inquietantes: a deputada Gueoula Cohen, que promoveu no knesset (parlamento israelita) a lei que «unificava» Jerusalém, já anunciou que apresentará um projecto para a anexação definitiva do Monte Golan, arrebatado à Síria durante a guerra. E «o duro entre os duros» do governo, o ministro da Agricultura e general Sharon, sugeriu «a rápida implantação de colonatos

na Cisjordânia para que se crie uma situação irreversível».

Esses factos revelam o alcance do projecto de Beguin. Trata-se de levar às últimas consequências a absorção pelo Estado israelita de todos os territórios ocupados na guerra de 1967, com excepção do Sinai. É uma marcha forçada para a construção do Grande Israel e a modificação do mapa do Médio Oriente, segundo a dimensão da ambição sionista. No meio de todos esses avanços, que sentido pode ter o facto de se fingir que é possível um diálogo com Israel para se alcançar a convivência de árabes e judeus na região e também condições para a negociação da «autonomia» palestiniana na Cisjordânia e em Gaza?

A resposta é nenhum. O próprio ditador egípcio viu-se forçado a suspender as discussões com Telavive, com protesto retórico à atitude israelita. E fê-lo através de uma curiosa carta enviada a Beguin — e divulgada em meados de Agosto — na qual afirma que «não seria cortês nem justa a imposição deste problema ao nosso amigo e interlocutor, o presidente Carter, num momento em que ele tem outras preocupações, obviamente mais prementes.»

Com essa alusão cheia de servilismo pró-imperialista, Sadat procura ganhar tempo, situando o próximo passo a ser dado para depois das eleições norte-americanas de Novembro, á espera de ver que ventos soprarão da Casa Branca.

A reacção de Sadat não causou qualquer inquietação em Telavive, onde foi dito, officiosamente, que era compreensível que o general Sadat procurasse salvar a sua cara: «os seus gestos mais duros não devem ser interpretados à letra, pois quando chegar o momento ele voltará ao caminho das negociações».

Esta segurança israelita não é de estranhar. Sadat queimou os seus navios e seria muito difícil voltar atrás. Romper com Israel significaria reconhecer que toda a sua diplomacia regional foi um fracasso histórico. Seria como que assinar com a sua própria mão a acusação de ter traído a causa palestiniana, bem como a de ter dividido a nação árabe sem nenhuma possibilidade de conseguir o que se propôs fazer.

Mas, pondo de lado o aspecto diplomá-

tico, a chave da atitude israelita reside no Sinai, uma vez que a devolução ao Egipto só se completará em 1982. E também porque existe a convicção de que a dureza verbal de Sadat não resultará em ruptura. É facto conhecido que os israelitas não devolverão o Sinai ao Egipto sem que tenham previamente garantias de um comportamento favorável do seu vizinho. E é por isso que, como que em réplica à decisão de Sadat de suspender o diálogo, se está a formar, no seio da maioria parlamentar e do próprio governo israelita, um movimento de opinião a favor de que não se complete a evacuação se as negociações forem bloqueadas.

Na verdade, para além das ocas proclamações de solidariedade de Sadat, o seu interesse concreto e unilateral está na recuperação do Sinai, o que é utilizado pelos israelitas para imporem as suas condições no jogo.

Desse trágico episódio, que culmina na declaração sobre Jerusalém e com as interrupções das negociações sobre o destino do povo palestiniano por governos que lhe são alheios, pode-se dizer, pelo menos, que existe o mérito de se ter tornado transparente aquilo que antes já era claro. É por isso que até os governos árabes conservadores, que na verdade desejariam o êxito de Camp David e a garantia da tutela norte-americana sobre a região, elevaram o tom de voz e reprovaram severamente a atitude de Sadat.

É evidente que esta posição está longe daquela em que as agressões sionistas sejam adequadamente contestadas pelo conjunto dos povos árabes. Conforme afirmava o presidente do Iraque, Sadam Hussein, «se os árabes tivessem dado aos palestinianos metade do que aqueles pedem, há muito que eles já teriam recuperado as suas terras».

Na verdade, o eixo Cairo-Telavive encontra-se no maior isolamento. Concretamente a situação geral pode ser resumida da seguinte maneira: Israel demonstrou que pode aplicar a sua política de facto consumado e prosseguir o seu expansionismo. Mas, na medida em que o faz, põe entre a espada e a parede o seu interlocutor egípcio e desfaz os entendimentos feitos em Camp David, sem que para isso deixe uma alternativa pacífica. A própria potência sionista força os árabes a utilizar a guerra como único meio de resolução da questão palestiniana.



Jerusalém: o desafio da anexação

A decisão unilateral israelita revoltou os árabes e os muçulmanos em geral, irritou os antigos aliados ocidentais de Israel e acelerou o isolamento internacional do governo de Telavive. Mais do que isso: sofreu a condenação de sectores judeus que não se sentem comprometidos com o projecto da direita sionista.

Neiva Moreira





POR 14 votos a zero, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou Israel pela sua decisão unilateral de declarar Jerusalém a sua «capital una e indivisível», denunciou o acto como uma violação do direito internacional e exortou os países que ainda mantêm representação diplomática naquela cidade a transferi-la para Telavive.

A delegação norte-americana absteve-se e esse é um dado novo e, em certo sentido, sintomático. Num período eleitoral, quando o destino da reeleição de Carter pode depender do voto judeu, os Estados Unidos não usaram o direito de veto como era da praxe em votações dessa natureza.

O próprio secretário de Estado, Edmond Muskie, foi o orador pela delegação dos Estados Unidos e o tom do seu discurso foi mais cauteloso do que o dos seus antecessores. Ele considerou que a decisão do Conselho era «fundamentalmente ilegal», porque não atingia o objectivo de «todas as fés que consideram Jerusalém sagrada». Foi clara a sua declaração: «Precisamos de uma Jerusalém não dividida, com acesso livre aos lugares santos de todas as religiões». Ora, convertendo Jerusalém em capital do Estado de Israel, no contexto de uma mudança total do carácter da cidade, o que se fez foi acentuar a sua divisão e, mais do que isso, dificultar o acesso aos lugares que as outras religiões consideram sagrados.

É evidente que realidades novas influenciaram o tom menos comprometido da intervenção norte-americana. Uma delas é o peso diplomático do bloco islâmico, no qual se incluem notórios aliados dos Estados Unidos, como a Arábia Saudita, o Paquistão e a Indonésia. A outra, a polémica interna que se trava

no seio da comunidade judaica norte-americana.

Já se notam certos sintomas de inquietação e cansaço de amplos sectores judeus frente à política extremista do actual governo de Telavive.

Foi sintomático o facto de que, quase simultaneamente com o debate no Conselho de Segurança, cinquenta líderes judeus dos Estados Unidos — na lista figuram o actual e os dois últimos presidentes da poderosa conferência de associações da comunidade israelita — tenham rompido publicamente com Begin, denunciando as posições «extremistas dos falcões que actuam no seu governo».

Essa posição pode ter dado a Carter — sempre com o olho no voto judeu — uma certa liberdade de movimentos para trocar o veto pela abstenção, numa atitude diplomática mais cautelosa, apesar dos protestos do governo israelita.

O debate no Conselho revelou também uma irritação quase generalizada com o governo de Begin. Israel não encontrou, desta vez, as vozes compreensivas ou solidárias anteriores. A política expansionista do seu governo foi duramente criticada.

Um dos discursos mais enérgicos foi o do representante permanente do México nas Nações Unidas, Porfirio Muñoz Ledo. «Às medidas que, desde 1967, Israel tem adoptado para mudar o carácter físico e a composição demográfica de Jerusalém, junta-se agora o intento de impor unilateralmente um novo status à cidade. Assim, contraria-se duplamente um princípio medular de ordem jurídica internacional ao qual o México atribui particular valor: a conquista não pode ser título de nenhum direito. O problema não é

optar por uma Jerusalém unificada ou por uma Jerusalém dividida. A cidade está, hoje, unificada de facto mas como resultado de uma conquista que não gera direito algum», declarou Muñoz Ledo.

Oposição em Israel

Também cresceu significativamente a oposição dos próprios israelitas a esse tipo de política. O ex-primeiro-ministro Ytzhak Rabin, que não passa de um liberal, considerou «inoportuna» a decisão do Parlamento, embora apoiasse, no fundo, a anexação. Na esquerda, 15 deputados (foram 69 os votos a favor) votaram contra, enquanto três centristas se abstiveram.

Duas observações feitas na discussão parlamentar reflectem as prudentes preocupações dos sectores progressistas de Israel sobre essa lei expansionista. Para o deputado Amnow Rubinstein «serão necessários anos de paciente trabalho para superar o dano político que Israel sofreu com a lei sobre Jerusalém». Outro parlamentar, o deputado Uri Avneri, advertiu o país quanto ao sentido provocativo da decisão. «É um desafio, uma declaração de guerra ao mundo muçulmano», disse ele.

Aliás, vários correspondentes estrangeiros em Israel caracterizaram a iniciativa como um desafio, «um claro desafio à opinião pública e às pressões internacionais sobre Jerusalém», como escreveram comentaristas de diferentes meios de comunicação.

Às declarações condenatórias sucederam-se actos concretos de hostilidade à decisão. Vários países que mantinham embaixadas em Jerusalém anunciaram imediatamente



a sua mudança para Telavive. O primeiro foi a Venezuela, provocando uma declaração irritada de um porta-voz do gabinete israelita: «Essa decisão serve aos Estados árabes da Frente de Rejeição (Argélia, Líbia, Síria, Iémen do Sul) e aos inimigos do processo de paz no Médio Oriente».

A retirada da embaixada da Holanda levou o porta-voz a aumentar o tom: «O governo holandês cedeu à chantagem petrolífera», assinalando que a Holanda depende muito do petróleo da Arábia Saudita.

É evidente que o petróleo desempenhou nesse caso um papel influente mas não é possível reduzir o acatamento às decisões da ONU exclusivamente ao factor do petróleo. A Venezuela e o Equador produzem e exportam petróleo e foram alguns dos primeiros a anunciar a mudança das suas embaixadas.

O facto é que o clamor internacional contra a anexação de Jerusalém por Israel parece não ter comovido Begin e os seus partidários da direita sionista. Tanto ele, como o seu chanceler, Ytzhak Shamir, também um extremista, foram peremptórios: não acatarão a decisão do Conselho de Segurança, como não acataram mais de cem resoluções das Nações Unidas, exigindo a evacuação dos territórios ocupados.

Um novo tipo de colonialismo

Era natural que a nova legislação sobre Jerusalém alcançasse uma repercussão maior no campo internacional. No entanto, se observarmos o desdobramento quotidiano da política de Israel, essa decisão não poderá surpreender. Desde que começou a ocupação militar dos territórios

árabes, há cerca de quarenta anos, não há um dia em que, num ou noutro plano, não se registem factos e actos que tendem a eternizar o domínio religioso e cultural sionista sobre as populações árabes e o controlo político e económico das suas instituições.

Reside aí o problema das novas colónias da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Nas Nações Unidas, e desde Washington a Moscovo, passando pelo Terceiro Mundo todo, há um protesto generalizado contra a política de instalar essas novas colónias que traduz o propósito do governo de Israel de permanecer nas terras ocupadas. Também em Israel grandes manifestações populares condenaram essa linha de acção.

O dirigente do Partido Trabalhista, Abba Eban, hoje na oposição, declarou o seguinte: «Essas colónias desperdiçam os recursos nacionais e deterioram a imagem de Israel no exterior sem que prestem o menor serviço à autêntica causa sionista».

Segundo o depoimento do presidente do Comité especial criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para a defesa dos inalienáveis direitos palestinianos (Resolução n.º 452, de 1979), o senegalês Falifú Kane, Israel projecta instalar até metade desta década, mais 85 colónias em áreas tomadas aos palestinianos. Até agora, 31 por cento das terras de propriedade árabe foram ocupadas para que nelas sejam implantadas colónias judias.

Depois que o primeiro-ministro Menahem Begin e o seu partido direitista, o Likud, assumiram o poder, o número dessas colónias aumentou consideravelmente: passou de 37 para 64.

O relatório Kane aponta algumas medidas tomadas pelas autoridades

israelitas de ocupação para obrigar os pequenos proprietários palestinianos a «deixarem as suas ocupações tradicionais e a abandonarem a sua pátria». Uma das mais graves é «reduzir o fornecimento de água às populações palestinianas, com efeitos desastrosos para as suas actividades agrícolas». E faz esta advertência: «Dessa forma, os habitantes árabes correm o risco, se o Conselho de Segurança não actuar com celeridade e firmeza, de serem progressivamente arruinados e obrigados a abandonar as suas terras aos colonos israelitas».

O Conselho exigiu que Israel cesse «rapidamente a preparação, o estabelecimento e a construção de colónias nos territórios árabes ocupados desde 1967». Begin respondeu: «Essas colónias jamais serão desmanteladas e o Conselho de Segurança que tome nota disso».

Da exploração ao terrorismo

O único paralelo ao tratamento das populações em territórios ocupados que se pode comparar com o de Israel é o da África do Sul. Ali, também, as melhores terras das populações negras, maioritárias, são ocupadas pelos brancos. Os nativos são reunidos à força em áreas pré-determinadas, as únicas que lhes permitem habitar, ou seja, os bantustões.

Apesar dos argumentos bíblicos, há nos territórios ocupados uma exploração económica visível. Através de mecanismos alfandegários impostos pela força, mais de 90 por cento do que consomem os palestinianos tem que ser comprado em Israel que, por sua vez, absorve cerca de dois terços da sua produção. Antigamente esse fluxo comercial era com a Jordânia.



Os israelitas têm liberdade para instalar qualquer tipo de empresa nas áreas ocupadas. O mesmo não acontece com os palestinos. Mesmo aqueles que trabalham em Israel não têm o direito de residir no país, devendo fazer longos percursos da Cisjordânia até aos seus lugares de emprego. Também são mínimas as garantias sociais de que desfrutam. A exploração da mão-de-obra árabe é livre para os israelitas.

Tradicionalmente, os palestinos foram os produtores de citrinos, sobretudo na Faixa de Gaza. Mas hoje não têm o direito de concorrer com a produção israelita nos mercados externos.

A lista das restrições é grande. No campo do ensino, são quase insuperáveis as dificuldades que os jovens palestinos encontram para ingressar nas universidades israelitas, quase todas dominadas pelos estratos

europeus da imigração, apesar de os judeus de origem afro-asiática serem a maioria. (Ver reportagem neste número, «Quem são e onde estão os Palestinos»).

As autoridades militares, quando não o incentivam abertamente, fazem vista grossa sobre o terrorismo antipalestino embora sejam violentos na repressão de qualquer acto de desobediência dos árabes. Recentemente, três prefeitos palestinos da Cisjordânia ocupada, Bassam Chakaa, de Nablus, Karim Khalaf, de Ramalah e Ibrahim Tawil, de El-Bireh, foram vítimas de atentados. Bassam perdeu as duas pernas, Kahakaf uma e Tawil escapou por pouco de uma bomba.

A direita sionista acredita erroneamente que, com essas medidas, cria o pânico entre os palestinos e modifica a sua militância patriótica. Os resultados, entretanto, têm sido o

contrário disso. A OLP é reconhecida nas áreas ocupadas como a sua verdadeira expressão política e Arafat como o seu líder incontestado.

Fuad Jabr, um jornalista do *Al Anba*, de Jerusalém, fazia a um correspondente francês o seguinte comentário: «Antigamente os pais obedeciam ao rei Hussein e os filhos obedeciam aos pais. Hoje, é tão mal visto nos territórios ocupados elogiar a dinastia dos háchemitas (dominante na Jordânia e da qual Hussein é membro) como atribuir mérito aos israelitas. E se fazem algum reparo a Yasser Arafat é para criticar a sua moderação...»

Depois de operado o prefeito Bassam Chakaa declarou: «Podem assassinar, deportar, torturar, porém nunca nos renderemos. O povo palestino continuará na luta para conquistar os seus direitos». Na cama desse bravo lutador, hoje de



«Podem assassinar, deportar, torturar, porém nunca nos renderemos» — afirmou o prefeito palestino Bassam Chakaa depois de sofrer um atentado em que perdeu as duas pernas



pernas amputadas, foi colocada uma placa que diz: «Quando arrancam as pernas a um patriota, enraizam-no mais na sua terra».

As reacções árabes e muçulmanas

A posição dos árabes no problema de Jerusalém tem sido muito firme e não apenas emocional como noutras oportunidades. Do mesmo modo, na diáspora palestina e nos países muçulmanos não árabes, as repercussões da anexação da Cidade Santa têm sido profundas.

Um grande movimento diplomático, a partir de Bagdade, ganhou o apoio imediato dos países do Golfo,

historicamente solidários com os palestinos, mas sempre muito cautelosos na acção prática. Do outro lado do Mundo Árabe, a Argélia, membro da Frente de Rejeição, pronunciou-se a favor da iniciativa iraquiana, concretizada no encontro do presidente Saddam Hussein com o rei Khalid Bin Abdul Aziz, da Arábia Saudita, realizado na pequena aldeia saudita de Al-Taif.

Aí, durante um dia, os dois dirigentes árabes, que mantinham divergências, sobretudo em relação ao emprego do petróleo como arma política, analisaram o panorama da área e as medidas a tomar para enfrentar o

desafio israelita. As decisões fundamentais ficaram, naturalmente, secretas, mas às chancelarias europeias e americanas não passou despercebida uma advertência contida no comunicado conjunto emitido em Al-Taif: os dois países — respectivamente o segundo (Arábia Saudita) e o terceiro (Irake) produtores de petróleo do mundo — cortariam os seus vínculos políticos e económicos com qualquer Estado que reconhecesse Jerusalém como capital de Israel ou que mantivesse a sua embaixada na Cidade Santa. O apoio imediato de mais oito países árabes — Argélia, Bahrein, Emiratos, Katar,



Kahled, da Arábia Saudita, e Hussein, do Iraque, superando divergências em defesa da Cidade Santa



Kuait, Jordânia, Mauritânia e Iémen do Norte — deu dimensão ainda maior à declaração de Saddam e Khaled.

«Não há dúvida de que essa decisiva posição representa a vontade árabe e islâmica», declarou um porta-voz do Kuait. «Talvez seja este momento o ponto de mudança na acção do Mundo Árabe», comentou o diário *Al Fajr*, de Abu-Dhabi.

Poucos dias antes, o príncipe Fahd, herdeiro do trono saudita, havia chamado os países árabes e islâmicos a uma guerra santa para a libertação de Jerusalém. Alguns comentadores ocidentais tentaram reduzir a importância do apelo. Outros, pelo contrário, chamaram a atenção para o facto de que são sempre cautelosas as opiniões dos membros da casa real saudita. Advertiram que seria um erro não tomar em consideração o peso político e as implicações económicas que estavam por trás desse apelo. Um dos que levaram a sério a declaração do príncipe Fahd foi o general Ariel Sharon, ministro da Agricultura de Israel e um «falcão» da extrema-direita sionista.

Outra iniciativa árabe foi a proposta do coronel Khadafi, dirigente da Líbia, à Síria, no sentido de que, para enfrentar o desafio de Israel, as duas nações se unissem num só Estado.

Recentemente, o Iraque e a Síria pareciam encaminhar-se para uma unidade, dentro do esquema do fortalecimento da frente árabe que o governo iraquiano vem impulsionando. Esse projecto, pelo menos temporariamente, encontrou dificuldades para concretizar-se. As mesmas forças que, na Síria, criaram barreiras à união com o Egipto de Nasser, conseguiram bloquear esse projecto uni-



Jovens palestinos manifestam-se na Cisjordânia contra a ocupação militar de Jerusalém

tário que nascia sob condições muito objectivas.

Os líbios já tentaram fusões semelhantes, não só com o Egipto e a Síria, mas também com o Sudão e a Tunísia. Têm, assim, uma experiência nesse campo e é de esperar que tenham avaliado adequadamente os prós e os contras do projecto do coronel Khadafi. Só o fortalecimento da unidade global dos árabes, e não a formação de grupos regionais hostis a outros grupos, permitiria forjar um instrumento eficaz na luta a favor da causa palestiniana.

No entanto, o que importa é que a necessidade de congregar esforços e meios esteja a inspirar iniciativas de unidade no Mundo Árabe e, mais além, no bloco das nações islâmicas.

Essa resposta a um governo expansionista e intolerante como o de Menahem Begin, que ainda sonha (e está a avançar nesse projecto) no Israel do Eufrates ao Nilo, terá, ainda, uma repercussão adicional: isola ainda mais o governo de Anwar Sadate que, a cada dia, encontra menos justificação para a sua aventura de comprometer o Egipto na capitulação de Camp David. E mais ainda: alenta a resistência egípcia, que dá sinais de crescente actividade. Recentes incidentes entre oficiais da Força Aérea egípcia e aviadores norte-americanos que estão a usar bases no interior do Egipto, não seriam factos isolados, mas uma posição que se fortalece nas forças armadas nacionais.



A anexação de Jerusalém põe até em risco os limitados acordos feitos em Camp David

A razão do ataque de Begin

Além da anexação «jurídica» de Jerusalém, o governo de Telavive está na ofensiva noutras frentes: ataques maciços no sul do Líbano, multiplicação das colônias em terras palestínianas, maior repressão nas áreas ocupadas.

É possível que a direita sionista e militarista de Israel tema o futuro e considere que é este o momento propício para consolidar as suas conquistas, antes que melhore mais ainda a posição árabe. Eles não desconhecem que a conjuntura internacional passou a favorecer os árabes mas essa tendência não apresenta indícios de modificação nos próximos tempos.

A diplomacia dos Estados árabes e também a dos palestínianos têm marcado êxitos ressonantes. O uso do petróleo como arma política, amplia a capacidade da pressão dos árabes, na medida em que houver entre eles uma coordenação real e oportuna e os seus governos contam com o apoio dos principais produtores não-árabes. É importante ressaltar ainda que o fortalecimento do poder tecnológico dos árabes aumenta sem cessar. O Iraque entra na área nuclear podendo, dentro de poucos anos, contrabalançar a capacidade israelita nesse campo. Os países do Golfo, que figuram entre os mais conservadores do Mundo Árabe, industrializam-se. As suas universidades multiplicam-se e o ensino atinge melhores níveis. Dezenas de milhares de jovens árabes frequentam cursos de especialização em universidades europeias, norte-americanas e do campo socialista. A Argélia e a Líbia empregam os seus recursos petrolíferos em vastos programas económicos e sociais que



Manifestações, discursos, demonstrações: todo o mundo ficou chocado com a insensibilidade política da Junta Israelita

transformam a qualidade de vida dos seus povos.

Os «falcões» de Telavive sabem que esses avanços estão apoiados em milenárias tradições culturais e contemporaneamente, por recursos económicos ilimitados. O tempo, assim, já não trabalha para Israel e sim para os árabes.

No contexto propriamente palestino, o que esse povo perseguido e disperso vem fazendo nesses últimos tempos, inclusive para mudar a sua imagem no mundo, atrai as simpatias internacionais. O semanário *Time*, dos Estados Unidos, que não tem motivos para grandes concessões aos árabes, escreve que «os palestinos são a chave de uma paz duradoura» e reconhece que «a exigência

palestina da sua autodeterminação ganha apoio».

Os seus avanços culturais, políticos, económicos, tecnológicos e sociais, credenciam-nos ao reconhecimento da comunidade internacional, cada vez mais sensibilizada com os seus feitos, a sua resistência patriótica, os seus sofrimentos, por uma vida independente e soberana de um Estado democrático, multirracial e atento a todos os credos religiosos.

Dominados por uma direita extremista, as forças que, em Israel, se opõem ao expansionismo e à dominação pela força, estão sem condições para oferecer uma alternativa a essa incontável corrida para a aventura. Na verdade, as possibili-

dades de uma solução negociada têm sido desprezadas e substituídas por novos actos de força e de violência. A anexação unilateral de Jerusalém é, não apenas, um acto de prepotência e fanatismo, mas, sobretudo, uma prova de incompetência política. Dificulta ainda mais uma solução de paz que reconheça aos palestinos os seus direitos e exija deles o respeito pelos direitos dos judeus. Begin deve estar atento à sábia advertência que foi feita recentemente por uma autoridade no campo judaico, o rabino Alexander Schindler, presidente da União das Congregações Hebraicas dos Estados Unidos: «Nunca haverá paz até que haja um entendimento de Israel com os palestinos». □



Os sionistas ocupam a Cidade Santa

A decisão do parlamento israelita de considerar Jerusalém como «capital única e indivisível de Israel».

A posição da Igreja Católica, da ONU, da OLP e da maioria dos países do mundo é contrária à intenção sionista de monopolizar uma cidade que não é sua.

Dina Nascetti

EM Jerusalém circula uma frase sobre o primeiro-ministro Menahem Begin, dita em tempos por Ben Gurion: «Se esse homem chega ao poder, poderá levar Israel à destruição ou, na melhor das hipóteses, transformará o país numa feira». A decisão do parlamento hebraico de ter passado a considerar Jerusalém como «a capital única e indivisível de Israel» parece vir dar razão ao fundador do Estado de Israel, convertendo-se num factor de tensão no Médio Oriente. Esta medida promovida pelo intransigente Begin provocou protestos em todo o mundo, mas o primeiro-ministro não se mostra preocupado com isso.

Jerusalém: o símbolo

De facto, Jerusalém era a capital de Israel desde Junho de 1967, quando o *knesset* (parlamento israelita), poucos dias depois da vitória sobre a Jordânia, decidiu unificar a legislação em vigor nas duas partes da cidade — a parte velha, árabe, e a parte nova, hebraica. Preparou, assim, uma anexação que, no mo-

mento, não considerou oportuno afirmar explicitamente.

Mais tarde, durante as negociações de Camp David, os delegados de Israel não cessavam de repetir que Jerusalém era indivisível e que fazia parte integrante do Estado judeu. Com a primeira votação de 23 de Julho e a posterior ratificação no dia 31, tal unificação assumiu um carácter legal.

Jesus Cristo disse dessa cidade, com a dor de não poder deter a sua ruína: «Jerusalém, Jerusalém, se tu conhecesses aquele que serve à tua paz»; e Maomé afirmou: «Ó Jerusalém, terra eleita de Alá e pátria dos seus servos. Dos teus muros o mundo converteu-se em mundo». E os hebreus, durante os longos anos da diáspora, repetiam nas suas rezas: «Se te esqueço, Jerusalém, que fique sem a minha mão direita».

Jerusalém é um símbolo de todas as contradições e conflitos que estão actualmente no centro da tormenta: colonização e descolonização, divisões e invasões, emigração e expulsão, ocupação e resistência, terrorismo e repressão, guerra e ilusões de paz. Tudo o que durante este século

devastou e devasta esta ou aquela região do globo, este ou aquele povo, aconteceu e continua a acontecer em Jerusalém, com uma concentração e intensidade absolutamente desconcertantes.

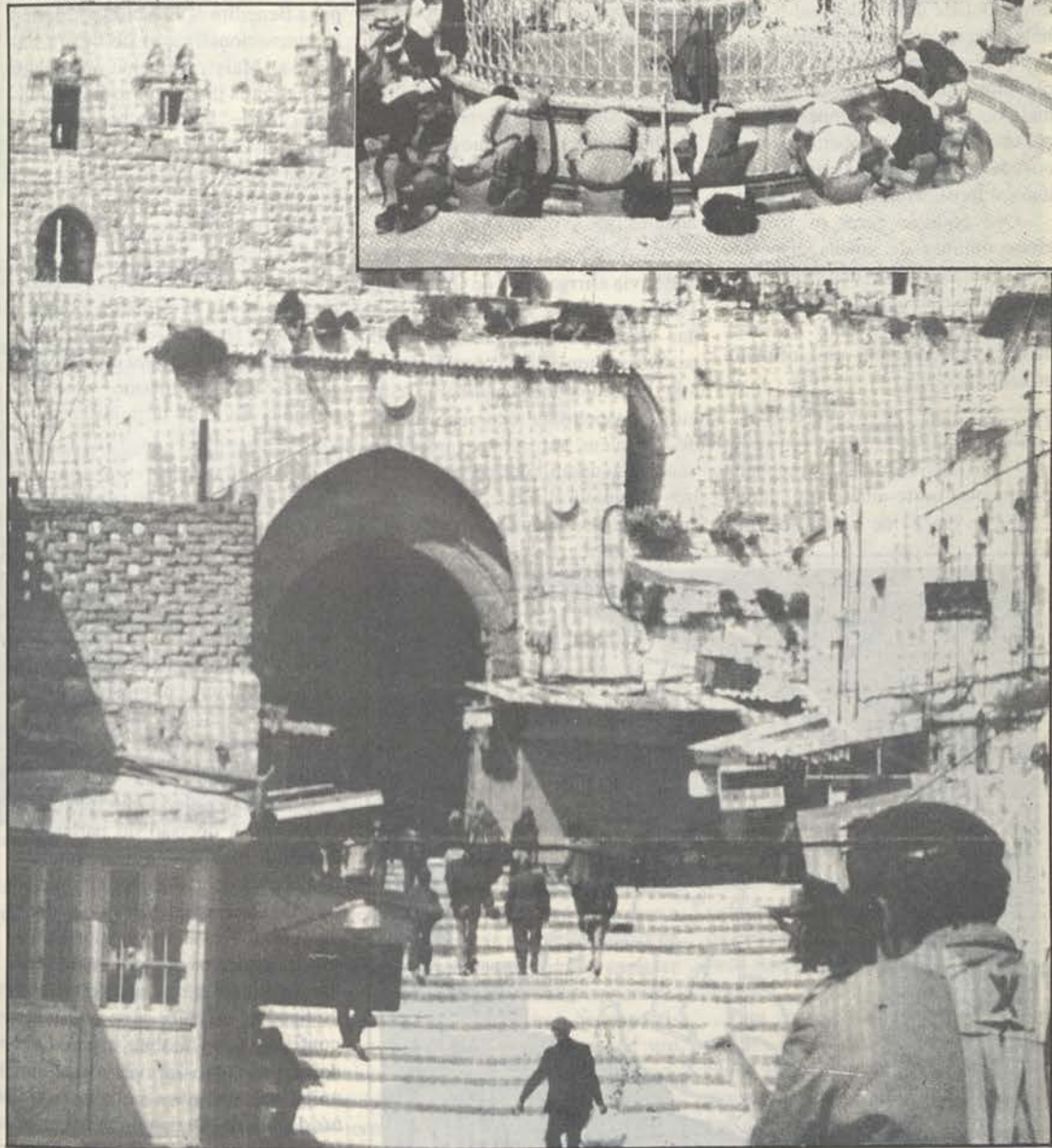
É certo que Jerusalém não é a única cidade dividida, invadida e disputada no mundo. Mas, neste século, ela já sofreu, como também sofreram Berlim e Hanói, Praga e Santiago, Pretória e Belfast, Beirute e Kabul. Porém, entre todos os signos de contradição, o de Jerusalém mostra-se como o mais irredutível e permanente, o que parece mostrar por si mesmo toda a dor e toda a impotência do mundo para restabelecer a paz.

Por um lado, está o direito dos árabes oriundos da Palestina em viver onde nasceram, no seu país, na sua própria pátria, sem sofrer com o domínio estrangeiro, dentro de um pluralismo de religiões e de culturas, segundo o modelo laico que eles mesmo criaram.

Por outro lado, está o imperativo categórico dos hebreus formados na escola do sionismo, de ter em Jerusalém a capital indivisível de um Es-

Entrada para os locais
sagrados Islâmicos →

Porta de Damasco
na Jerusalém ocupada ←





tado judeu concebido como o Estado de um só povo e de uma só religião, no qual, reviver o sonho teocrático do antigo Reino de Israel constitui uma vontade divina da qual o povo hebreu seria o único herdeiro.

É precisamente sobre esta concepção sionista que esbarram, não só mais de setecentos milhões de muçulmanos, como também mais de novecentos milhões de cristãos, que têm em Jerusalém a sua cidade santa.

«Que poderão fazer os trinta e cinco milhões de judeus dispersos pelo mundo contra mais de mil e quinhentos milhões de cristãos e muçulmanos?», perguntava recentemente em Jerusalém um influente prelado católico.

O Vaticano reclama

O Papa João Paulo II, ao receber o presidente norte-americano James Carter no dia 21 de Junho no Vati-

cano, disse-lhe: «A questão de Jerusalém, que precisamente nestes dias desperta de um modo especial a atenção de todo o mundo, é fundamental para uma paz justa nessa região do mundo (Médio Oriente), pois a Cidade Santa reúne interesses e aspirações compartilhados de diferentes maneiras, por diversos povos. Tenho a esperança de que uma tradição de fé monoteísta contribua para promover a harmonia entre todos aqueles que evocam Deus».

O papa Wojtila reiterou a Carter o que havia afirmado a 2 de Outubro de 1979, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, desejando em particular «um estatuto especial que, sob garantias internacionais, assegure o respeito da natureza especial de Jerusalém, património sagrado da veneração de milhões de crentes das três grandes religiões monoteístas: cristã, judia e islâmica».



O projecto do Vaticano para a Cidade Santa não é novo. Numa entrevista ao *Petit Parisien*, o cardeal Gasparri, secretário de Estado do papa Benedito XV, havia-se referido à internacionalização de toda a Palestina. Mais recentemente, quatro documentos do papa Pio XII, publicados entre Maio e Dezembro de 1949, insistem sobre a necessidade de um reordenamento especial para Jerusalém e para a Palestina, «que preservem o carácter sagrado desses lugares».

A evolução do conflito é notória, mas em todas as fases do drama, a Santa Sé sempre reafirmou a exigência de «um estatuto especial para Jerusalém». O mesmo aconteceu também durante o pontificado de Paulo VI.

É particularmente recordada uma passagem do discurso do aniversário de Paulo VI, em 1972, quando afirmou: «A progressiva afirmação de situações carentes de um claro reconhecimento jurídico internacional, reconhecido e garantido, não poderá facilitar, mas, pelo contrário, tornar mais difícil uma composição equitativa e aceitável que tenha em conta os direitos de todos: pensamos em particular na cidade de Jerusalém».

O Vaticano ainda não reagiu oficialmente à decisão do parlamento israelita, mas em círculos autorizados chama-se a atenção para um artigo do *Osservatore Romano*, de 30 de Junho. Nesse artigo são lembrados os projectos para internacionalizar Jerusalém e que não foram concretizados devido aos constantes conflitos entre árabes e judeus. E definia-se como «grave» todo o acto unilateral tendente a modificar o *status* da cidade. Dizia também o artigo que várias vezes as Nações Unidas



As áreas santas muçulmanas e cristãs estão hoje sob controle israelita

reafirmaram a não validade de qualquer acção nesse sentido.

O artigo descrevia a situação nos seguintes termos: «A Santa Sé considera que a salvaguarda do carácter sagrado e universal de Jerusalém é de importância tão primordial que, qualquer que seja o poder que se encontre em exercício da soberania da Cidade Santa, deverá, frente às

três confissões religiosas repartidas pelo mundo (cristãos, muçulmanos e judeus), assumir o compromisso de tutela, juntamente com o carácter próprio da cidade, os direitos relativos aos lugares santos e às respectivas comunidades, na base de um sistema jurídico apropriado e garantido por uma instância superior internacional.

Em resumo, o Vaticano pede a

Israel um estatuto especial para a cidade, para os lugares santos e para os direitos das confissões religiosas, tudo isso com a garantia das Nações Unidas.

Para atingir esse objectivo «mínimo», agora dificultado pela unificação unilateral de Jerusalém, o Vaticano irá possivelmente articular a sua diplomacia e fará impor todo o seu prestígio. □



Um povo milenar, com valores historicamente reconhecidos, opta pelo exercício do direito à autodeterminação, resiste às derrotas, à dispersão e às guerras, na decisão de defender a identidade nacional e de conquistar o futuro.

Os palestinos estão na ordem do dia. Não há Governo, chancelaria, instituto de estudos internacionais ou de planejadores estratégicos que não se debrucem sobre esse fenômeno histórico: a resistência desse povo de aproximadamente quatro milhões de pessoas, perseguidas e dispersas por todo o mundo. Mais do que isso: a sua luta começa a sensibilizar até os seus próprios adversários. Há um clima novo de procura de soluções negociadas que, partindo da existência de Israel, vem abrindo espaço para a implantação de um Estado palestino sem limitações à sua autodeterminação e independência.

Para os que apenas conhecem a realidade palestina dos meios de comunicação multinacionais, nem sempre fiéis à verdade, a sua existência está marcada pelo exercício cotidiano do terrorismo ou pela intolerância frente à coexistência com os judeus...

Esta reportagem é diferente. Nos limites do tempo e do espaço de uma informação jornalística, ela procura ir mais longe: situar as origens desse povo, a sua história milenar, as suas lutas, os pontos mais determinantes da sua cultura. Procura analisar também o que são hoje os palestinos, onde estão, como constroem (através da Organização de Libertação da Palestina (OLP), do seu Congresso Nacional e dos seus partidos) as bases de um novo Estado pelo qual lutam, matam e morrem.

Nesta reportagem especial, surgem as dificuldades que a mulher palestina ainda enfrenta, herdeira de tradições que se chocam com os seus anseios de igualdade; o extraordinário esforço que os palestinos, dentro e fora dos territórios ocupados, realizam para resgatar as conquistas maiores da sua cultura, o êxito impressionante de um empenho comum em dar um alto nível de profissionalização à sua juventude.

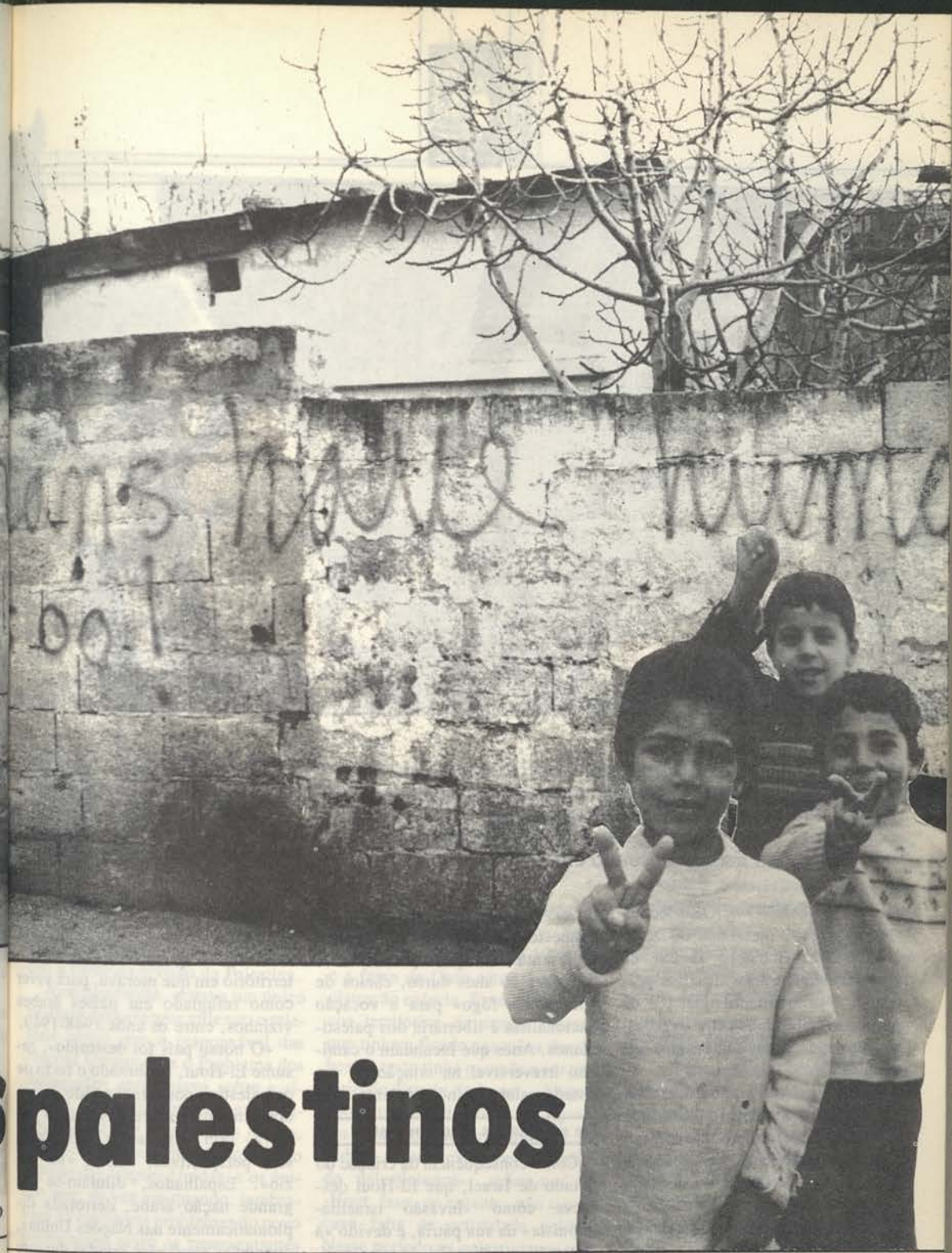
Os nossos leitores ficarão a saber que nem todos os palestinos são os *fedayines* quase míticos da guerra de guerrilhas. A seu lado e, por vezes, por cima deles, está uma camada de burgueses tão conscientes da sua posição de classe como os capitalistas da *City* ou da *Wall Street*.

Esta matéria não esgota naturalmente o tema, nem está isenta de apreciações subjectivas, embora tenha sido inspirada em propósitos de objectividade. E um tema, portanto, em aberto, sobre o qual pensamos voltar muitas vezes, na esperança de contribuir para que seja discutido e analisado sem os chavões de sempre e os preconceitos com que comumente é tratado o povo palestino.



Os

Beatriz Bissio



palestinos



Fundada em 1964, a Organização de Libertação da Palestina transformou-se numa imensa e poderosa estrutura política. A OLP não pensa «atirar os judeus ao mar», considera que as futuras gerações de palestinos e judeus construirão um Estado baseado em outros valores.

OLP

«**Q**UANDO a OLP começou, partíamos do zero, ou melhor, abaixo de zero. Existiam vários desafios pela frente; o primeiro dos quais, o da própria credibilidade entre os palestinos, que se perguntavam o que era a OLP...»

No seu escritório de Beirute, Shafik El-Hout, membro do Conselho Nacional Palestino e representante da Organização de Libertação da Palestina (OLP) no Líbano, contava-nos os primeiros passos no caminho percorrido na organização de uma entidade que hoje — 16 anos

depois —, é internacionalmente reconhecida como a única e legítima representante do povo palestino.

Foram 16 anos duros, cheios de «provas de fogo» para a vocação nacionalista e libertária dos palestinos. Anos que fecundam o caminho irreversível na criação de um Estado palestino independente.

De refugiados a combatentes

Como consequência da criação do Estado de Israel, que El-Hout descreve como «invasão israelita-sionista» da sua pátria, e devido «à sistemática aplicação de uma polí-

tica discriminatória» contra os palestinos, mais de cinquenta por cento do seu povo teve de deixar o território em que morava, para viver como refugiado em países árabes vizinhos, entre os anos 1948-1949.

«O nosso país foi destruído», resume El-Hout, lembrando o facto de os palestinos terem sido deixados sem qualquer representação política, sem vanguardas dirigentes sem perspectivas, enfim, «no vazio». Espalhados, diluíam-se na grande nação árabe, derrotada diplomaticamente nas Nações Unidas quando as condições criadas durante



as bases de um novo Estado

décadas pelo colonialismo britânico e consolidadas pela conjuntura do pós-guerra tornaram possível a votação a favor da divisão da Palestina.

Aparentemente, restava um único vestígio daquele país milenar: o relatório anual que o responsável das Nações Unidas para o Problema dos Refugiados apresentava sobre a situação dos palestinianos expatriados. A questão palestiniana estava, pois, totalmente reduzida ao âmbito interno das Nações Unidas, e os únicos que, de vez em quando, lembravam ao mundo os problemas do povo palestiniano eram os representantes

dos países árabes e da Liga Árabe.

A margem ocidental do Jordão (Cisjordânia) foi anexada à Jordânia e a faixa de Gaza estava sob administração egípcia. Eram estes os únicos territórios da antiga Palestina que tinham ficado nas mãos dos árabes. O resto tinha passado a ser território do Estado de Israel. «Naquela época os palestinianos da Cisjordânia tinham que se dizer jordanos; não tinham autorização de se reivindicar de palestinianos», refere-nos El-Hout. Isso, no entanto, não significava falta de actividade política. Nesse período os palestinianos mili-

tavam em diferentes partidos e organizações do Mundo Árabe, sendo, em geral, conhecidos pela sua dedicação ao trabalho e pela sua preparação teórica, que os projectava em verdadeiros quadros políticos. «Os elementos mais activos, quase sem excepção, eram palestinianos», e, na sua generalidade, pensavam que quanto mais forte se tornasse um ou outro partido, mais a causa palestiniana acabaria fortalecida.

Os anos sessenta

A situação não se alterou até ao começo da década de sessenta, particularmente até 1961.

«Com o fracasso da experiência da República Árabe Unida (RAU), formada pelo Egipto e pela Síria, os palestinianos começaram a sentir que deveriam reorganizar a sua vida política em bases diferentes», expli-



cou El-Hout. E adiantou mais detalhes:

«Foi nessa época que reconhecemos a necessidade de recuperar a nossa identidade como palestinos entre a Nação Árabe. O que não significa que tenhamos renunciado ao nosso arabismo, mas, a partir desse momento, entendemo-lo, antes de mais nada, como uma consequência da nossa condição de palestinos. Ou seja, sermos árabes nacionalmente organizados como palestinos dentro da grande Pátria Árabe».

Nesse processo de reavaliação influiu também a vitoriosa luta de libertação da Argélia. Ela mostrou que um país árabe pode desenvolver uma luta nacional com as suas próprias forças, mesmo antes de conquistada a unidade árabe. A libertação argelina reforçou assim a convicção de que a nacionalidade palestina não deveria ficar diluída num Mundo Árabe ainda não preparado para o grande desafio unitário.

Israel utilizava então um argumento semelhante nas suas campanhas antipalestinas. El-Hout define-o deste modo: «o objectivo do sionismo e de Israel era convencer a opinião pública mundial de que não havia palestinos. Segundo eles, de um lado estavam os árabes e do outro os judeus. Na sua forma de apresentar o problema, os árabes são uma nação poderosa de 150 milhões de pessoas, enquanto Israel é um pequeno país rodeado de inimigos».

Seguindo este raciocínio, rapidamente os palestinos compreenderam a necessidade de recordar ao mundo que eles constituíam um povo pacífico que habitava um pequeno país chamado Palestina e que reivindicavam os direitos que lhes haviam sido usurpados.

A visão de Nasser

«O primeiro líder árabe que compreendeu a importância do movimento palestino para reconstruir a sua identidade nacional foi Gamal Abdel Nasser», afirma El-Hout, que acrescenta; «foi por isso que, em 1964, Nasser chamou os países árabes para uma conferência de cúpula. Nela exortou os dirigentes árabes a apoiar os palestinos na criação de uma organização própria, com uma direcção política sobre todos os palestinos, em qualquer lugar que eles se encontrassem».

Assim, em 1964, a Conferência Árabe solicitou ao representante palestino na Liga Árabe, Ahmed Shuqairy (1), que realizasse uma viagem para contactar os palestinos dispersos, consultando-os sobre a possibilidade de se criar uma organização política unificada sob uma única direcção.

Shuqairy fez a viagem e concluiu-a em Jerusalém, no dia 27 de Maio de 1964. Nessa ocasião, reuniu-se pela primeira vez o Conselho Nacional Palestino. No encontro foi proclamada a criação da Organização de Libertação da Palestina, OLP.

O Conselho Nacional reuniu-se com 422 membros, que incluíam algumas personalidades palestinas, profissionais, homens de negócios, industriais, assim como representantes dos campos de refugiados, das organizações estudantis, sindicais e de mulheres.

«Mesmo que a representação por classes sociais não fosse equitativa, como acontece em quase todos os parlamentos, ela reflectia bastante adequadamente a distribuição geográfica dos palestinos», é a opi-

ção de Rashid Hamid, no seu ensaio «O que é a OLP».

A representatividade

«O problema que Shuqairy enfrentou — cita por sua vez El-Hout — é o mesmo que hoje enfrentamos: ante a impossibilidade de fazer eleger as nossas autoridades, usam-se os critérios considerados mais adequados para dar representatividade aos eleitos. E a razão por que não podemos realizar eleições é simples: os nossos compatriotas nos territórios ocupados não podem votar e os que estão nos países árabes, geralmente, não têm autorização para desenvolver campanhas eleitorais. Resta-nos uma única opção: seleccionar os representantes. Entram então diferentes critérios: diversidade geográfica (temos palestinos no Egipto, Jordânia, Síria, Líbano, Kuwait, bem como noutros países árabes, em vários da América, etc.), a presença de todas as nossas organizações políticas, representantes dos nossos sindicatos e organizações profissionais. Ou seja, critérios que forneçam a mais próxima representatividade possível daquela que deveria ser. Creio que se realmente pudéssemos realizar uma no sentido comum do termo eleição, não seria muito mais democrática do que o processo que desenvolvemos».

Segundo El-Hout, estas explicações tornam-se importantes já que uma das campanhas ocidentais que tentam invalidar a legitimidade da OLP aludem justamente ao facto de que os seus dirigentes «não são eleitos democraticamente». Creio — afirma — que se nos dessem oportunidade, poderíamos demonstrar como realmente o nosso povo apoia esses dirigentes.»



As instituições palestínianas

«No primeiro Conselho Nacional, realizado em Jerusalém, definimos os nossos objectivos nacionais, as nossas leis e regulamentos internos, aprovámos a primeira Carta Nacional e elegemos o nosso primeiro Comité Executivo. Para facilitar a compreensão do significado dessas instituições pode-se dizer que o Conselho Nacional é o Parlamento e o Comité Executivo é o governo.

Cada membro do Executivo tem a seu cargo um departamento que equivaleria a um ministério. Assim, temos um Departamento Político, um Departamento Militar, um Financeiro, um Departamento para Organizações (Sindicatos, etc.). Um

para cada uma das necessidades reais do nosso povo. Todos os Departamentos são responsáveis ante o Presidente do Conselho Executivo e todo o Executivo é responsável perante o Conselho Nacional, órgão máximo da OLP», frisou El-Hout.

Os desafios

«Quando começámos, tínhamos vários desafios pela frente, o primeiro dos quais se punha perante os próprios palestínianos, que se perguntavam, o que é a OLP? Alguns temiam que se tratasse de alguma artimanha de certos países árabes para liquidar a questão palestíniana. Esse era o desafio número um, mas existiam outros. O segundo, em importância, era o de sermos reconhe-

cidos tanto pelos países árabes como pela comunidade internacional. O terceiro era o de como começar a formar o nosso exército de libertação nacional. Isto porque, desde o início, nós tínhamos a certeza de que a luta pela libertação da nossa terra não podia encaminhar-se exclusivamente por vias diplomáticas. Tínhamos que possuir combatentes, um exército de libertação nacional da Palestina».

Quando, em Novembro de 1964, se realizou outra Conferência Árabe de Cúpula, dessa vez em Alexandria, a ideia da criação da OLP foi aceite. «Mas, para falar francamente, cada país aceitou a ideia diante de uma perspectiva diferente», afirmou El-Hout. Por em prática esse reco-



Shafik El-Hout: «o primeiro dirigente árabe que compreendeu a importância do movimento palestíniano para reconstruir a sua identidade nacional foi Gamal Abdel Nasser»



nhecimento não era fácil. O tema tinha sido motivo de declarações em ocasiões anteriores, como numa reunião da Liga Árabe, em 1959, onde se previa a necessidade de se criar um exército palestino nos países árabes, mas nada de concreto aconteceu.

O aspecto militar

Era a questão da criação de um exército que parecia mais difícil. Com a Disjordânia anexada à Jordânia e sem poder pensar em dar treinamento militar aos palestinos nos diversos países árabes devido à negativa dos respectivos governos, as possibilidades de começar eram poucas. «Concretamente só em dois lugares podíamos iniciar o trabalho nesse sentido: na Faixa de Gaza, sob a administração de Nasser, e na Síria. Foi de facto nestes dois lugares que o nosso exército de libertação começou a ser formado» — revelou El-Hout. «Mas se é certo que em ambos os lugares se podia desenvolver a preparação militar, também é verdade que a partir da Síria não podíamos preparar ataques ao território israelita. Éramos hóspedes do exército sírio e, em última instância, só ele poderia decidir a esse respeito».

El-Hout afirma ser essa uma das razões pelas quais os grupos combatentes palestinos que já operavam na clandestinidade, como era o caso da Al-Fatah (que então não pertencia à OLP) hesitavam em apoiar a organização. «Eles queriam começar a luta de libertação sem ter que consultar ninguém», contou El-Hout: «esse foi outro importante problema que a OLP teve de enfrentar no começo».

Esses grupos palestinos decidiram manter-se independentes e no 1.º de Janeiro de 1965 — menos de

cinco meses depois de criada a OLP — efectuaram a primeira operação armada em território ocupado (2). Isso colocou os dirigentes da OLP da época numa situação embaraçosa. A OLP e Shuqairy, em particular, queriam manter boas relações com os países árabes, enquanto que os grupos armados queriam intensificar a luta. De facto, as operações armadas aumentaram nos anos de 1965-1966.

A situação manteve-se difícil até 1967, ano em que teve lugar a guerra de Junho, quando os países árabes foram derrotados por Israel, toda a Palestina foi ocupada, assim como o Sinai e os Montes Golan, na Síria. A nova situação criada pelo expansionismo israelita fortaleceu as posições defendidas pelos grupos palestinos clandestinos armados. A última guerra indicava que só operações militares poderiam viabilizar a derrota de Israel e a reconquista dos territórios ocupados. Além disso, a derrota dos exércitos regulares árabes parecia demonstrar que uma alternativa viável a ser usada seriam as táticas guerrilheiras desenvolvidas pelos comandos palestinos.

Entre 1968 e 1969 processa-se o entrosamento entre as posições defendidas pela OLP e os grupos armados, alguns dos quais já se tinham integrado na Organização desde a guerra de 1967.

Assim, em Fevereiro de 1967, quando se realizou uma nova sessão do Conselho Nacional Palestino, foi eleito Presidente do Executivo Yasser Arafat, o líder máximo da Al-Fatah. Nesse ano a OLP estrutura-se basicamente a partir da consolidação da direcção dos grupos armados dentro da Organização, e dentro destes, particularmente da Al-Fatah na sua condição de movi-

mento palestino armado mais poderoso. Todos os outros grupos guerrilheiros estavam representados, além de personalidades independentes.

Arafat: um símbolo

«Yasser Arafat, mais do que um presidente da Al-Fatah ou da própria OLP, é actualmente um símbolo da resistência palestina» — afirmamos El-Hout.

Desde 1967 até hoje, a prioridade esteve na luta armada. Ainda que nos últimos meses Arafat tenha desenvolvido uma intensa actividade diplomática, particularmente no continente europeu, abrindo importantes perspectivas para a luta palestina em áreas que se mantinham omissas, ou, muitas vezes, até declaradamente a favor de Israel.

Como se sabe, em 1973, deu-se uma nova guerra árabe-israelita, na qual também lutaram os palestinos. Como resultado é assinado um cessar-fogo que os palestinos se negam a aceitar. Desde então, continuam as operações militares nos territórios ocupados.

O que é a Al-Fatah?

Um colega jornalista, amigo da OLP, dizia-nos que a Al-Fatah representa no campo de batalha uns 90 por cento do total de combatentes.

Você acha que esta apreciação é parcial? — perguntámos a Skafik El-Hout durante o nosso encontro em Beirute.

— Começarei por esclarecer que eu, dentro da OLP, sou independente. Lembro que, em 1967, quando Israel nos atacou no sul do Líbano, numa guerra que durou oito



Arafat: um símbolo da resistência palestina

dias, reunimos todos os grupos a nível de dirigentes — incluindo os nossos amigos e companheiros do Movimento Nacional Libanês — e todos concordaram que tinham sido sobre os ombros da Al-Fatah que havia recaído a responsabilidade de 90 por cento da luta. Mas, para dar uma cifra que ninguém possa reclamar, dir-lhe-ei que a Al-Fatah tem aproximadamente 80 por cento dos combatentes palestinos. E aqui o que conta é o campo de batalha...

Como definiria a Al-Fatah?

— A Al-Fatah, Movimento de Libertação Nacional da Palestina, difere dos outros grupos num aspecto: eles sentem-se como representantes de todos os palestinos. Não dão muita ênfase às questões ideológicas. Pode-se ser comunista e ser membro da Al-Fatah, como se pode ser direitista e pertencer à Al-Fatah. Para se pertencer à Al-Fatah tem que se acreditar na luta armada como meio para libertar a Palestina e estabelecer um Estado democrático. Se você está disposto a lutar por isso, é aceite.

Esse é um aspecto. Há outro. Quando o pessoal precisa de qualquer coisa — e precisamos sempre de muitas coisas — recorre-se à Al-Fatah. As pessoas sentem-se representadas pela Al-Fatah, da mesma forma que a Al-Fatah não faz diferença entre os que são ou não são membros da organização.

Outra evidência de que a Al-Fatah constitui o grupo político e militar mais importante é o facto de, entre mártires, presos, perseguidos e os que se encontram nos campos de concentração, também aí ser a Al-Fatah maioritária.

Há ainda outro aspecto: a Al-Fatah é o mais independente dos grupos palestinos nas suas relações com os demais países árabes. Alguns grupos — creio que não vou ofender ninguém por dizer isto — são financiados ou recebem bastante ajuda de alguns países árabes, o que, por vezes, acaba por criar compromissos com esses países. Se a Líbia, o Iraque, a Arábia Saudita ou qualquer outra nação do Mundo Árabe não aprova qualquer atitude da Al-Fatah, esta nem por isso deixa de manter a

sua posição. O único compromisso é a causa do povo palestino.

Ou seja, a Al-Fatah distribui a sua dependência...

— Sim, seria uma forma de entender. A nível internacional a Al-Fatah tem também bons amigos nos países socialistas, mesmo que não seja marxista e sim um movimento de libertação nacional. A esse nível, a Al-Fatah é tratada como um movimento de vanguarda da luta palestina.

— Entre os outros grupos, quais seriam os mais representativos?

— A Frente Popular de Libertação da Palestina, de George Habbash, a Frente Democrática, de Jawadme (Yasser Abdul Rabbu) e a Frente Popular — Comandos Gerais, de Jibrill. Estes dois últimos faziam parte do mesmo grupo de George Habbash.

Palestina independente, meta final

Parece desnecessário perguntar a um dirigente da OLP qual a meta final da organização, já que o seu próprio nome a define com precisão.



Mas, neste caso, encontra-se implícita a destruição de um Estado...

O desenvolvimento da posição política da OLP levou à definição da maior meta estratégica, que é estabelecer um Estado laico, independente, em todo o território palestino, onde todos os palestinos e judeus possam conviver em paz com os mesmos direitos e deveres. Não podemos imaginar nenhuma solução final, definitiva, que não seja a criação de um Estado em que muçulmanos, judeus e cristãos possam conviver.

— *Isso significaria o fim do Estado de Israel?*

— Sim, ainda que actualmente possa parecer utópico, irreal, já que a maioria dos israelitas não estão

preparados para isso. Eles defendem o sionismo e são governados por uma junta de fanáticos. Tão pouco parece possível pelas posições que actualmente defendem os Estados Unidos. Por isso estamos a procurar uma solução possível...

Qual?

Designamo-la de solução temporária, ainda que dure 25 anos. Queremos mostrar ao mundo que a propaganda sionista não diz a verdade. Nós não pretendemos atirar os judeus ao mar, como eles fazem crer. Pelo contrário, convidamo-los a viver todos juntos e dizemos: estamos decididos a estabelecer um Estado Palestino independente em qualquer parte do território palestino que seja libertado pelo nosso exér-

cito ou do qual Israel possa retirar-se como consequência das pressões políticas.

Acredita que essa será uma solução viável?

O facto de se aceitar a coexistência dos dois Estados demonstra da nossa parte um compromisso real. Nós não podemos fazer a nossa gente viver à base de *slogans*. Necessitamos de certas vitórias.

Qual seria o território mínimo no qual o Estado palestino poderia ser proclamado?

A Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Porque esses territórios foram ocupados na guerra de 1967. Há muitas resoluções da ONU exigindo a retirada de Israel desses territórios. Ninguém poderia opor-se a isso.

Essa flexibilidade demonstra maturidade por parte da OLP. É por ser difícil hoje defender a destruição de Israel?

Temos consciência disso. Nem o nosso aliado estratégico, a URSS, poderia defendê-lo. Mas saibam que nós temos de ser convincentes perante o nosso povo. Cito, por exemplo, o caso do meu pai. Ele nasceu em Jaffaa. Como poderia ele aceitar uma solução que não lhe devolvesse Jaffaa? Chamar-me-ia traidor. Mas como a nossa direcção é combativa e põe à prova todos os dias a sua responsabilidade, tem credibilidade. Por isso não foi tão difícil explicar ao nosso povo que há certas coisas que só podem ser conquistadas por etapas.

O que temos dito ao nosso povo? Que primeiro estão as resoluções da ONU. Nós e o mundo todo estamos de um lado; Israel e os Estados Unidos, do outro. Este simples argumento permitiu grandes avanços a nível internacional. Em 1974, Yas-

A diplomacia palestina

Os palestinos desenvolvem hoje uma grande actividade diplomática a nível das Nações Unidas e suas organizações, no Movimento de Países Não-Alinhados, no campo socialista e também na Europa Ocidental.

Em Israel considera-se que a Alemanha, a França e outros países europeus «estão a um passo de uma declaração formal de reconhecimento do direito palestino à autodeterminação nacional», o que significaria o direito à existência do seu próprio Estado.

As representações diplomáticas palestinas têm desempenhado um papel importante nessa luta. Surgidas praticamente do nada, elas cresceram muito em número e também em acção. Actualmente, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), cujo dirigente máximo é, como todos sabem, Yasser Arafat, tem representações nas seguintes áreas:

Mundo Árabe — 19 países.

Campo socialista — 16.

África — 15.

Ásia — 13.

Europa Ocidental — 12.

América do Sul — 3.

América do Norte — 3.

Unesco — 1.

Total: 82 escritórios de representação, grande parte com estatuto diplomático.



Os palestinos afirmam: «nós e o mundo estamos de um lado; Israel e os Estados Unidos do outro»

ser Arafat foi às Nações Unidas e disse: não são minhas as resoluções, são da Tanzânia, de Moçambique, da Índia, da Jugoslávia, da Escandinávia, da Roménia. São vossas as resoluções, e nós temo-las aceite.

Desse modo vamos deixando em evidência a posição de Israel e dos Estados Unidos.

Acredita que a correlação de forças na ONU permitiria pressionar Israel de forma mais rigorosa do que vem sendo feito até hoje?

Acho impossível. Não sem a aceitação dos Estados Unidos. A ONU ver-se-ia totalmente impossibilitada de concretizar qualquer resolução desse tipo. Lembre-se do que acon-

teceu por muito menos com Andrew Young. Ele, pessoalmente, disse-me — eu estava lá nessa altura — que sentia vergonha do seu governo pelo acontecido, porque a resolução endossada ao Conselho de Segurança não era da OLP e sim da ONU. E para dizer a verdade, era uma resolução moderada, inclusive favorável a Israel, já que além de reconhecer o direito à existência do Estado de Israel, reconhecia também as suas fronteiras. Mencionava, porém, que também os palestinos tinham direito à autodeterminação, a regressar aos seus lares e a ser compensados, assim como a estabelecer um Estado independente. Quem se levantou contra tudo isso? Os Estados Unidos. E não foi a primeira vez.

Mas a inflexibilidade dos Estados Unidos não pode ser eterna. Há interesses árabes a considerar...

Sabemos isso. Os Estados Unidos necessitam muito mais dos países árabes do que estes dos Estados Unidos.

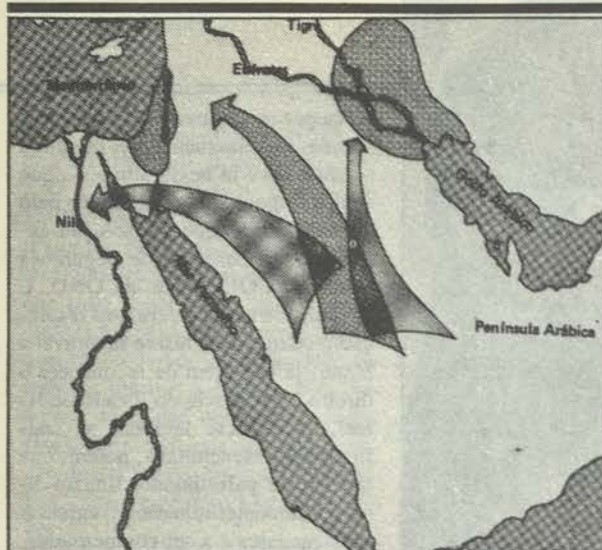
Os norte-americanos dizem-se preocupados com a situação dos muçulmanos no Afeganistão? Jerusalém é muito mais importante para o Islão do que Kabul.

O mini-Estado palestino é a solução para o presente. O Estado palestino em todo o nosso território virá para as novas gerações de judeus e de palestinos que serão educados com outros valores. □

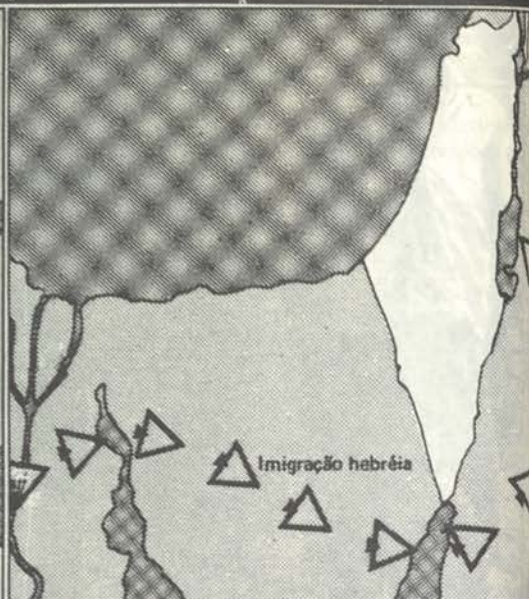
(1) aquela época, os representantes palestinos nos órgãos árabes não eram nomeados pelos palestinos mas sim pelos países árabes. Shuquairy foi designado pelos países árabes para assistir em nome dos palestinos às reuniões da Liga Árabe.

(2) Essa data é hoje conhecida como o Dia da Revolução Palestiniana.

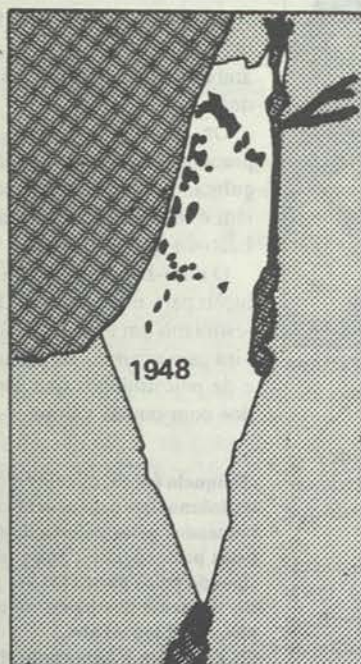
Mapas históricos da Palestina



No mapa 1 mostram-se os movimentos migratórios de origem semita (ano 3500 A.C.) que, a partir da península arábica, se dirigiam para várias regiões do Próximo Oriente, entre elas a Palestina. No ano 2500 A.C., um desses movimentos migratórios estabeleceu-se na Palestina. Esses habitantes ficaram conhecidos pelo nome de cananeus.



Mapa 2: mostra a imigração hebraica. Os hebreus, dirigidos por Moisés, fugiram do Egito e cruzaram o Sinai. Estabeleceram-se a leste do Mar Morto. Depois de Moisés, dirigidos por Josué, conquistaram o Estado cananeu.



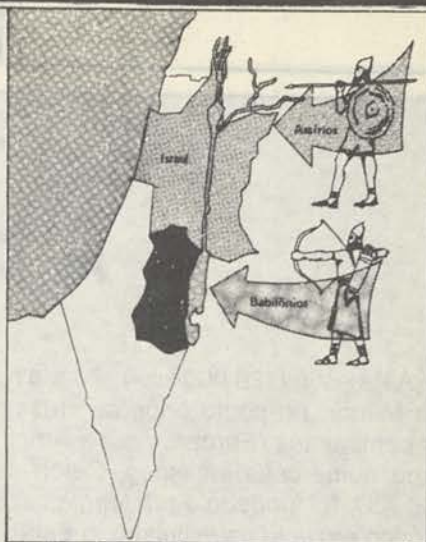
Mapa 5: Situação em 1948. Os judeus possuíam 5,67 por cento da terra da Palestina.



Mapa 6: Plano da ONU. Segundo esse plano os judeus constituíram-se em donos de 56,47 por cento da terra palestina.



Mapa 3: Reino hebreu. Donos de uma parte da Palestina e do leste do rio Jordão, os hebreus fundam um reino sob o mando de Saúl (ano 1020 A.C.). Sucedem-lhe David e Salomão. Ficou conhecido como reino hebreu. Parte do território da Palestina nunca foi dominado pelos hebreus.



Mapa 4: Reinos de Israel e Judá. Durante o reino de Salomão, o reino hebreu divide-se (ano 923 A.C.) em reino de Israel, ao norte, e de Judá, a sul, que foram conquistados por assírios e babilônios, respectivamente.



Mapa 7: A agressão de 1948. Depois da guerra de 1948, os sionistas apoderam-se de terras palestinas até possuir 78 por cento da superfície total do país.



Mapa 8: A guerra de 1967. Depois da agressão de 1967, os sionistas apoderam-se de todas as terras da Palestina assim como das colinas do Golan e do Sinai. A ocupação continua até hoje.



A história desde

A Palestina (28 000 km²) situada na Ásia Menor, no ponto onde se cruzam três continentes (Europa, Ásia e África) sofreu numerosas invasões. Cerca de 2500 A.C. foi fundado o primeiro estado histórico em solo palestino: o Estado dos cananeus.

Em 1200 a.C. os hebreus fugiram do Egito chefiados por Moisés e depois de passarem sessenta anos no deserto do Sinai, invadiram o Estado dos cananeus liderados por Josué, conquistando parte da Palestina e da Jordânia, onde estabeleceram o primeiro reino hebraico. Segundo os historiadores, este reino dividiu-se em dois no ano 933 A.C.: a Judeia ao sul e o reino de Israel ao norte. Ambos foram destruídos: Israel, por volta de 713 A.C. pelos assírios e a Judéia pelos babilônios, em 386 A.C. A partir de então, os judeus conviveram com o resto da população da Palestina – na maioria descendentes dos cananeus – sofrendo com eles novas invasões: gregas, persas, romanas.

Sob a invasão romana, os judeus foram expulsos da Palestina (a diáspora judaica), dispersando-se por todas as partes do Mundo então conhecido e fundando importantes e prósperas comunidades no Egito, Iraque, Iémen e Síria. Fizeram muitas conversões ao judaísmo, particularmente nas tribos kha-

zaras das quais provem grande parte dos judeus russos.

No ano 630 D.C., a Palestina é invadida pelos exércitos árabes. Os historiadores sublinham que, ao contrário do resto dos invasores, os árabes misturaram-se com a população nativa (composta então por descendentes dos cananeus, hebreus e filisteus) islamiçando-a intensamente.

As Cruzadas – guerras de conquista dos senhores feudais europeus, a pretexto da conquista dos lugares santos – foram um episódio sangrento, ainda que passageiro, da história palestina. Os palestinos muçulmanos, judeus e cristãos tombavam juntos na luta contra os cruzados. Estes são definitivamente expulsos pelo chefe árabe Saladin, depois de terem permanecido cem anos em Jerusalém.

A liberdade da Palestina foi curta. Em 1517 o país é invadido pelos turcos, assim como parte da Europa e o resto do mundo árabe. Só com a vitória dos aliados na primeira guerra mundial – na qual os palestinos lutaram contra os turcos – a libertação se torna realidade. Como o resto das nações asiáticas e africanas, submetidas ao colonialismo, a Palestina ansiava pela independência. Em 1917 o governo britânico, que ainda não tinha conseguido o mandato sobre a Pales-



os Cananeus

tina, emite este comunicado, conhecido como **Declaração Balfour**, nome do ministro do exterior britânico:

«O governo de Sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento de um lar na Palestina para o povo judeu e empenhará todos os seus esforços para a realização deste objectivo, devendo ser claramente entendido que nada poderá prejudicar os direitos civis e religiosos das colectividades não judaicas existentes na Palestina, nem os direitos nem o **status** político de que gozam os judeus noutros países.»

Nesse ano de 1917, os palestinos representavam 92 por cento da população palestina e possuíam 97,5 por cento das terras do país.

Logo desde o início da dominação britânica, o povo palestino enfrentou energicamente esta nova ocupação. Durante todo o mandato os britânicos, apoiaram a imigração maciça de judeus de todo o Mundo, facilitando-lhes a colonização das terras. De 8 por cento em 1917, a percentagem de judeus aumentou para 33 por cento em 1948, dominando 55 por cento das terras.

Segundo os historiadores árabes, é uma realidade incontestável que o povo palestino acolheu de braços abertos, no início, os imigrantes judeus, dos quais se sentia solidário. Mas quando os gru-

pos armados sionistas Haganah, Stern, Irgun, (treinados e ajudados pelos britânicos) começam os actos terroristas e os massacres contra os palestinos a fim de os intimidar e de os obrigar ao abandono do país, a população palestina, na maioria composta por camponeses, reagiu desde logo energicamente. Apesar da desigualdade evidente entre os desarmados camponeses e os bem treinados e armados grupos sionistas, existem múltiplos exemplos de rebeliões.

A Inglaterra começava entretanto a declinar e os sionistas preferiram o apoio dum potência em ascensão, os Estados Unidos, que passaram a exigir a saída dos ingleses daquele território.

Em 1948, a Inglaterra abandona a Palestina, não sem antes ter tentado remediar uma situação que ela mesma tinha ajudado a criar. Os sionistas apoderaram-se então, não só das terras que lhes tinham sido presenteadas na partilha das Nações Unidas de 1947, como de muitas outras; e em Maio de 1948, proclamam o Estado de Israel, ocupando 78 por cento da Palestina. Já então tinham sido expulsos do solo palestino mais de um milhão de refugiados. O resto da Palestina (Cisjordânia e Gaza, que tinham ficado, a primeira sob controlo do reino da Jordânia e a segunda sob a administração do Egipto) foi ocupado por Israel em 1967.



Quem são e onde estão os palestinos

Dispersos no Mundo Árabe e reprimidos nos territórios ocupados, eles esforçam-se por formar técnicos e cientistas, preparando-se para administrar o seu Estado.

A imagem do palestino *fe-dayin*, ou a do palestino confinado no trágico recinto dos campos de refugiados, só nos dá uma visão parcial da realidade. E não é por acaso que somente essas factas estejam sendo transmitidas pelos meios de comunicação capitalistas. É através dessa distorção dos factos que se tem conseguido que nos Estados Unidos 30 por cento da opinião pública aceite o rótulo de «terrorista» como sendo o que melhor define os palestinos; 17 por cento, a descrição de «um povo displicente que não se importa de se estabelecer em qualquer outro país» e 19 por cento, a qualificação de «refugiados em busca de um lar». (Informação da revista Time sobre os palestinos em Abril de 1980).

No entanto, tivemos acesso a dados que nos aproximam do verdadeiro conhecimento do povo palestino.

A primeira questão que surge é: *Onde vivem os palestinos?*

Pode-se afirmar que a maioria deles vive no Médio Oriente, assim distribuídos: um milhão na Jordânia (onde constituem 65 por cento da população); 450 mil no Líbano; 650 mil em Israel; 1200 milhares na Cisjordânia e na Faixa de Gaza; 160 mil

na Síria, 150 mil no Kuwait (aproximadamente 20 por cento da população) e em importantes comunidades no Egipto, Líbia, Iraque, Arábia Saudita e nos países do Golfo, além de pequenas comunidades na América Latina, Estados Unidos e Alemanha Ocidental.

Desses quase quatro milhões de palestinos, apenas um milhão e oitocentos mil têm legalmente o **status** de refugiados dado pelas Nações Unidas. E destes, só aproximadamente 650 mil vivem em campos de refugiados (ao todo 61), distribuídos pelo Líbano, Jordânia, Síria e pelos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza.

Que fazem os palestinos? É outra pergunta fundamental. Na sua maioria, são camponeses e operários. Mas há um número muito significativo de profissionais liberais, homens de negócios, escritores, poetas, administradores de empresa e até banqueiros.

Os estudos mais recentes mostram que cerca de 62 por cento da população palestina dos territórios ocupados é composta por assalariados, enquanto a burguesia nacional se encontra na sua maioria no Kuwait, Líbano e países do Golfo. A burguesia dos territórios ocupados sofreu um

processo de proletarização, como consequência da ocupação e perdeu força como classe.

Um elevado número de palestinos estudam em universidades, dentro e fora do mundo árabe, aproximadamente uns 800 mil. Alguns palestinos alcançaram posições muito influentes no mundo árabe, participando inclusive a nível de governo. Segundo um estudo promovido pelo dr. Nabel Shaath, professor assistente de administração de empresas na Universidade Americana de Beirute, em conjunto com os doutores Eugene Makhlof, Antoine Zahlan e Elie Eid, e com a colaboração do Instituto de Estudos Palestinos, haveria no mundo árabe 27 embaixadores palestinos, 7 ministros de Estado, 16 funcionários governamentais de alto nível, 30 juizes, além de 100 professores universitários encarregados de pesquisas e directores de projectos e 327 ajudantes de pesquisa. Na área da administração, encontram-se nos países árabes 100 directores-executivos palestinos, em empresas de grande porte, 369 gerentes, 376 vice-presidentes, gerentes assistentes e chefes de departamento e 1084 gerentes em instituições consulti-vas.



Aspectos de uma mesma realidade: O campo de refugiados de Baqa'a; 800 mil palestinos estudam em universidades árabes e não-árabes; os fedayines, a resistência em armas.



Informa esse mesmo estudo que, praticamente, não há profissionais palestinos desempregados, ainda que muitos deles sejam considerados estrangeiros que serão dispensados quando os países árabes em que actuam receberem os seus próprios técnicos, actualmente a estudarem em universidades europeias e do Mundo Árabe.

Que profissões?

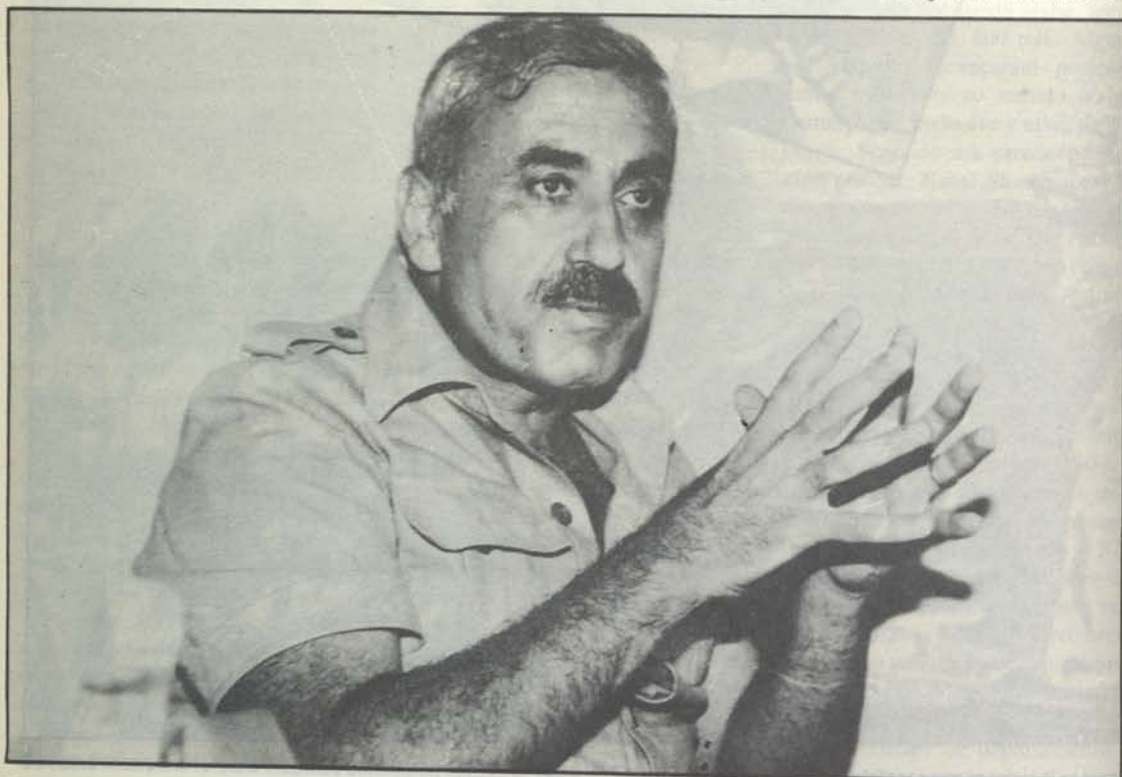
Ainda segundo esse estudo, entre os palestinos graduados há um certo desequilíbrio a favor das ciências humanas, em detrimento

das carreiras científicas (61 por cento para Ciências Humanas e 39 por cento para carreiras científicas). Tal facto é explicado de uma maneira simples: para os palestinos, é relativamente fácil trabalhar e estudar como externos no Mundo Árabe, comparecendo unicamente às universidades para fazer exames. E isso só é possível nas Ciências Humanas, Sociais e em Direito. Milhares de palestinos que trabalham nos países do Golfo, na Arábia Saudita e no norte da África, só têm possibilidade de terminar os estudos universitários dessa forma.

Porém, segundo a mesma fonte, a percentagem de diplomados em cursos de pós-graduação aumenta sig-

nificativamente em Ciências, em detrimento das carreiras humanas. Assim, 93,4 por cento dos que conseguem o grau de PhD pertencem à área científica.

A maior parte dos estudantes palestinos concentra-se na Universidade Árabe de Beirute (fundada por Gamal Abdel Nasser): de um total de 18 mil estudantes, ela teria 10 mil palestinos e jordanos em 1970 (essa Universidade oferece cursos de ciências humanas, administração e advocacia, com apenas um pequeno departamento de Engenharia). O dr. Shaath calcula que esse desequilíbrio se manterá devido às crescentes dificuldades dos palestinos em frequentar os cursos re-



George Habbash: «O Estado palestino será democrático»



gulares de Engenharia, Medicina, e de áreas técnicas de um modo geral, que exigem uma disponibilidade de tempo muito grande.

Um número significativo frequentava a Universidade Egípcia, que actualmente reduziu muito a sua quota de estudantes estrangeiros por motivos políticos e pela dificuldade de satisfazer as necessidades da sua própria classe estudantil.

Para os estudantes dos territórios ocupados ou para os jovens palestinos residentes em Israel, é extremamente difícil ter acesso a um título universitário. De cada cem mil palestinos, somente 88 ingressam na universidade em Israel, enquanto que de cada cem mil israelitas, 1500 conseguem vagas na universidade, segundo dados do *Israel Government Yearbook* citados no ensaio do dr. Shaath.

De mil palestinos com PhD, só 50 pertencem às áreas humanas. O restante pertence ao campo científico, em ramos tão variados como Química, Matemática, Engenharia Aeronáutica, Micropanteologia, Tecnologia de Alimentos, Petroquímica, Estudos Nucleares e Física.

Oitenta por cento dos graduados estudaram em universidades árabes, 7,6 por cento em universidades norte-americanas e 6,5 por cento em universidades europeias. Dos que têm cursos de pós-graduação, 4,5 por cento formaram-se em universidades ocidentais.

Um grande número desses estudantes está actualmente a dar aulas no Mundo Árabe. Só no Kuwait, havia em 1969 três mil professores palestinos. Um importante número de engenheiros palestinos especializados em petróleo trabalha nos campos dos países do Golfo e da Arábia Saudita.

Comentava um especialista em questões árabes, residente em Beirute, que se por alguma razão os palestinos decidissem, da noite para o dia, retirar todos os seus técnicos da área do Golfo, a economia desses países poderia ficar paralisada, e que se os capitais palestinos também fossem retirados, aí então o colapso seria total.

Os reflexos políticos

Como não podia deixar de ser, essa estruturação da sociedade palestina (que existe, ainda que dispersa) reflecte-se no plano político. «Existem classes sociais palestinas; e pensar que todos estamos de acordo cem por cento é um erro. A partir do momento em que existem classes, haverá interesses diferentes e isso leva a opções políticas que nem sempre são coincidentes». Quem assim nos descreveu a realidade palestina foi Yasser Abdo Rabbo, da Frente Democrática, um grupo que tem origens comuns com a Frente Popular de George Habbash e que optou em seguida por um caminho independente. De definição marxista, a Frente Democrática integra a OLP, sendo responsável, no Comité Executivo, por uma das Secretarias.

Há um aspecto que une todos os palestinos, sejam eles refugiados nos campos ou banqueiros radicados no Golfo: o retorno à pátria perdida, com a proclamação de um Estado independente. Variam as tácticas e as concepções de como conquistar essa meta, podem ser diferentes também os projectos para essa pátria, depois de ser proclamada independente. Mas, actualmente, todos estão na OLP a apoiar a direcção de

Yasser Arafat que, com um profundo sentido nacionalista, soube criar um equilíbrio e uma táctica comum que satisfaz tanto os palestinos pobres como os palestinos capitalistas. A luta de libertação nacional — que já se vem desenvolvendo há muitos anos — unifica o povo palestino e devolve-lhe a dignidade perdida.

Quando for proclamado um Estado palestino independente, surgirão, sem dúvida, muitas das contradições que hoje estão relegadas para um plano secundário. No entanto, a vocação democrática que, durante esses anos, vem sendo incutida no espírito palestino e as lições da luta marcarão a actuação do governo palestino independente. George Habbash, ao responder recentemente sobre quais as características que teria esse Estado, afirmou: «A ideia da convivência democrática prevalecerá na nova sociedade a ser criada.»

A ligação entre a Palestina do passado e a do futuro está presente na resistência nos territórios ocupados, no desenvolvimento político nos campos de refugiados e no renascer cultural que se consolida em expressões literárias, poemas, canções revolucionárias, institutos de cinema, centros de pesquisa, núcleos de produção artesanal.

Todo esse vigor e essa mística nasceram da resistência. Da diáspora sem horizontes de 1948 ao movimento palestino unificado e internacionalmente projectado de hoje, a diferença é apenas uma: a organização e a luta. O povo palestino passou de **refugiado a revolucionário**. Um jovem de 18 anos nascido num campo perto da cidade de Tiro (Libano) definiu assim essa realidade: «A luta deu-me a resposta de quem eu sou.» □



As crianças e os jovens são educados e recebem treinamento militar.

Uma visita aos campos de refugiados

*As crianças e os jovens são educados
e recebem treinamento militar
enquanto os pais velhos vivem com a ilusão de um dia
voltar à pátria*

QUANDO tentávamos imaginar como seriam os campos de refugiados palestinos não conseguíamos muito: a palavra «campo» dava-nos a ideia de precariedade, falta do elementar, marginalização. Mas isso não se conciliava com um outro aspecto da vida nos campos sobre o qual tínhamos ouvido falar: a mística patriótica e revolucionária. A fortaleza espiritual e moral. A semente do novo Estado palestino.

Pensávamos sobre isto à medida que nos aproximávamos de Tiro, na nossa viagem ao sul do Líbano. Os mais importantes campos da região estão nos arredores dessa milenar cidade, património histórico das civilizações mediterrâneas, submetido a sistemáticos bombardeamentos de artilharia israelita.



Percorremos vários campos. Ficamos mais no de Rashidieh, onde os habitantes haviam preparado uma recepção especial para os visitantes: pão árabe recém-saído do forno, coalhada, peixe frito, quibe e chá. Bastava olhar em volta para se constatar que aquela refeição, apesar da sua simplicidade, era um pequeno luxo somente explicado pela tradicional hospitalidade dos árabes.

A vida é efectivamente dura nos campos. Imperam as construções precárias, poucas tem luz eléctrica, faltam os esgotos. As ruas são de terra batida, e os móveis, quase todos de fabricação caseira, são escassos. Os campos são, na verdade, pelo menos na sua grande maioria, bairros periféricos de cidades libanesas, sírias ou jordanas. Para os latino-americanos, fazem lembrar as favelas ou os «cantegriles».

Conversámos com uma família escolhida ao acaso: a avó não parava de nos perguntar se chegaria a viver a alegria do regresso à sua aldeia, próximo de Belém. A mãe organizava os seus pequenos e numerosos filhos para que nos cantassem velhas canções palestinianas. À despedida disse-nos: «esperamos que vocês nos visitem algum dia na nossa casa, na Palestina. Até à vitória!».

Os comentários que circulavam eram sobre os últimos bombardeamentos israelitas.

Os sinais de destruição eram visíveis; muitos haviam morrido nos arredores. A vigilância era exercida vinte e quatro horas por dia.

Com as últimas luzes do entardecer, assistimos a uma cena quotidiana em todos os campos de refugiados: o treino militar de todas as crianças maiores de seis anos e dos adolescentes. Os instrutores eram



...enquanto os mais velhos vivem com a ilusão de um dia voltar à pátria

também jovens, alguns deles com experiência em operações reais. Hoje estão ali, amanhã podem estar na frente de combate ou ingressando em alguma universidade, segundo as necessidades da luta e as capacidades individuais.

O treinamento é duro. Não são balas a fingir nem armas de madeira. Mas, como poderia ser de outra maneira, se para eles a guerra é tão real, quando a morte e a destruição são esperadas a qualquer momento? E particularmente no campo de Rashidieh, que tem sido alvo de ataques sistemáticos?

Ginástica e tiro, saltos e provas de resistência. Quando o instrutor considera que já é suficiente, todos se perfilam junto à bandeira palestinianiana. Cantam hinos revolucionários e, com extremo formalismo e dentro de uma atmosfera de respeito, a bandeira é retirada do seu mastro e cuidadosamente dobrada. Mais um dia passou.

Os jovens têm também aulas durante o dia, a nível primário e secundário, e os adultos analfabetos frequentam cursos especiais. Mohammed Iraki tem vinte anos. Nasceu num campo e perdeu o irmão (de quem adoptou o nome) na luta de Taal-al-Zatar. Prepara-se agora para ingressar na universidade e vai estudar engenharia civil. Já treinou jovens mais novos que ele, seguindo o mesmo roteiro que outros utilizaram para o seu treino. Afirma que a disciplina e a solidariedade dos campos forjaram o seu temperamento de revolucionário.

Há muitos jovens como ele que nascem nos campos e que aí compreendem o sentido da luta pela Palestina. É possível que, mais do que os palestinianos que se incorporaram nas sociedades de outros países árabes, os que vivem nos campos sejam os que actuam efectivamente como «correia de transmissão» da mística pela recuperação da terra perdida. □



Desfile de Samed

A batalha da auto-suficiência

A sociedade de trabalhos dos mártires palestinos, Samed, é um projecto piloto que já emprega 3500 trabalhadores. Trinta e três unidades de produção e assistência a países africanos servem de experiência para a sociedade do futuro.

O desterro maciço criou alguns problemas para os palestinos, principalmente no plano económico. Paralelamente à organização política, nasceu a necessidade de se criarem fontes de trabalho para os refugiados, em particular para os jovens.

Em 1970, fundava-se na Jordânia, onde estava a maior parte dos palestinos naquele momento, uma instituição que, em princípio, se destinava a dar um ofício aos filhos dos mártires, ajudando-os a encaminhar-se na vida. Com os acontecimentos da Jordânia — o

trágico Setembro Negro que obrigou os palestinos a fugirem para o Líbano — essa instituição também se viu forçada a recomeçar as suas actividades neste país. Assim, já em 1973, a Samed tinha como principal objectivo dar trabalho aos operários palestinos, muito afectados economicamente pela guerra e pelo exílio. A meta era desenvolver essa instituição a fim de se alcançar a auto-suficiência.

Uma experiência piloto

A capacitação para o trabalho dos filhos dos mártires, assegurando-

lhes empregos; o desenvolvimento da capacidade técnica e científica dos palestinos; assegurar ao povo palestino os produtos de primeira necessidade a preços adequados; preservar o folclore palestino tornando-o conhecido fora do âmbito árabe; construir núcleos de uma economia revolucionária, lançando as bases de uma sociedade palestina independente em solo libertado e o desenvolvimento de relações comerciais com países e forças políticas amigas da causa palestina; são essas algumas das principais metas da Samed.



Unidades de produção

O gerente geral da Samed, Abu Ala, explica-nos no seu escritório de Beirute, que estão, presentemente, em funcionamento, 33 unidades de produção com um total de 3.500 trabalhadores, 70 por cento dos quais são mulheres. A sua produção cobre as necessidades básicas do povo palestino do campo: desde alimentos enlatados até roupas civis e militares, passando pela roupa de cama, sapatos para civis e botas militares, materiais plásticos, brinquedos infantis, produtos têxteis em geral e móveis. Um aspecto importante da produção da Samed são as casas de trabalho de bordados, uma das tradições culturais palestinas que, além de preservarem a identidade nacional, ajudam a mostrar ao mundo o desenvolvimento adquirido pela resistência palestina em matéria de recuperação do legado histórico-cultural do seu povo.

Sobre o assunto, os responsáveis

pela Samed contam que os bordados tradicionais da mulher palestina são tão bonitos que os israelitas exportam a produção dos territórios ocupados, fazendo-a passar como parte da cultura deles. Golda Meir e a mulher de Dayan vestiram roupas palestinas, bordadas por mulheres dos territórios ocupados, em várias missões diplomáticas ao exterior, inclusive numa visita à Casa Branca. E que as hospedeiras da companhia aérea israelita El-Al utilizaram esses bordados nos seus uniformes de bordo.

Há mais de 25 modelos diferentes de roupas típicas palestinas, correspondendo cada uma delas a uma região geográfica, a um tipo de produção ou a uma determinada tradição religiosa. A Samed montou várias casas de trabalho de bordados, passando a vender essa produção em lojas próprias e, também, no exterior.

Uma das responsáveis pelos cen-

tros de produção artesanal da periferia de Beirute, Oroba Hijazi, nascida em Im Bakir, na Palestina ocupada, dizia-nos que os modelos adoptados para o desenvolvimento de novos bordados são as roupas dos beduínos, com 200 e até 300 anos de antiguidade, verdadeiras relíquias ou obras de arte de produção 100 por cento artesanal, já que os tecidos, inclusive, são feitos pelas mulheres palestinas em teares rústicos. Cada modelo criado nas casas de trabalho da Samed é único e tem um elevado custo. As mulheres trabalham entre cinco e seis meses em cada um desses modelos.

Cinema e projectos agrícolas

A Samed organizou também um sistema de produção cinematográfica, onde estão incluídos os aspectos artísticos e técnicos. Em geral, a produção é de material documental. Este ano, será iniciado um pro-



Oroba Hijazi, responsável por um centro de confecções da Samed, mostra vestidos beduínos palestinos de mais de 300 anos de antiguidade



Golda Meir e a sr. Dayan usaram roupas palestinas nos salões da Casa Branca, mas apresentaram-nas como parte da cultura hebraica



jecto de produção de novelas de série com temas vinculados à luta palestina, num **joint-venture** com países socialistas. Um laboratório de revelação de material filmico a cores está a ser posto em andamento, estando a ser formados no exterior 150 técnicos cinematográficos. «Sermos auto-suficientes em técnicas», afirma satisfeito Abu Ala.

Um aspecto importante da Samed é o que se refere à produção agrícola. Não é só aos refugiados que a Samed oferece assessoramento em termos agrícolas, mas também nos próprios territórios ocupados, elaborando projectos de viabilidade e ajudando a promover cooperativas de produção, procurando financiamento para esses projectos.

O trabalho é, no entanto, ainda mais ambicioso. A Samed oferece actualmente assessoria em termos agrícolas a vários países africanos: Congo, Guiné-Conakri, Guiné-Bissau, Uganda, Somália, Sudão, Madagascar. Tratava-se, em geral, de projectos de fazendas-modelo

com culturas adequadas ao clima. Da mesma forma, fazendas para a produção de gado e galinhas. «O aspecto político é o mais importante da nossa cooperação», dizia-nos Abu Ala. «Nós não temos petróleo mas temos recursos humanos com os quais podemos cooperar com os países que se solidarizam com a nossa causa».

Abu Ala lembra que o presidente N'Gouabi do Congo disse, numa oportunidade, que nunca esqueceria que os vietnamitas ajudaram o seu país, dando-lhes assistência técnica em plena guerra. «O mesmo vai acontecer com os palestinianos», afirma ele.

Em muitos desses países, os técnicos agrícolas palestinianos colaboram com especialistas cubanos que estão, de igual modo, a prestar esse tipo de assistência, trocando experiências e, por vezes, inclusive maquinaria e, até mesmo, sementes. Estão presentemente em estudo projectos de assistência técnica a Angola e a Moçambique.

«Tudo o que estamos a fazer permite-nos acumular experiências», disse o gerente geral da Samed. «Vamos comprovando como se constrói uma economia justa, de acordo com as nossas concepções e com uma adequada relação entre a administração, o trabalhador e a máquina». E acrescenta: «Mas o que mais importa, no final do ano, é quantos novos trabalhadores foram empregados».

Trata-se, naturalmente, de obter uma produção não deficitária, embora com certa ênfase nos aspectos social e trabalhista. Quando terminaram os combates no campo de Taal-al Zatar contra a direita libanesa teve de montar-se, em três dias, um projecto da Samed para dar trabalho a 350 famílias de refugiados que estavam a ser instalados no campo de Damour. «Demos a esse projecto todas as prioridades e tornámos realidade o que parecia impossível: assegurar a auto-suficiência de todos esses compatriotas».



Wafa Al-Khatib, nascida no campo de refugiados de Borj-al-Barajni, de trinta mil habitantes, tem actualmente vinte e um anos. Participou em acções armadas durante a guerra civil no Líbano, a partir de 1975. Nessa guerra, perdeu dois primos da sua idade e nascidos como ela em campos de refugiados.

Wafa trabalha actualmente na Samed. Ela é responsável pela ligação entre os artesãos que produzem nos campos de refugiados e a empresa. «Para mim, o trabalho na produção ou a participação na guerra é parte da mesma luta; são duas formas diferentes de assumir uma única responsabilidade: ajudar o meu povo», afirma Wafa.

O LAR



A galinha tem uma casa. Sua casa é o galinheiro.



O coelho tem uma casa. Sua casa é a toca.



O cavalo tem uma casa. Sua casa é o estábulo.



O peixe tem uma casa. Sua casa são os rios e os mares.



O gato gosta de andar pelas ruas. Mas tem a casa que ama e está orgulhoso dela.



O pássaro tem uma casa. Sua casa é o ninho.



Todo mundo tem uma casa. A casa dá alegria e segurança.



O palestino não tem casa. As barracas e casas onde eles vivem não são suas.



Onde está a casa do palestino? A casa do palestino está na Palestina.



O palestino não vive na sua casa. O inimigo a ocupou.



Como o palestino poderá recuperar sua casa? Somente com as armas poderá recuperá-la. E o palestino voltará à sua casa porque somente a ele ela pertence.



A mulher entre a tradição e a resistência

Uma entrevista exclusiva com May Sayeh, vice-presidente da União das Mulheres Palestianas, uma importante organização dentro da OLP.



«A luta da mulher palestina é a continuação de uma luta iniciada no princípio do século contra a declaração Balfour» comentou May Sayeh, vice-presidenta da União Geral das Mulheres Palestinianas e uma das escritoras e poetisas mais conhecidas da Resistência, durante a nossa entrevista em Beirute.

Recentemente, May representou a OLP na Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada em Copenhague, juntamente com Layla Khaled, a famosa jovem que nos anos sessenta, com 19 anos, participou em vários sequestros de avião.

A conversa com May foi bastante agradável e revelou uma mulher de grande sensibilidade, inteligente e franca. Ela mencionou os avanços que a mulher árabe e, em particular, a mulher palestina vem conseguindo, mas não definiu tudo como «cor de rosa». «A mentalidade do homem não mudou, as tradições árabes ainda pesam», afirmou May, lembrando, no entanto, que apesar da mulher palestina ter um alto grau de formação política e um nível educacional acima da média árabe, no fundamental ela está submetida às leis dos países árabes em que vive. Mesmo com os avanços já obtidos, muitas dessas leis ainda são discriminatórias».

1929: nasce a União das Mulheres

As primeiras manifestações de mulheres palestinianas foram realizadas, principalmente em Jerusalém, em 1921, contra a Declaração de Balfour, sob o lema «a Palestina faz parte do Mundo Árabe», e exigindo a liberdade para os patriotas presos. Mas foi somente em 1929 que as mulheres criaram a sua orga-

nização em todas as cidades palestinianas, fazendo um apelo à greve de resistência. As demais organizações apoiaram a greve e a rebelião foi-se fortalecendo de ano para ano. Ela alcança o seu clímax em 1936, quando é realizada na Palestina uma greve de seis meses contra a imigração judaica para o país e contra o mandato britânico.

«Não era claro para todas as forças políticas da Palestina que os judeus e o mandato britânico eram aliados. Muitos acreditavam, entretanto, que os britânicos iam retirar-se depois da independência», afirma May Sayeh, destacando a importância da greve maciça.

«Naqueles anos a resistência palestinianas já era bastante forte. A guerrilha estava nas montanhas e nas cidades. As mulheres compravam armas e recolhiam dinheiro. As armas eram compradas em Haifa, e introduzidas através da fronteira pelas mulheres, aproveitando-se do facto de que não era usual elas serem revistadas.

As mulheres ajudam a criar hospitais clandestinos por toda a Palestina e também fundam a sociedade secreta «As flores da caridade». Ante a amplitude alcançada pela resistência, os britânicos decretam a pena de morte pela força para os rebeldes, incluindo aqueles que distribuam panfletos. «Os nossos feridos não podiam ir aos hospitais e tínhamos que criar os nossos», frisa a dirigente.

A luta armada

E a luta armada, as guerrilhas, têm combatentes mulheres?

«Algumas mulheres integram-se na luta armada. A nossa primeira mártir foi Fatma Gazaal, que morreu

em combate. Da mesma forma que outros sectores da população, também as mulheres se levantam em 1948 contra a divisão do território palestiniano. Em geral, as mulheres desempenhavam tarefas de correio entre os combatentes. O primeiro programa da União Geral das Mulheres estabelece o boicote aos bens judeus e britânicos.

Uma vez concretizada a divisão da Palestina, qual é a situação da mulher?

«As mulheres continuam na resistência nos territórios ocupados, apesar das actividades estarem proibidas».

May revela que, em 1965, pouco depois de criada a OLP e no mesmo ano em que começam as operações armadas nos territórios ocupados, as mulheres sentem que têm que actualizar a sua organização para melhor responder às exigências dos novos tempos, a etapa de reorganização do povo palestiniano. É realizada a Segunda Conferência (a primeira foi em 1929, para fundar a União). Pela primeira vez, milhares de mulheres palestinianas começam a trabalhar fora do lar.

Isto provoca uma mudança profunda na sociedade. Só as filhas da burguesia palestinianas podiam estudar naquela época. As restantes jovens trabalham como domésticas, umas poucas eram operárias e outras conseguem melhores empregos. «O povo palestiniano perdeu o seu poder económico e a mudança exigiu que a mulher passasse a desempenhar um papel importante na economia familiar», afirmou May.

«A mentalidade do homem não mudou»

Milhares de mulheres estão já organizadas. Os israelitas todas as



vezes que encontravam uma mulher numa operação sentenciavam-na a duras penas de prisão. Havia, segundo dados relativamente recentes, quatro mil prisioneiras palestianas nos cárceres e campos de concentração israelitas, constituindo alvo sistemático de tortura.

«Hoje a mulher é uma base importante na OLP, tanto as que estão aqui como as que vivem no exterior. Nas universidades praticamente há tantos estudantes homens como mulheres. Mas apesar de todos esses avanços, a mentalidade do homem não mudou. As tradições árabes ainda pesam», explica May.

«Estamos dispersas no mundo árabe. Submetidas às leis de cada país. Posso dar-lhe o exemplo de mulheres palestianas universitárias, casadas com maridos da Arábia Saudita, que hoje vestem as roupas tradicionais. O mesmo acontece em outros países árabes. Elas vão da escola para casa, depois de terem sido militantes revolucionárias».

«Isso deixa claro», afirma a vice-presidente da União Geral de Mulheres, «que a libertação da mulher palestina só será alcançada com a Revolução. Nada se consegue apenas frequentando a Universidade. Não se consegue nem mesmo participando na economia familiar. São as leis que têm que mudar. E até que tenhamos o nosso Estado independente, com as nossas próprias leis, não poderemos superar totalmente as tradições. A nossa União está convencida que a mulher palestina não poderá libertar-se até que a Revolução seja vitoriosa».

Quando você diz que «a mentalidade do homem não mudou», a impressão que se tem é a de que o homem palestino também está incluído...



Sim, também os palestinos. Os homens árabes não acreditam que as mulheres possam participar na tomada de decisões... Veja: somente 14 membros do Conselho Nacional Palestino são mulheres e temos somente uma representante no Comitê Executivo, a presidente da nossa União. Se ela está ausente, o seu lugar é ocupado pela vice-presidente. Não podemos ter duas delegadas».

Você acha que devido a essa tendência do homem relegar a mulher, seria melhor que homens e mulheres trabalhassem juntos dentro da OLP, isto é, que a mulher palestina não tenha que se restringir aos trabalhos exclusivos da União Geral das Mulheres?

«Não. As nossas mulheres têm que

passar primeiro por uma etapa de formação como quadros políticos. Pelo tipo de educação que recebem, elas têm inibições naturais. Numa reunião em que participem homens, os seus maridos, irmãos ou filhos, elas nunca pediriam a palavra. Assim, depois de terem passado pelos cursos da União Geral das Mulheres, nas suas opiniões, na sua capacidade intelectual, estão aptas para participar de igual para igual nos debates com os homens, em qualquer instância dentro da Organização».

As relações com as mulheres judias.

Perguntamos a May se a União tinha algum tipo de vínculo com mulheres judias militantes. Ela respondeu que através da advogada de pre-

so políticos palestinos, Felitzia Langer, uma judia progressista que luta pela causa palestina, tem conseguido alguns contactos, apesar de não orgânicos. Também foram realizados alguns contactos através das militantes do Partido Comunista Judeu, disse May.

Quem está mais avançada, a mulher palestina ou a israelita?

«A maior ou menor participação da mulher está de acordo com a ideologia. Um Estado sionista, imperialista, retrógrado, como pode ter uma atitude progressista para com a mulher? Sem dúvida, nós estamos mais avançadas.»

May é poetisa e escritora. Tem livros traduzidos em vários idiomas, que são citados com destaque dentro da produção intelectual palestina. Perguntamos se é normal que as mulheres palestinas escrevam.

«Não, não é habitual. Escrever é tomar uma decisão, assumir o que se põe no papel. E a mulher palestina não é educada para isso. A mulher fica em dúvida quando tem que tomar decisões. Escrever é uma responsabilidade, e por isso existem poucas mulheres na nossa literatura.

Como começou você?

«Eu tive uma oportunidade muito particular. E a minha mãe foi a responsável por ela, pois foi ela quem me ensinou a admirar os poemas antes mesmo de eu saber ler ou escrever. Ela era uma grande poetisa. Escrevia às escondidas. Não dava valor ao que fazia. Casou-se e aí terminou tudo. Mas deixou vários poemas. Eu recopiei-os e compreendi que ela morrera sem saber que era uma das maiores poetisas palestinas. □

B. Bissio



May Sayeh: temos feito contactos com militantes do Partido Comunista Judeu



As crianças na Revolução

Com famílias adoptivas, os órfãos dos mártires palestinos refazem a sua vida.
O apoio de psiquiatras ajuda-os a esquecer os horrores da guerra.

Nádia Kalime

A memória é a arma do futuro quando se trata de crianças que sofreram com a guerra. Por isso, nas escolas onde se organiza a resistência palestina, a memória tem lugar especial, importantíssimo, embora despojando-a do seu carácter traumático. O horror vivido marcará essas crianças por toda a vida, mas procura-se que ele seja utilizado para um resultado positivo.

A resistência palestina criou escolas especiais onde estudam e moram as crianças de Taal-al-Zatar, acampamento de palestinos e operários libaneses da zona semi-industrializada de Beirute, que durante cinquenta e dois dias resistiu aos ataques da artilharia pesada da

direita falangista, com um saldo de cinco mil mortos. Todos os que podiam defender o acampamento foram massacrados; e para que nada restasse do heroísmo dos seus habitantes, o local foi arrasado por um *bulldozer*. Esporadicamente, a organização direitista Falange Libanesa realiza comícios nesse terreno deserto em que o antigo acampamento se transformou, talvez como uma advertência.

As crianças que conseguiram escapar ou que foram resgatadas pela Cruz Vermelha quedaram-se como testemunhas do massacre. Muitas delas viram morrer os seus pais e tiveram que passar vários dias rodeadas de cadáveres. O lar criado para eles, *Beit-as-samud*, não é um

orfanato. É verdadeiramente um lar. Ali vivem 130 crianças, dos 4 aos 16 anos de idade, reunidas em 15 famílias, cada uma delas com a sua mãe adoptiva. Nos casos em que subsistiram parentes vivos, a antiga estrutura familiar é respeitada. Algumas das novas famílias têm até cinco ou seis irmãos de sangue. As mães adoptivas são geralmente viúvas de Taal-al-Zatar, que conheceram os pais das crianças de que agora cuidam.

Para as crianças dos 4 aos 6 anos há um jardim de infância onde elas agora moram. As mais crescidas frequentam as mesmas escolas que as demais crianças de outros acampamentos de refugiados. Acabadas as aulas, as crianças regressam ao lar.





Aí levam uma vida sadia e preenchida. Vão ao cinema com os seus pais e irmãos adoptivos e fazem excursões ao campo uma vez por mês.

Conhecer a Palestina

Perguntámos à Presidenta da Associação Geral de Mulheres Palestinianas e uma das fundadoras de *Beit as-samud* se permitem que as crianças sejam adoptadas por famílias palestinianas ou libanesas. A resposta que nos deu foi peremptória, que isso não é admitido em nenhum caso: «a resistência palestiniana tem capacidade para proporcionar um verdadeiro lar para os filhos dos seus mártires. É da nossa responsabilidade e fazemos o possível por cumpri-la» — afirmou-nos.

Para que as crianças conheçam a história do seu povo, todas as semanas se realiza uma reunião onde é contada a história da Palestina.

«Ensinamos as crianças a conhecerem a Palestina como a sua pátria e o movimento sionista — não os judeus

— como o seu inimigo», explicou-nos a dirigente palestiniana. Além disso, existem aulas de artesanato, bordados e folclore.

Foi necessária a colaboração de psiquiatras para ajudar as crianças a superar os traumas causados pelos horrores vividos. «Usamos actividades psicoterapêuticas de auto-expressão na pintura, na dança, no teatro, dentro de uma atmosfera familiar e dando-lhes carinho», conta-nos a Presidenta da Associação Geral de Mulheres Palestinianas, afirmando terem elas já por diversas vezes representado a Palestina em diversos festivais internacionais na União Soviética, França, Bélgica e Kuwait.

Além do lar para crianças de Taal al-Zatar, a resistência palestiniana criou a «Escola da Felicidade das Crianças», *Isaadà at-Tofula*, com 450 filhos de mártires, não só palestinianos mas também de outras nacionalidades árabes, aí cursando os seus estudos até ao terceiro grau. Depois, o Departamento de Assun-

tos Sociais da OLP encarrega-se da sua educação secundária e universitária. Esta escola conta também com aulas de pintura, música, teatro e folclore palestinianos.

Este tipo de lar-escola e as escolas de instrução primária segundo estas características não são de agora. Na Jordânia já igualmente havia sido criada uma destas instituições para filhos de mártires. A nossa interlocutora afirmou-nos que a resistência palestiniana teve sempre a preocupação de que as crianças não fossem criadas como orfãos comuns, «devem saber que os seus pais morreram por uma causa justa e que a Resistência, que representa essa causa, é uma verdadeira família. Depois da saída da capital jordana, Aman, em 1970, a resistência continuou este tipo de actividades no território do Líbano.

Como se pode observar nos desenhos das crianças dessas escolas, a guerra está sempre presente, assim como a confiança nos combatentes e o amor à Palestina. □





O cinema, arma política

O Instituto de Cinema Palestino surge com a Resistência. Os cineastas organizam-se em cooperativa para distribuir os seus filmes e levar aos palestinos a produção de outros países do Terceiro Mundo.



A resistência palestina considera a cultura como uma frente de batalha e dedica-lhe grande parte dos seus esforços. Em contrapartida, o Estado de Israel emprega todo o peso do seu poder para destruir a cultura do povo palestino.

No entanto, ainda hoje se pode dizer que os palestinos constituem um dos povos mais cultos do Mundo Árabe e esse é o fruto da batalha constante da resistência (tanto no interior da Palestina ocupada como no Líbano), ao resgatar e incentivar uma tradição artística e cultural de raízes milenárias.

A actividade cultural realiza-se nas escolas, nos orfanatos (lares-escolas), nos acampamentos de treinamento das crianças e nos campos de treinamento dos *fedayin*. Entre outras formas de expressão são realizadas exposições de pintura e projecções de filmes do Instituto de Cinema Palestino.

As origens do cinema palestino

As organizações culturais palestinas surgem com a própria fundação da Resistência. Depois do primeiro exílio para a Jordânia, em 1948, os grupos de refugiados começam a forjar uma organização. Funda-se a Resistência e, simultaneamente, criam-se escolas primárias, associações de pintores e escultores, escolas de artesanato e os primeiros orfanatos para os filhos dos mártires. Durante esses anos, surge o Instituto de Cinema Palestino.

Quando, depois do «Setembro Negro», os palestinos se vêem obrigados a procurar refúgio noutras paragens, principalmente no Líbano, transfere-se também para ali o insti-

tuto, que, actualmente, exhibe na sala de entrada a câmara que o mártir Hani Yawhariyeh utilizava quando caiu varado pelo fogo sionista ao filmar a batalha de Aintura, em 1976. Yawhariyeh foi o primeiro mártir na história do jovem cinema palestino e um dos fundadores do Instituto de Cinema.

No símbolo do Instituto estão resumidos os seus objectivos: um ramo de oliveira, simboliza a paz pela qual se tem de fazer a guerra, uma espingarda e duas bobinas de filmagem. Adann Madanat, um dos responsáveis pelo Instituto, afirma que «a Resistência atribui grande importância política ao cinema», cujas actividades remontam ao ano de 1948, em Aman, sob a forma de cinema documental, para arquivo histórico, dos principais acontecimentos da luta. Muitos desses cineastas tinham trabalhado na televisão jordana e eram palestinos que se tinham engajado nas fileiras da Revolução.

Os pioneiros foram Yawhariyeh, o mártir, Sufala — que ficou semiparalisado por um tiro que lhe resvalou no crânio — e Mustafá Abou Ali, o actual director do Instituto.

Cinema debaixo de bombas

Em Aman foi produzido apenas um filme: «Não aos acordos de capitulação» e alguns documentários sobre o «Setembro Negro». Mais recentemente, em 1972, o trabalho toma novo impulso com a criação do «Grupo de Cinema Palestino», formado por cineastas, escritores e intelectuais palestinos e de diferentes nacionalidades árabes. Nesse ano, realiza-se o Festival de Cinema Jovem da Síria e o Festival Internacional de Leipzig, com a primeira exibição de filmes palestinos.

Muitas das filmagens, além de terem de enfrentar todas as dificuldades e limitações do cinema terceiro-mundista, são realizadas sob o fogo da artilharia ou das bombas no campo de batalha. Exemplo disso é o filme «Agressão Sionista», de Mustafá Abou Ali, filmado durante um dos bombardeamentos israelitas a Nabatieh, no sul do Líbano. Das três bobinas filmadas, duas foram destruídas durante o bombardeamento. Nessa ocasião, foram aprisionados, feridos e posteriormente assassinados dois mártires do cinema palestino.

Mesmo depois de fundado o Instituto de Cinema Palestino, cada grupo integrante da OLP manteve dentro da organização o seu pequeno instituto próprio. Agora, entretanto, encontra-se em processo de fundação o Instituto Unificado de Cinema Palestino.

Relações com o Terceiro Mundo

O cinema palestino interessa-se em estabelecer vínculos com os institutos cinematográficos e associações de cineastas do Terceiro Mundo. No Festival Internacional de Cartago do ano passado, a OLP concedeu o prémio «Mártir Hani Yawhariyeh» a um filme latino-americano; e um dos últimos filmes produzidos pelo Instituto foi sobre o Festival da Juventude de Havana; um recado de solidariedade a todas as lutas de libertação do Terceiro Mundo.

A causa palestina, por sua vez, atrai muitos cineastas estrangeiros. Vanessa Redgrave e Roy Battersby, por exemplo, filmaram recentemente «Os Palestinos». Cineastas como Godard e outros, suíços e ho-



landeses particularmente, fizeram co-produções com o Instituto, assim como a sociedade italiana Unitelefilm, que realizou a produção «Taal al-Zatar».

O filme sobre o Festival de Havana foi realizado por Jean Chamoun, libanês que, apesar do seu sobrenome (Chamoun é uma das mais famosas famílias de juristas libaneses, cujo expoente máximo é o ex-presidente Camille Chamoun), é um jovem cineasta revolucionário. Actualmente, Jean trabalha num projecto de um filme sobre o problema do Líbano, analisando-o historicamente desde a queda do Império Otomano, com particular incidência na formação interna da sociedade libanesa, o *confessionalismo* (1) e a relação de cada seita com uma potência estrangeira. Fala também das numerosas guerras civis anteriores, a de 1848, a de 1860, 1958 e naturalmente a mais recente.

Sobre o «Hino à Liberdade», o seu filme sobre o Festival da Juventude

de Havana, Jean afirma que contou com uma equipa bem pequena: um operador de câmara e um técnico de som. «Tive a ideia de não fazer apenas um diário do Festival, mas um filme de sentido mais global» — afirma Jean. «A partir do povo que desfilava — refere o jovem cineasta —, queria narrar a sua própria história, o seu espírito de solidariedade. Queria mostrar que os povos que lutam connosco, têm, quase todos, os nossos mesmos problemas, porque temos um inimigo comum, o imperialismo».

Jean refere que prefere o cinema documental, mas que «há que saber usá-lo se o objectivo é chegar às massas populares».

Mais recentemente, os cineastas palestinos criaram uma cooperativa para distribuir os seus filmes e comprar as realizações de círculos profissionais do Terceiro Mundo, particularmente filmes latino-americanos, para que possam ser exibidos nas Universidades e nos bairros populares.

Um precursor

Mustafá Abou Ali está ligado a quase todos os filmes palestinos. «Com todo o meu sangue e a minha alma» mostra o massacre do regime do rei Hussein contra o povo palestino, em 1970. Actualmente trabalha no projecto de uma longa metragem, baseada na obra de Emile Habibi.

Quando lhe perguntámos de que modo os cineastas de outros países árabes abordaram a solidariedade com a causa palestina, Ali afirmou-nos terem eles feito muitos filmes de ficção que distorcem a realidade da luta palestina, tentando, desse modo, capitalizar a sua popularidade. Acrescenta que só foram produzidos dois filmes realmente bons: «Les Dupes», de Tawhik Salah, sobre a novela de Gasan Kanafi, e «Kafr el Kassem», realizado por Boshan Alamiye.

«Acredita na existência de um cinema israelita progressista?» —



«A Guerra do Líbano»: um dos filmes distribuídos pela Cooperativa Palestina



Cena de um dos filmes de Mustafá Abou Ali

perguntámos-lhe. Respondeu-nos que dos filmes que tinha visto, nenhum levava em consideração os palestinos. «Vi por exemplo, de Dani Dan, 'Somos todos Judeus árabes de Israel', que, na minha opinião, avança uma análise que não difere da de Ben Gurion. Todos eles querem a segurança do seu Estado, ignorando os direitos dos palestinos. Apoiam a política israelita no seu expansionismo e enquanto não reconhecerem os direitos dos palestinos não poderemos falar de cinema progressista israelita», afirmou peremptório.

No seu filme «Com todo o meu sangue e a minha alma», que realizou juntamente com Hani Yawhariyeh — o seu melhor amigo e colega de estudos — Ali fez um ensaio, incorporando a crítica popular na produção cinematográfica.

Tínhamos estudado em escolas ocidentais (eu e Yawhariyeh) e

interrogávamo-nos se, com os métodos aprendidos, conseguiríamos transmitir uma mensagem que chegasse ao nosso povo. Essa preocupação fez com que exibíssemos o filme, mesmo antes de terminado, a quadros políticos, a pessoas comuns, a combatentes. Eles ajudaram-me a descobrir que também eu próprio tinha sido afectado pelo ocidentalismo. Desse modo, foi possível ajustar o filme à linguagem que se tornava mais clara para os espectadores, consoante o resultado dessas exhibições.

Como são distribuídos os seus filmes?

Através da OLP e dos comités palestinos no mundo. Pedimos a colaboração das televisões do mundo árabe, mas até hoje não o conseguimos.

Quando o entrevistámos, Ali regressava do Festival de Cinema

Árabe de Bagdade, daí que lhe perguntássemos a sua opinião sobre esse certame.

«A primeira sessão foi a melhor do festival, já que a Liga Árabe, o Governo iraquiano e a OLP foram as entidades encarregadas de a organizar. E tiveram de facto participação activa. A partir da primeira sessão, o papel da Liga Árabe e da OLP diminuiu e acredito que foi essa a razão para o evidenciado nos resultados finais».

Na ocasião, Mustafá Abou Ali informou-nos do recente aparecimento de uma revista de cinema de carácter teórico, editada em árabe, e brevemente também em inglês, sobre o cinema do Terceiro Mundo, revista esta feita por palestinos juntamente com outros cineastas estrangeiros e árabes. □

(1) *confissionalismo*, militância fanática das seitas (confissões) religiosas libanesas, cristãs e não-cristãs.

especialmente depois da última confrontação armada do ano passado entre chineses e vietnamitas, proporciona uma capa de legitimidade à manobra dos Estados Unidos.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (A.S.E.A.N.), da qual fazem parte as Filipinas, Tailândia, Malásia, Singapura e Indonésia, está sujeita, sob esse aspecto, a complexas pressões. Logo após o desastre norte-americano no Vietname, os líderes da ASEAN foram estimulados a transformar a organização do «clube», que tinha sido até então «uma aliança que realmente fizesse face às provocações externas». Durante a sua crucial reunião de ministros do exterior, em Junho deste ano, a ASEAN contou inclusive com a presença do secretário de Estado americano Edmund Muskie. Essa reunião pode ser apontada como o principal marco de um novo capítulo de problemas e tragédias para o Sudeste Asiático.

O complôt

Alguns dias antes dessa reunião, a Tailândia foi encorajada a mandar de volta «refugiados» cambodjanos através das suas fronteiras. Na sua grande maioria, eles eram remanescentes do regime de Pol Pot, em fuga do Kampuchea em Janeiro de 1979, após o governo de Heng Samrin ter tomado o poder em Pnom Penh. Descrita cinicamente como uma repatriação «voluntária», ela foi posta em prática apesar dos avisos de Hanoi e Pnom Penh de que nenhuma repatriação sem consulta prévia ao governo de Heng Samrin seria tolerada. Como era previsto, os vietnamitas mobilizaram as suas tropas em direcção à fronteira, para impedir futuras travessias. Os Estados Unidos afirmaram então que se tratava de «um injustificado ataque militar à Tailândia» e que estava em estudo a possibilidade de se dar uma assistência militar suficiente à Tailândia para que ela se pudesse defender.

Afirmaram ainda que, dadas as circunstâncias, eles antecipariam em carácter de urgência o envio de uma ajuda adicional e mais específica à Tailândia. Desde então, isso tem sido feito: tanques, aviões, armas, etc., têm sido profusamente enviados para a Tailândia.

A natureza e o efeito da incursão vietnamita na fronteira entre o Kampuchea e a Tailândia durante os dias 24 e 25 de Junho passado, têm sido interpretados de diversas maneiras. Segundo algumas fontes, tropas tailandesas rechaçaram os intrusos, com a arrasadora potência das suas armas automáticas, helicópteros armados com metralhadoras e artilharia (fornecida pelos EUA e a China). «Os vietnamitas queriam testar as nossas armas» — afirmou o ministro do Exterior e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional da Tailândia, Marechal-do-Ar Siddhi Savetsila — «Embora eles saibam muito bem que não poderão conquistar o nosso país».

Outras fontes disseram que os vietnamitas estavam a fazer, através da sua breve incursão, uma «afirmação política» — com o propósito de persuadir da maneira mais efectiva possível a Tailândia a deixar de servir como base das operações dos Khmer Vermelhos (Pol Pot) contra o actual regime do Kampuchea.

De facto, muitos se perguntavam por quanto tempo os vietnamitas se manteriam impassíveis à reorganização das forças de Pol Pot — quase sempre mantidas bem alimentadas e descansadas nos campos fronteiriços, à custa das Nações Unidas. Durante quase dez meses, Bangucoque esteve à espera de uma ofensiva vietnamita que tentasse «varrer» da Tailândia as forças dos Khmer Vermelhos. E eles não encontravam uma razão que explicasse a «curiosa inércia vietnamita».

A intervenção vietnamita

A escolha do momento oportuno para desfechar o ataque, dois dias

antes do encontro dos ministros do Exterior da ASEAN, encontro onde tinha comparecido o secretário de Estado dos EUA, Edmund Muskie, causou grande consternação. Mas, para os cambodjanos e vietnamitas, a consideração mais importante a ser feita era a de que, talvez se eles tivessem esperado um pouco mais, teria sido demasiado tarde para interromper o fortalecimento das fileiras dos Khmer Vermelhos.

O golpe dos vietnamitas resultou sem dúvida no fim da repatriação «voluntária» dos refugiados. Além disso, protestos dos vietnamitas e kampucheanos provocaram a suspensão do envio de alimentos ou qualquer outro tipo de auxílio aos campos de refugiados, sob a alegação de que o governo de Heng Samrin não havia sido consultado sobre nenhuma parte do programa. Relatórios independentes fizeram com que ganhasse crédito a teoria de que a assistência alimentar «internacional» para os refugiados e os suprimentos chineses e americanos realmente colocavam os Khmer Vermelhos em melhor situação, prontos para empreender golpes e ataques rápidos às forças vietnamitas. O argumento de que a assistência «humanitária» estava, na verdade, ajudando as guerrilhas persuadiu as agências das Nações Unidas a suspender o fornecimento de assistência por uns seis meses (que ele tenha recomeçado, é agora uma outra questão). O pano de fundo da reunião da ASEAN e os esforços feitos pelos Estados Unidos e a China para usarem a situação do Kampuchea com o propósito de voltar a converter o Sudeste da Ásia numa ponta de lança dos seus designios geopolíticos na área, compuseram o imediato cenário para o anúncio do reconhecimento oficial da Índia do governo de Heng Samrin. O anúncio, esperado há muito tempo, foi precedido de inéditas e extensas consultas que a Índia manteve com os governos da área mais directamente envolvidos:

todos os países membros da ASEAN, e ainda o Paquistão e o Nepal.

Mesmo assim a decisão foi rapidamente condenada pela ASEAN. O ministro do Exterior das Filipinas, Carlos Rómulo, na qualidade de presidente do Comitê Permanente da Associação, escreveu ao ministro do Exterior da Índia, expressando o «profundo pesar» da Organização com o facto de a Índia, apesar dos «tradicional e estreitos laços com a ASEAN», se ter tornado o «primeiro grande país não comunista a reconhecer o governo de Heng Samrin». O ministro filipino argumentava que o «conflito no Kampuchea ameaçava directamente a segurança nacional dos países membros da ASEAN».

Um julgamento deste tipo a Índia não podia aceitar. Daí ter explicado que o reconhecimento era baseado na «necessidade de se evitar a penetração na região da influência das grandes potências externas, assim como das suas rivalidades, com todas as suas indesejáveis consequências...» (o que era obviamente uma referência ao recomeço do fornecimento militar norte-americano à Tailândia e ao volume das forças chinesas estacionadas ao longo das fronteiras com o Vietname e o Laos).

A Índia ofereceu-se, «na sua humilde posição», para «colaborar na solução dos problemas que afligem o Sudeste Asiático». Por outras palavras, ela ofereceu-se para agir como ponte entre a ASEAN e a Indochina.

Na opinião da Índia, a maioria dos membros da ASEAN deveriam ter-se esforçado para normalizar as suas relações com o Vietname, reconhecendo efectivamente o governo de Heng Samrin no Kampuchea.

Especulações a respeito das razões que levaram ao endurecimento da atitude da ASEAN centram-se nas pressões políticas e económicas dos Estados Unidos sobre a Tailândia, Singapura e as Filipinas e na pressão sentida pela Indonésia e a Malásia de uma possível reacção chinesa aos



Pelo menos 3 milhões de pessoas foram assassinadas entre 1975 e 1979 nos expurgos feitos sob o regime de Pol Pot

seus contactos e entendimentos com o Vietname.

De acordo com jornalistas e analistas ocidentais, o medo de certos políticos asiáticos de que os Estados Unidos, como consequência da queda de Saigão, se retirariam totalmente do Sudeste Asiático, «deixando os peões não comunistas entregues à sua própria sorte», não se concretizou inteiramente.

China e Estados Unidos do mesmo lado

Os filipinos renovaram os seus acordos cedendo bases militares aos Estados Unidos. Por sua vez, a Tailândia, recorde-se, há cinco anos havia permitido que o seu território fosse utilizado pelas forças armadas norte-americanas na mais sangrenta derrota colonial de que há memória. Ora, estes dois países concordaram em se tornar o novo ponto de reunião para uma mobilização contra o Vietname, gozando curiosamente tanto do apoio da China como dos Estados Unidos.

Os tailandeses dizem-se agora confiantes, pois podem pedir e conseguir o suporte aéreo dos EUA «tanto em forças de combate como em meios de transporte».

Singapura, uma desenvolvida cidade-estado dominada por imigrantes chineses, é tida nos Estados Unidos como «fortemente anticomunista» e «pátria dos estrategas geopolíticos de vanguarda da região».

Malásia e Indonésia, com as suas economicamente poderosas minorias chinesas, tenderam a ver a China como a ameaça e o Vietname como «um estado tampão que absorveria os primeiros choques das energias chinesas...» (um eufemismo norte-americano usado agora no caso de uma agressão por parte da China). Esses dois países não acreditavam até recentemente e, talvez nem mesmo agora, que a China desejasse uma solução pacífica para o problema kampucheano, ou qualquer tipo de solução.

O especialista em relações exteriores da Malásia e actual ministro do Interior, Ghazali Sahfie, afirmou recentemente que «a China tem esperança de instalar um regime aliado em Hanói...». Segundo essa linha de pensamento, a China esperaria por uma solução para o problema kampucheano até ao momento em que tivesse o controlo de Hanói, para então «estender a sua influência por todo o Sudeste da Ásia». De acordo com o ponto de vista da Malásia, os

americanos concordam amplamente com tal estratégia. Ghazali acredita também que a China pretende dominar a ASEAN e que a organização e os seus membros poderão estar expostos às maquinações chinesas dentro de cinco a sete anos. Ainda segundo Ghazali, a China havia apoiado o regime de Pol Pot no Kampuchea (o qual ainda sustenta no exílio) com o propósito de «destruir o Vietname» e frustrar os seus esforços no sentido de concretizar a unidade do povo indochinês.

Qualquer que seja a base que fundamente tais especulações, é agora claro que as forças que se levantaram contra a normalização da situação de isolamento em que se encontra o Kampuchea, tiveram um apoio muito maior na área. E isso prenuncia maus presságios, não só para o Kampuchea como para a região como um todo.

Refugiados: fome, miséria, morte

No coração do problema está a miséria, a fome e a morte — agravadas por soluções políticas extremas como as que foram adoptadas pelo regime de Pol Pot — cujos terríveis resultados estão a ser agora contabilizados por sectores da imprensa ocidental. Pelo menos três milhões de pessoas foram assassinadas entre 1975 e 1979 nos expurgos feitos sob o regime de Pol Pot e milhares fugiram para a Tailândia. O problema dos refugiados foi então criado e tem se aguçado nos últimos dois anos devido à fome que assola a região, deixando uma população de mais de um milhão de pessoas à beira da morte.

A maior parte dessa população apátrida tem sido alojada em precários campos dentro da fronteira tailandesa. Cerca de meio milhão deles vêm sendo sustentados pela Cruz Vermelha e pelo programa alimentar da Unicef.

Um dos maiores e mais sórdidos campos de refugiados é administrado

por um conhecido gangster tailandês, Van Saren, estreitamente vinculado a corruptos oficiais tailandeses. Tendo servido ao lado das forças norte-americanas que apoiaram Lon Nol, ele supervisiona actualmente esse campo com a ajuda dos seus «auxiliares». Como admitiu um jornalista ocidental: «o seu evidente gangsterismo é encoberto através de promessas absurdas de libertar o Kampuchea». Iguamente absurdas são as tentativas empreendidas pelo grupo de Pol Pot, no sentido de fazer o mundo ocidental acreditar que eles reconheceram os «erros cometidos» e que, se restituídos ao poder (através da ajuda dos Estados Unidos e dos seus aliados), «permitiriam uma total democracia e livre comércio». Realizaram até comícios com vista a uma futura reorganização dos seus quadros e fizeram tais promessas em hospitaleiros campos nas florestas, onde servem comidas e vinhos franceses... de forma abundante e com impecável gosto.

O uso dos refugiados como um «combustível» para a guerra fria tem sido uma amarga questão desde longa data. Há o temor agora que, a menos que o programa de auxílio ao Kampuchea — iniciado demasiadamente tarde para as vítimas de Pol Pot — seja totalmente isolado de tais pressões e manobras políticas, o envolvimento das Nações Unidas e das suas agências se torne questionável e suspeito. Uma tentativa nesse sentido foi feita no início deste mês pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, quando visitou a Tailândia, entre outros países asiáticos. Observadores que acompanham o desenrolar dos acontecimentos na área esperam que os esforços não se tornem em vão devido à intransigência da Tailândia ou de qualquer outro país. Espera-se que, pelo menos, as Nações Unidas não permitam que as suas agências de auxílio se tornem parte dos esforços feitos para destabilizar o legítimo governo do Kampuchea. □

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "Africa"...

Africa¹
LITERATURA ARTE E CULTURA



Africa²
LITERATURA ARTE E CULTURA



Africa³
LITERATURA ARTE E CULTURA



Africa⁴
LITERATURA ARTE E CULTURA



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a AFRICA EDITORA Av. Principal, Miraflores, Lote 117, Loja 6 - ALGÉS 1495 Lisboa

ANGOLA

Petróleo: uma política independente

A nacionalização e a situação actual das empresas estrangeiras. A falta de quadros nacionais para a pesquisa, comercialização e refinação do produto. A necessidade de se produzir mais para prosseguir o desenvolvimento económico do país.

Luis Henrique



A PESAR de o petróleo angolano representar menos de 1 por cento da produção total da OPEP, ele constitui uma importantíssima fonte de divisas para a economia do país. No entanto, os poços em exploração são já bastante antigos e entram na fase em que começam a diminuir a sua produção. Em 1979, a média diária de produção foi de aproximadamente 140 mil barris. Para manter esse ritmo sem correr o risco de esgotar as suas reservas, o governo de Angola adoptou a posição de estudar o melhor aproveitamento dos poços em exploração e de preparar os poços já conhecidos e ainda não em laboração de forma a

que produzam o mais rapidamente possível. Além disso, torna-se necessário encontrar novos poços que sejam exploráveis. Só desta conjugação poderá ser contrabalançada a tendencial baixa de produção e conseguir-se obter as divisas imprescindíveis ao desenvolvimento económico.

Como país em vias de desenvolvimento, Angola depende dos países desenvolvidos para obter uma tecnologia avançada, como é a pesquisa e a exploração de petróleo. E são, sem dúvida, os países capitalistas desenvolvidos que detêm a tecnologia para a pesquisa e exploração *off-shore* (plataforma continental).

Para manter a independência nacional conquistada com tantos sacrifícios, o governo angolano faz acordos restritos com as multinacionais do petróleo: elas dão a tecnologia e são pagas por isso; não se formam empresas mistas; em 20 anos a empresa estrangeira passa a ser 100 por cento angolana; é o governo quem decide sobre a compra de equipamentos para a empresa estrangeira e quem fixa a percentagem de petróleo que pode ser levado pelas transnacionais.

Faltam quadros

O problema da pesquisa, da comercialização e mesmo da refinação para o consumo interno (a actual refinaria tem já mais de vinte anos e, dentro de pouco tempo, a sua produção será insuficiente para as necessidades do país) são graves devido à falta de quadros nacionais. Também a indústria petrolífera sofreu com a fuga de técnicos no momento da independência. Criou-se então, em N'Gunza, a escola de formação de técnicos médios, ainda em número insuficiente. Enviaram-se igualmente estudantes para o exterior, para a formação de técnicos de nível superior, porém, são ainda poucos para suprir as necessidades actuais.

Neste campo, a cooperação internacional é feita com Cuba, União Soviética e Roménia. Mas a meta a ser atingida, evidentemente, é a de formar quadros nacionais suficientes para dominar a tecnologia de extração do minério, para que ele fique realmente nas mãos do povo angolano.

Foi em 1956 que pela primeira vez se encontrou petróleo em Angola. O poço ficava em Benfica, no vale do Kwanza. Nesse mesmo vale foram descobertos posteriormente, entre 1971 e 1978, outros poços de pequena importância. Actualmente, a Sonangol, empresa estatal responsável pela pesquisa, exploração, distribuição e comercialização interna e



externa, continua a procurar outros indícios de petróleo na região.

No vale do Congo, ao sul do rio do mesmo nome, foram descobertos entre 1970 e 1973 uma série de poços de onde se extrai uma mistura denominada Soyo. Este tipo de petróleo, de muito boa qualidade pelo seu baixo teor de enxofre, não era conhecido no mercado internacional e só depois da independência e da criação da Sonangol é que foi lançado no mercado.

Em relação ao litoral de Cabinda, a Cabinda Gulf Oil Company, que tinha a concessão para a sua exploração, perfurou cerca de 100 poços mas abandonou logo essa região para se concentrar na exploração do *off-shore*, mais vantajosa para os seus interesses. Hoje, o estado angolano pretende reiniciar os estudos nessa zona potencialmente petrolífera.

O petróleo *off-shore* foi descoberto em 1968 nas costas de Cabinda, sendo esses poços actualmente os mais importantes. Há também produção na bacia do Congo (*on-shore*, mas ainda este ano será iniciada a produção no *off-shore*) e na bacia do Kwanza (*on-shore*).

Antes e depois da independência

Antes da independência, diversas companhias e associações exploravam o petróleo de Angola: em Cabinda actuava a Cabinda Gulf Oil Company; na bacia do Zaire, encontrava-se uma associação formada pela Companhia dos Petróleos de Angola-Petrangol (50%), a Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos — Angol (25%) e a Texaco Petróleos de Angola (25%); e na bacia do Kwanza, funcionava uma associação formada pela Petrangol e a Angol com 50% cada uma.

Artigo 11.º da Constituição do País:

«Todos os recursos naturais existentes no solo e no subsolo, as águas territoriais, a plataforma continental e o espaço aéreo são propriedade do Estado, que determinará as condições do seu aproveitamento e utilização».

Artigo 1.º da Lei Reguladora das Actividades Petrolíferas:

«São propriedade do povo angolano, sob a forma de propriedade estatal, todos os jazigos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos existentes no subsolo e plataforma continental, compreendidos no território nacional e até ao limite das águas jurisdicionais da República Popular de Angola, ou em qualquer domínio territorial estabelecido em convenções internacionais sobre o qual se exerça a soberania nacional.»

Depois da independência, a Lei Constitucional, no seu artigo 11.º, estabeleceu que «todos os recursos naturais são propriedade do Estado, que determinará as condições do seu aproveitamento.» Em 1976, durante a nacionalização da Angol, é criada a empresa estatal Sonangol. A Lei dos Petróleos, em 1978, concede à Sonangol os direitos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, extinguindo os atribuídos às sociedades ou entidades estrangeiras, que só podem exercer estas actividades em associação com a Sonangol.

Através de negociações com as companhias estrangeiras, a Sonangol passou a ter 51% dos interesses em todas as áreas: em Cabinda, a partir de Setembro de 1978, e nas bacias do Congo e Kwanza no dia 1.º de Janeiro de 1979.

Para o desenvolvimento das actividades de pesquisa e produção, o *off-shore* foi dividido em 13 blocos, de aproximadamente 4 mil quilómetros quadrados cada um, definindo-se o contrato de partilha da produção como o modelo a adoptar em futuras associações para esses blocos. As-

sim, em princípios de 1980, foi assinado o primeiro desses contratos com a Texaco International Petroleum Company e foram já aprovados pelo Governo dois outros, um com a Total e outro com a ELF.

O contrato estabelece um período de pesquisa de 3 anos, prorrogável por 2 períodos de um ano, com o comprometimento das companhias executarem durante esse tempo um programa mínimo de trabalho em relação à perfuração de poços de pesquisa e de investimentos. Para evitar que o associado estrangeiro obtenha sobrelucros derivados da alta dos preços do petróleo, o contrato estabelece um preço limite indexado com os níveis de preços de exportação dos países desenvolvidos de economia de mercado, revertendo toda a diferença entre esse preço limite e o preço de venda para a Sonangol. □

Quer saber algo mais sobre
as regiões autónomas da MADEIRA e AÇORES ?

farol das ilhas - r. mãe d'água, 13-2.º-f - 1200 lisboa - telefone 36 66 13

f.i.



'Pamberi ne Chimurenga,' a ZANU saúda Samora Machel

A visita do presidente moçambicano ao Zimbabwe foi uma segunda festa da independência. A unidade ideológica entre os dois países, a cooperação e os acordos firmados no contexto da luta por uma África livre.

Etevaldo Hipólito



NO final da primeira semana de Agosto, o presidente Samora Machel chegou a Salisbúria para uma visita oficial, a convite do governo do Zimbabwe. Era essa a primeira vez que os dirigentes zimbabwenses recebiam um chefe de Estado estrangeiro, desde a proclamação da independência da ex-colónia britânica, a 18 de Abril passado. Numa entrevista concedida à televisão local, Mugabe declarou que o facto de Samora Machel ter sido o primeiro alto dirigente a visitar oficialmente Salisbúria era uma forma de demonstrar o reconhecimento do seu povo pelo apoio rece-

bido de Moçambique durante a dura etapa em que decorreu a luta de libertação nacional. A chegada do líder moçambicano foi precedida de uma intensa mobilização popular lançada pelos meios de comunicação social do Zimbabwe. As emissoras de rádio emitiam curtas mensagens sobre o acontecimento e a televisão mostrava fotografias do presidente Samora Machel acompanhado pelo primeiro-ministro Roberto Mugabe, ao mesmo tempo que as paredes e as vitrinas começavam a ser cobertas com cartazes com a fotografia do visitante.

Desde o momento em que o seu

avião, um *Boeing 707*, penetrou no espaço aéreo do Zimbabwe, o presidente Samora Machel foi escoltado por quatro caças *Hawker Hunter* da Força Aérea local. Foram aviões de combate como esses que, até ao início deste ano, martelaram com bombas o território de Moçambique. Partindo da, então, Rodésia, efectuavam incursões contra campos de refugiados, vias de transporte e centros produtivos.

Três medidas tomadas pelo governo de Mugabe chocaram particularmente a comunidade branca, em torno da qual girou até ao momento a vida política da ex-colónia. A pri-

meira delas foi a retirada do seu pedestal, situada numa das principais praças da cidade, da estátua de Cecil Rhodes, o aventureiro que se lançou, no século passado, à tarefa de aprofundar a penetração colonial britânica na África Austral. Um outro monumento, este dedicado à Infantaria Ligeira, conhecida pela intransigente defesa dos direitos da minoria racista, foi de igual modo destruído. Localizada no quartel de Granborne — era a imagem de um jovem militar em uniforme de combate — a escultura homenageava os combates das tropas helitransportadas contra os guerrilheiros da Frente Patriótica, integrada pelas organizações lideradas por Robert Mugabe e Joshua Nkomo.

A unidade rodesiana, presente em fase de desmantelamento, era composta exclusivamente por brancos e a maior parte dos seus membros já se encontra na África do Sul. O desespero de uma minoria de privilegiados que não quer aceitar a nova realidade do Zimbabwe não se restringe a esses episódios: com a presença do presidente de Moçambique, uma colorida e ruidosa multidão comemorava a transformação de Jameson Avenue, a mais importante avenida de Salisbúria, em Avenida Samora Machel. Impotentes, a única saída que restou aos opositores do governo nacionalista foi promover esporádicas incursões de aviões de papel sobre a multidão para manifestarem o seu descontentamento. Sem causarem danos, as mensagens de fundo racista iam terminar sob os pés de alguns dos numerosos manifestantes.

Logo após a sua chegada e antes mesmo dos cumprimentos protocolares, Samora Machel foi ovacionado por uma surpreendente multidão que foi esperá-lo ao aeroporto. Cartazes em *shona*, faixas em português e inglês saudando a visita agitados por milhares de mãos e cantos e sons de atabaques misturavam-se ao alarido quase ensurdecedor da mul-



Como parte das programações, Samora Machel visitou as ruínas do antigo Reino do Zimbabwe

tidão. Depois de anos de isolamento imposto pelo regime ilegal rodesiano, uma tão grande manifestação de massa não poderia deixar de causar impacto. Um alto oficial da polícia chegou a confessar a um correspondente estrangeiro: «Nunca vi coisa igual em toda a minha vida!». A mesma explosão de alegria viria a repetir-se nas várias etapas da visita presidencial que se estendeu até à cidade de Bulawayo, o segundo centro urbano mais importante do país. Por toda a parte, em coro ou isoladas, as exclamações de «Pamberi ne Chimurenga», o slogan da Frente Patriótica, alternavam-se e confundiam-se com a palavra de ordem «A Luta Continua». Ainda no aeroporto, o dirigente moçambicano, depois de ser calorosamente recebido pelo presidente Canaan Banana e pelo primeiro-ministro Robert Mugabe, passou em revista uma companhia do exército, integrada pelas duas forças guerrilheiras e por remanescentes dos efectivos rodesianos.

O que é a independência

Durante a sua visita ao complexo açucareiro *Triangle Limited*, em Buffalo Range, o presidente Samora Machel, iria adiantar uma das tónicas dos seus discursos posteriores — o real significado da libertação de um povo. Essa empresa, cujas actividades tiveram início em 1880, tem hoje uma capacidade instalada de 200 mil toneladas anuais. A sua produção principal continua a ser o açúcar, tendo, no entanto, iniciado há três anos, a produção de etanol.

À saída das instalações da *Triangle Limited*, o presidente Samora Machel era aguardado por grupos de trabalhadores. Subindo para um jipe, ao saudar a independência do Zimbabwe do colonialismo britânico, Machel afirmou que esta não veio libertar uma raça em particular mas todo o país. Condenando, umavez mais, o racismo, explicou que as guerras não são um acontecimento que se verifica apenas quando se defrontam negros e brancos. Antes de

chegarem os colonialistas havia guerras entre pretos. Eram guerras tribais. E, na Europa, houve guerras entre brancos. A guerra não acontece porque há raças diferentes — declarou Samora Machel, para em seguida falar sobre o fundo económico e social, o carácter de classe dos conflitos que explodem em maior ou menor escala.

Pela unidade

Três dias após a sua chegada ao Zimbábue, o presidente Samora Machel participou num importante comício na cidade de Bulawayo. Na sua apresentação, o primeiro-ministro e líder da Frente Patriótica, Robert Mugabe, salientou o papel desempenhado pela luta armada em Moçambique e a importância desse mesmo país, uma vez libertado, na própria história do Zimbábue.

A linha-mestra do discurso pronunciado por Samora Machel foi a unidade do povo como factor básico para se alcançar e consolidar a vitória. Em todas as épocas, os agressores tornaram a sua presença possível graças à discórdia e consequente divisão que lograram manipular nos territórios ocupados. Um ataque particularmente duro foi desfechado contra os colaboracionistas, cuja figura de proa pode ser encontrada em Abel Muzorewa, o dirigente religioso e político negro, que, com base no chamado «Acordo Interno», substituiu Ian Smith no poder. Analisando o perigo que representa para os povos que lutam pela sua libertação essas máscaras, com as quais o opressor encobre a sua verdadeira face, denunciou a eficiência demonstrada pelo reaccionário bispo anglicano. *Vocês souberam neutralizar os traidores, foram vocês que afastaram Muzorewa*, afirmou Samora Machel, para acrescentar em seguida que o ex-chefe do Governo minoritário e ilegal era mais perigoso do que os anteriores dirigentes racistas e que em poucos meses matou mais zimbabwenses e mo-

gambicanos do que os líderes racistas anteriores.

A parte seguinte do discurso pronunciado perante milhares de zimbabwenses abordou a questão da unidade nacional. Essa coesão interna só poderá ser alcançada quando, no Zimbábue, em vez de *shonas, rozwis ou nebedeles* (as principais etnias do país), houver apenas zimbabwenses: Uma das armas que o inimigo, branco ou negro, tentará utilizar para frustrar a independência conquistada com duros sacrifícios será o tribalismo e o racismo. Resumindo o seu pensamento sobre a questão, Samora Machel foi taxativo: *Alguns sentem-se orgulhosos por serem tribalistas, mas, a um tribalista, nós chamamos reaccionário, agente do inimigo*. Analisou, com igual rigor, a função do exército, onde se torna mais evidente o perigo do fraccionamento, devido ao desvirtuamento de tarefas fundamentais como a defesa da independência, a soberania, a integridade territorial e a economia nacional. «A única cor que existe no exército — afirmou Samora Machel — é a unidade». Em relação à função dos partidos políticos na África, o dirigente moçambicano salientou que tais instituições devem ter como objectivo fundamental servir os interesses populares, rechaçando o seu papel de instrumento de invidúos ou grupos. Além de ter como objectivo fundamental a unidade nacional, uma organização política deverá dedicar-se à aplicação de programas que venham corresponder às aspirações e necessidades do povo nos campos económico e social.

A última apresentação pública do presidente Samora Machel no Zimbábue teve lugar no Rufaro Stadium, local onde se realizaram as cerimónias da independência. O seu discurso foi precedido pelo do primeiro-ministro Robert Mugabe, que ressaltou a decisão do seu país de colocar-se ao lado da República Popular de Moçambique e «construir

um futuro de solidariedade e amizade com o povo na defesa dos nossos dois territórios». Foi relembrado o passado comum entre os dois países, não só em relação à história do grande império do Monomotapa, como, principalmente, na luta comum desenvolvida contra os racistas rodesianos. «O povo moçambicano sofreu por nós, o povo moçambicano morreu por nós, o povo moçambicano passou fome por nós», disse o presidente da Frente Patriótica ao sublinhar a base sobre a qual deve ser construída a futura cooperação entre Salisbúria e Maputo.

Acordos assinados

A delegação moçambicana era integrada pelo ministro Joaquim Chissano das Relações Exteriores; Armando Guebuza, comissário político das Forças Populares de Libertação de Moçambique; José Luís Cabaço, ministro da Informação; Luís Maria A. Santos, ministro dos Portos e Transportes de Superfície; Prakash Ratilal, vice-governador do Banco de Moçambique; e Fernando Honwana, assistente especial do presidente da República. Das autoridades zimbabwenses estiveram presentes, além do primeiro-ministro Robert Mugabe, Simon Muzenda, vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores; Enos Mzombi Nkala, ministro das Finanças; Maurice Nyagumbo, das Minas; Emmerston Munangagwa, ministro de Estado no gabinete do primeiro-ministro; David Smith, ministro da Indústria e Comércio; e Nathan Shamuyarira, ministro da Informação.

Em consequência das conversações entre os dois líderes, foi assinado um acordo geral de cooperação e criada uma comissão mista. Os demais textos conjuntos abrangem pagamentos, transportes de superfície, informação, transportes aéreos, comércio, telecomunicações e energia.

O comunicado conjunto



Mugabe e Machel divulgaram um comunicado conjunto em que destacam a nova correlação de forças na região.

Durante a visita de quatro dias que o Presidente Samora Machel da República Popular de Moçambique fez à República do Zimbabwe, foi divulgado um comunicado conjunto, de onde se destacam os seguintes trechos:

«O Presidente da R.P. de Moçambique e o primeiro-ministro do Zimbabwe analisaram a actual situação política internacional e constataram uma

identidade de pontos de vista sobre os problemas fundamentais internacionais que foram analisados, em particular os referentes à libertação dos povos ainda sob o jugo colonial e racista.»

«Eles salientaram o papel e a contribuição do movimento de libertação nacional nas profundas transformações da actualidade e, em particular, na intensificação da luta dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e o *apartheid*, pela

independência nacional, pelo triunfo da paz e da democracia.»

«Reafirmaram, igualmente, a sua firme adesão aos princípios da OUA, do Movimento dos Países Não-Alinhados e das Nações Unidas, foros apropriados para a resolução dos problemas que afectam a humanidade.»

«Ao analisarem a situação da África Austral, os dois dirigentes notaram que a nova correlação de forças na região é favorável às forças de libertação do progresso.»

«Os dois dirigentes saudaram os sucessos alcançados pelo povo namibiano sob a direcção da SWAPO, o seu único e legítimo representante, na luta contra a ocupação colonial e racista do seu país, e reafirmaram o seu apoio e solidariedade militantes para com o povo namibiano na sua luta para alcançar as suas justas e legítimas aspirações à independência nacional.»

«Nesse contexto, reiteraram o seu apoio ao plano das Nações Unidas para a descolonização da Namíbia e denunciaram a criação do chamado executivo namibiano e outras manobras com a utilização de fantoches. Condenaram vigorosamente as agressões perpetradas pelo regime racista e colonialista sul-africano contra a República Popular de Angola e a República da Zâmbia.»

«Os dois dirigentes reafirmaram o seu apoio e solidariedade militante para com a justa luta do povo sul-africano, contra o sistema do *apartheid* e de discriminação racial.»

«Condenaram a acção repressiva das autoridades racistas de Pretória contra o povo sul-africano, denunciaram a balcanização da África do Sul, dividindo-a em *bantustões*. E reafirmaram o seu apoio incondicional ao movimento de libertação da África do Sul.»

«O primeiro-ministro Robert Mugabe salientou o papel activo dos Países da Linha da Frente na libertação dos povos da África Austral e, em nome do povo zimbabwense agradeceu os sacrifícios feitos por esses países na luta de libertação do Zimbabwe.»

«Nesse âmbito, prestaram sentida homenagem à memória do Presidente da República do Botswana, Sir Seretse Khama, cuja dedicação à causa da libertação total dos povos da África Austral constituiu um exemplo e uma fonte de inspiração para novas vitórias.»

«Os dois dirigentes sublinharam o importante significado da iniciativa dos Países da Linha da Frente em convocar a reunião económica de cúpula de Lusaka, cujas decisões são uma garantia para a consolidação dos países independentes e uma va-

liosa contribuição para a libertação dos povos da região, tendo reafirmado a determinação dos seus países contribuirem plenamente para a materialização dessas decisões.»

«Reafirmaram o seu apoio à transformação do Oceano Índico em zona de paz e desnuclearizada e exigiram a retirada das tropas de guerra desse Oceano, bem como o desmantelamento das bases militares de Diego Garcia, Mayotte e de outras partes da região.»

«Saudaram vivamente a retumbante vitória alcançada pela RASD durante a 17.ª Reunião de Cúpula da OUA, em Freetown, ao ser reconhecida pela maioria dos membros dessa organização.»

«Manifestaram o apoio ao povo saaraui e à sua vanguarda, a Frente Polisário, na sua justa luta contra o regime de Rabat. Condenaram vigorosamente esse tipo de prática colonial africana do regime de agressão e expansionista marroquino contra o RASD, Estado africano independente.»

O presidente da República Popular de Moçambique e o primeiro-ministro da República do Zimbabwe reiteraram o seu apoio e solidariedade militante para com o povo palestino e o seu único e legítimo representante, a OLP, na luta contra o regime sionista pela materialização da sua legítima aspiração à autodeterminação e independência nacional. Sublinharam que a paz duradoura no Médio Oriente só será alcançada através de negociações globais que visem o estabelecimento de um Estado palestino independente e a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados durante a guerra de agressão de 1967.»

«Os dois dirigentes reafirmaram o seu apoio à justa luta do povo maubere, de Timor Leste, sob a direcção da Fretilin, contra o regime expansionista e colonial de Djakarta.»

«Notaram com satisfação a atmosfera cordial em que as conversações foram mantidas e decidiram promover trocas de delegações entre os dois países nos diferentes domínios, com o fim de alargar e dinamizar as relações fraternais de amizade e cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República do Zimbabwe.»

«Nesse contexto, ambos reafirmaram a necessidade do estabelecimento de relações multifórmes, tendo em conta as grandes possibilidades existentes para uma cooperação ampla e frutuosa mutuamente vantajosa.»

«Com vista ao incremento da cooperação bilateral de interesse mútuo, foram assinados um Acordo Geral de Cooperação, que cria a Comissão Mista, e mais os seguintes: Acordo de Pagamentos, Acordo de Transportes de Superfície, Acordo sobre a Informação, Acordo de Transportes Aéreos, Acordo Comercial, Acordo no sector de Telecomunicações e um Acordo sobre Energia.» □

leit

“Sasolburg não será a última vez”

A incorporação dos mestiços, o papel dos estudantes e os próximos objectivos militares, depois da explosão dos campos de petróleo. Uma definição da etapa actual da guerra de libertação em entrevista com a secretária de Saúde do African National Congress (ANC), Manto Tshabalala.

Maria Fialho/Sus Van Elzen



COMO explica a súbita explosão de furor por parte dos mestiços actualmente na África do Sul? Em 1976, no Soweto apenas os negros agiram!

Acho que esse facto não é novo. Os que têm seguido a luta de libertação na África do Sul lembrar-se-ão com certeza que, aquando da assinatura em 1955 da *Freedom Charter* todos os grupos representativos da África do Sul a assinaram: mestiços, indianos, brancos e africanos. Deste modo verifica-se que, em 1955, os mestiços já tinham compreendido que a pretensa superioridade que lhes era conferida pelo governo nacional, não valia grande coisa pois que eles continuavam a ser oprimidos tal como os negros, na África do Sul. Por isso, eles fundaram a sua organização própria — que era necessária dado que de facto eles tinham alguns problemas que eram diferentes dos dos negros. Por exemplo, eles eram classificados como uma classe supe-

rior aos negros. No entanto, a organização nunca se esqueceu que eles eram tão oprimidos como os negros. Essa a razão por que subscreveram em 1955 a *Freedom Charter*.

Esta carta foi rotulada pelo governo sul-africano como «comunista» o que significava que aqueles que a tinham subscrito estavam daí em diante submetidos á fúria desse governo e que a própria organização de mestiços tinha de passar a ser muito cuidadosa nas suas actividades. O facto de em 1976 as crianças e os jovens de Soweto terem saído para a rua, dezasseis anos após a interdição do ANC, deve ser encarado como o resultado de um trabalho de longa duração por parte da organização negra. O mesmo acontece hoje em dia no que respeita o que se passa com os mestiços. O que se passa hoje com eles nada mais é do que o resultado do trabalho dos seus chefes na África do Sul. Não é uma explosão caída do céu!

Soweto estava estritamente ligado à ANC e o que se passa hoje com os mestiços está ligado à sua organização.

Há ainda uma outra coisa: se se analisar a estrutura da direcção da ANC, sobretudo no exterior do país, encontram-se lá muitos mestiços. Se eles trabalham no estrangeiro certamente que trabalharão também no interior da África do Sul.

A força organizadora

Qual a ligação entre a acção dos mestiços e a vaga de greves na África do Sul — em Durban, Kaapstad e Port Elisabeth?

Tenho de citar Oliver Tambo (o presidente do ANC) quando ele diz: «quando a luta toma grande amplitude ela envolve-nos a todos porque todos somos nacionalmente oprimidos». Sempre houve greves. Se não se soube da sua existência, se a imprensa não o mencionou isso foi por-

que o governo não quis falar delas — quantos processos não tiveram lugar e quantos membros do South African Congress of Trade Unions (SACTU) não foram condenados por tentarem organizar sindicatos?... Isto não quer dizer que todo este tipo de organizações esteja proibido na África do Sul, tal como o ANC. E se hoje as greves ocorrem paralelamente com outras acções isso não quer dizer que os trabalhadores sigam as directivas das organizações de mestiços ou do ANC mas quer, sim, dizer que a luta se alargou porque ela começa a arrastar todos os que nela participam. E também porque a força organizadora está presente em toda a parte.

E porque é que foram as crianças a desencadear a acção?

Mas as crianças não desencadearam nada! Vocês não podem atribuir isso às crianças porque a luta sempre existiu! E toda a gente participa nela! As coisas não aconteceram como se nunca tivesse acontecido nada, como se nada tivesse sido feito e, de repente, hop! as crianças... É verdade que as crianças têm um grande impacto, as revoltas dos estudantes passam pela revolução. Mas vocês não podem dizer de facto que foram os estudantes que começaram qualquer coisa. Eles reagiram a um problema que tinha a ver directamente com eles, o ensino. Os pais deles tinham outras preocupações, a preocupação da comida, do vestuário, e claro que era difícil para eles entrarem em greve por questões de ensino. O assunto foi deixado aos estudantes que nele tinham competência e que dele se ocuparam de um modo muito eficiente porque se tratava de um tema que lhes dizia directamente respeito. E o facto deles terem sido capazes de vir para a rua em greve, significa que aprenderam dos seus pais as acções políticas correctas. Apenas puseram em prática aquilo de que eles ouviam diariamente falar.

Tem-se falado muito da solidariedade das diferentes comunidades —

negros e mestiços, por exemplo — contrariamente às actuações do governo que tudo tem feito para as dividir. Será que o governo falhou totalmente?

O governo deu às comunidades estatutos diferentes. Os mestiços eram melhores que os africanos, os indianos eram melhores que os africanos, etc... Não digo que todos os mestiços compreendam realmente as consequências disto e não digo mesmo que todos os negros as compreendam mas quem analisar seriamente a situação vê, claramente, que isto não leva a nada: as vantagens dos indianos e dos mestiços nada mais são do que alterações «cosméticas» que deveriam contentar os africanos. Tal como quando eles abriram certos hotéis, piscinas, e bancos aos negros... sabendo-se que, quando se tem fome não se vai nadar, quando não se tem dinheiro não se vai ao banco. Estas aberturas não eram válidas senão para uma minoria. Os mestiços compreenderam tudo isso, que se tratava de uma manobra destinada a dividir as comunidades. Esses retalhos legislativos que tentavam fazer sentir a um indivíduo de cor que ele era melhor que outro não deram resultado.

O que o governo faz é disparar

Diz-se que a atitude dos africanos é hoje diferente da de 1976. Que já não saem para a rua mas que preferem emigrar.

Não acho que eles já não venham para as ruas... Repare que a decisão de emigrar em busca de um treino militar aparece depois de um tempo muito largo de demonstrações pacíficas, de boicotes, de greves, de manifestações de protesto que, no seu todo, não conduziram a qualquer alteração fundamental. Nós pensámos, então, que, se tentássemos falar com o governo sul-africano, de uma maneira calma, pacífica, ele nos iria escutar. Mas o que ele fez foi disparar. Ora não podemos ir

manifestar-nos, dispararem para cima de nós e no dia seguinte irmos manifestar outra vez... Se dispararam é preciso disparar em resposta. Isto não significa que nós não queiramos mais protestar com manifestações mas sim que a prioridade, a partir de agora, é o treino militar. Esta decisão foi-nos imposta. Tínhamos pensado que podíamos resolver o assunto de outra form.

E o resultado é a recente acção de sabotagem contra o complexo petrolífero de Sasolburg? O governo parece considerar isso como uma nova evolução que ele tem dificuldade em digerir?

Bom, a África do Sul está numa situação de crise económica, coisa que o governo não quer confessar. E está também numa crise energética. Ele trabalha dia e noite num projecto destinado a extrair petróleo do carvão de madeira. Isto com a ajuda dos Estados Unidos. Devo dizer que a decisão de nos lançarmos contra os instrumentos do regime do apartheid não é nova: data da fundação da ala militar do ANC. Todavia, uma vez que o ANC foi proibido houve necessidade de um certo tempo para reorganizar a operação. Mas agora nós podemos dizer que estamos preparados para enfrentar o governo sul-africano.

Ele está em pânico porque se vê desafiado por gente que nunca julgou que tivesse capacidade para o fazer. Mas nós fizemo-lo e, ao fazê-lo, provámos que ele não é tão forte como pretende fazer crer com todas as suas medidas de segurança e o seu poderio militar... E para mais nem foi capaz de descobrir os agressores. O que significa que a população se tornou consciente e que os guerrilheiros se puderam esconder depois da operação.

Mas, sobretudo, o governo está em pânico porque nós atingimos-lhe os seus meios directos de existência que é para ele o petróleo — e eu garanto-lhe que não foi a última vez. A coisa irá repetir-se. E o que é idiota

da parte dele é que a sua única preocupação é tirar vingança e bater ainda mais forte sem se dar conta que ao agir assim mobiliza a população e põe os jovens ainda mais furiosos dando-lhes um desejo cada vez maior de fazer ir pelos ares outras instalações.

O Irão fornecia 80% do petróleo importado pela África do Sul. A decisão do governo iraniano de não fornecer mais petróleo à África do Sul virá a ter pesadas consequências?

Evidentemente. O Irão decidiu não fornecer mais petróleo à África do Sul após uma delegação do ANC ter visitado o Irão e ter falado no assunto. Mas sabem com certeza que há sociedades que compram o petróleo para outros países e que depois o passam para a África do Sul. No entanto a decisão do governo iraniano continua a ser um sinal de solidariedade que foi provocado pela resistência. Há, certamente, países que não querem boicotar o petróleo para a África do Sul. Mas o que devemos ter em conta, acima de tudo, é o facto de que há países que tentam fazer chegar o petróleo à África do Sul levando-o de países que decidiram apoiar a nossa causa.

Os próximos objectivos

Ao fazerem ir pelos ares Sasolburg atingiram um dos pontos fracos do regime sul-africano. Há outros pontos fracos no vosso programa?

Como sabem não é intenção nossa matar pessoas. O que realmente queremos é atacar todas as instalações possíveis, capazes de manter vivo o regime do apartheid. Esquadras de polícia, tribunais, etc. O ANC fez uma lista de coisas e instalações que ajudam o regime a estar de pé. Serão elas os nossos objectivos no período seguinte. Já houve ataques a postos de polícia e a um banco — os bancos são, claro, os pilares do regime.

Diz que o governo começa a estar preocupado. Pode-se facilmente de-



A explosão das refinarias de Sasolburg.

duzir que ele vai tentar dar uma solução militar ao seu problema e a História ensina-nos que os povos que atacam o exército com paus e machados perdem geralmente a guerra. Tem qualquer solução para este problema?

Bom, o orçamento sul-africano de defesa duplicou nos últimos anos, senão triplicou e isto é nitidamente uma tomada de posição contra nós. Em Soweto, por alturas do aniversário da revolta, proibiram os jornalistas de lá entrar: eles conduzem ali uma guerra e não querem observadores. Há umas semanas disse-se pela primeira vez no Parlamento, não que a África do Sul ia atacar os países da Linha da Frente, mas: «Atenção, vejam o que a África do Sul fez em duas semanas em Angola — faremos exactamente o mesmo aos países da Linha da Frente se eles permitirem aos terroristas que penetrem na África do Sul a partir do seu território». O clima geral é o desejo de vingança, não apenas contra o ANC mas também contra a população que nos apoia.

Evidentemente que o ANC possui uma «receita» para o problema. Foi o próprio governo que a anunciou ao dar a conhecer a existência de locais de armazenagem de espingardas, metralhadoras e granadas ao norte de Natal, em Joanesburgo... Eis a nossa solução: responder-lhes com as mesmas armas. Não há outra solução. Temos de nos armar e não ape-

nas no estrangeiro mas no próprio interior do país de modo a intensificarmos a luta.

Vai ser uma tarefa dura e longa...

Pensamos que sim. Vai ser longo e terrível. Verdaderamente terrível... Sabemos que vai haver muito sangue, muitos mortos... Mas já houve tantos!.. Pelo menos devemos salvar os que ainda estão vivos. E não podemos salvá-los continuando a fazer manifestações pacíficas. É também importante o facto de que o governo batendo às cegas trabalha no sentido de consciencializar as pessoas que começam a perguntar a si próprias que tipo de governo é que as governa. Quando os filhos abandonam a casa, os pais dizem: bom, o meu filho partiu... E ficam preparados para os acolherem quando eles voltarem. E a tomada de consciência não se dá só com os negros: lembre-se de todos esses jovens brancos que se recusaram a prestar o serviço militar porque não queriam dar o seu aval à política do apartheid. Até os brancos começam a ver que o sistema está errado e o governo acabará por ficar só com a sua máquina de propaganda.

«Eles têm medo do povo»

As reacções do governo mostram-nos o seu pânico mas contrariamente ao que se passou noutros locais a sua atitude torna-se cada vez mais negativa sem nenhuma tentativa de alcançar um

compromisso. *Que espécie de governo é este?*

É preciso ter em consideração que não devemos analisar a política sul-africana apenas no contexto sul-africano. A sua política é apenas uma parte no todo da política imperialista.

Quando se aduzem argumentos como «a África do Sul tornou-se independente já há muito tempo» e que, portanto, não faz sentido uma luta pela independência, eu aceito que a África do Sul teve uma certa independência mas uma independência que de modo algum incluiu os africanos. Não incluiu a maioria das pessoas. E esta é a razão pela qual o governo sul-africano fará tudo para manter o status quo. Porque ele tem medo da maioria do povo, da vontade da maioria que não é somente uma maioria de cor de pele mas uma maioria pelo voto. Todos aqueles que viessem a ser eleitos para o parlamento sê-lo-iam pelas suas capacidades e o governo tem medo disso. Não só por eles mesmos mas porque vêem nisso uma ameaça ao capitalismo, ao imperialismo. O governo sul-africano sofre da loucura típica do imperialismo. Se me perguntarem que género de pessoas são eles posso apenas dizer que são imperialistas. Basta ver quem são os amigos do governo sul-africano. Isto torna, evidentemente, a luta na África do Sul ainda mais difícil. É uma luta complexa, uma luta pela libertação nacional e uma luta que ameaça o imperialismo em África. Tentarão tudo e a qualquer preço para manterem o status quo porque temem que se toda a gente votar, eles venham a perder o seu poder. E as mudanças

verificadas em toda a parte, como por exemplo, no Zimbabwe, foram sempre o resultado de uma luta. O mesmo se irá passar na África do Sul. Não iremos esperar que eles decidam fazer mudanças, iremos exigir os nossos direitos, tal como estamos a fazer neste momento.

Existem divergências entre as forças políticas dos brancos ou elas constituem um todo monolítico?

Há diferentes partidos. O Partido Liberal, o Partido Trabalhista. Mas se, politicamente, eles falam de mudanças essas mudanças estão limitadas a um certo nível. Por exemplo: com as mudanças preconizadas pelo Partido Liberal criar-se-ia uma classe média; certas pessoas podem votar, mas outras não, isto porque há pessoas que não sabem muitas coisas e outras que sabem. O que é uma maneira de protegerem os seus próprios interesses. Quanto a mim direi que a força política dos brancos é monolítica porque ela não leva em consideração toda a população da África do Sul, mesmo quando falam de mudanças. E enquanto as mudanças não significarem «uma pessoa, um voto», nenhuma modificação tem sentido, nem será encarada como tal pela maioria da população.

As semelhanças com Israel

Há semelhanças cada vez mais evidentes entre o governo da África do Sul e os de Israel e de certos países da América do Sul, o Chile e a Argentina, por exemplo, e entre eles todos e o tipo de regime nazi. Vorster disse: «Nós somos pelo nacionalismo-cristão. Podem chamar-lhe um princípio antidemo-

crático, uma ditadura, se quiserem. Na Alemanha chamaram-lhe nacional-socialismo, em Itália fascismo. Na África do Sul nós chamamos-lhe nacionalismo-cristão».

É certo que o governo da África do Sul tem o apoio do governo de Israel.

Há na política de ambos o mesmo sentimento de superioridade que os faz acreditar que há pessoas melhores que outras. Um dos desejos do ANC é acabar, exterminar as fontes do fascismo. Como sabem, os fascistas que fugiram da Alemanha depois da II Grande Guerra encontram-se na África do Sul! Não é segredo para ninguém, que há gente que foi para a Alemanha estudar o fascismo para tentar estabelecê-lo na África do Sul.

O que pensa da proposta do governo sul-africano para abrir conversações sobre uma nova Constituição?

O ANC considera que isso só é possível no caso de duas importantes condições serem cumpridas: em primeiro lugar, a libertação de todos os presos políticos na ilha de Robben ou noutros locais; em segundo lugar, a possibilidade de regresso dos chefes políticos, dos chefes que foram escolhidos pelo povo para defenderem os seus direitos. Se o governo sul-africano escolher determinados grupos para falarem sobre uma nova Constituição, ignorando as condições do povo, as conversações serão desprovidas de sentido. Não se pense que o ANC não quer conversar sobre a nova Constituição mas uma discussão dessas só pode ser válida se os dois grupos se sentarem à mesa. □

leia e assinie o semanário

NOTÍCIAS DO SUL

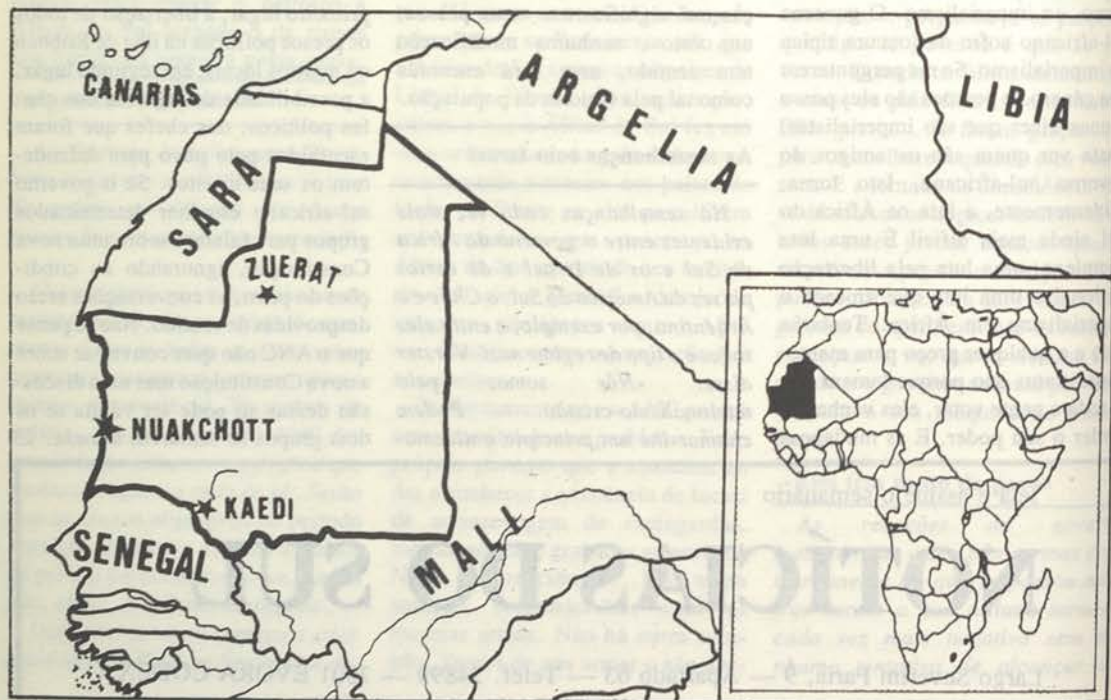
Largo Severim Faria, 9 — Apartado 63 — Telef. 24899 — 7001 ÉVORA CODEX

MAURITÂNIA

O alto preço de um grave erro

*A independência do país e as pretensões imperialistas marroquinas.
A guerra com a Frente Polisário e as sérias consequências para a economia mauritana.
A paz com a República Árabe Saaraui Democrática
e o perigo de uma agressão por parte de Marrocos.*

Said Madani



QUATRO anos de hostilidades contra a Frente Polisário deixaram em ruínas a economia da Mauritânia. Agora, recuperada a paz, o país enfrenta uma outra luta difícil: a reconstrução da sua economia e a marcha para o desenvolvimento.

A Mauritânia é hoje uma nação em reconstrução, depois do terrível desgaste sofrido com os quatro anos de guerra com a Frente Polisário, «o maior erro cometido na curta história do país», segundo os próprios líderes mauritanos. O conflito foi, sem dúvida, um desastre para a economia e uma calamidade política. O difícil processo de desenvolvimento do país ficou virtualmente paralisado pelo desvio de fundos para o financiamento de gastos militares e, sobretudo, pelos severos golpes sofridos pela importante actividade mineira do país, fustigada pela acção da guerrilha saaraui.

Além disso, a Mauritânia quase recaiu no perigoso isolamento internacional que sofreu na década dos anos 60, o maior dos obstáculos opostos à sua consolidação como nação independente. Obtida a independência no dia 28 de Novembro de 1960, a história desta ex-colónia francesa, que cobre um milhão de quilómetros quadrados no extremo ocidental da África, carregou nos seus primeiros anos de vida a marca do isolamento, que chegou a ter efeitos deformantes sobre a economia e o ordenamento político-social do país.

O maior dos perigos que a Mauritânia teve que enfrentar na década seguinte à sua independência foi, sem dúvida, as pretensões imperialistas de Marrocos, que reivindicava direitos de soberania sobre o vasto e rico território sul da nova Nação.

A ameaça que representava para a Mauritânia a atitude marroquina, pelo menos nos primeiros anos, era de carácter mais político do que militar, já que a possibilidade de uma agressão armada era dificultada pela

presença da Argélia e do Saara Espanhol como um colchão amortecedor entre ambos os territórios.

O Grande Marrocos

Mais grave que o problema militar era o vasto apoio internacional com que contava Rabat nas suas aspirações de anexação da Mauritânia num «Grande Marrocos». Os marroquinos conseguiram, inclusive, protelar durante um ano a admissão do seu vizinho meridional nas Nações Unidas. Também obtiveram uma declaração da Liga Árabe condenando o novo Estado como uma «criação do imperialismo». Um outro gesto de apoio a Marrocos, através de um importante grupo de nações que incluía o Egipto, a Guiné, o Gana, o Mali e a então monárquica Líbia, foi a condenação da Mauritânia, em 1961, como agente do colonialismo francês.

Esta hostilidade internacional determinou a inclusão da Mauritânia no grupo das nações de língua francesa da África — as únicas da área que reconheciam o seu direito à independência — e, ao mesmo tempo, expôs ainda mais o novo Estado à influência de Paris, facilitando a dominação neocolonial.

No entanto, as mudanças do panorama internacional durante a década de 60 e a habilidade diplomática do presidente Moktar Uld Dadda — fundador da Mauritânia independente — foram quebrando lentamente o cerco em torno do país.

A primeira conquista de Uld Dadda neste sentido foi o reconhecimento pelas Nações Unidas, finalmente conseguido em 1961. Fortalecida desde o começo pelo importante apoio da Tunísia, a Mauritânia ganhou outro poderoso aliado em 1962 com a independência da Argélia. Mas o maior triunfo diplomático da Uld Dadda aconteceria um ano depois: a Mauritânia era convidada para participar, em Addis Abeba, na

criação da Organização de Unidade Africana (OUA). O convite irritou os marroquinos que resolveram boicotar o encontro.

Abrindo-se para o mundo

Os avanços da Mauritânia, seguindo por difíceis caminhos até ao seu reconhecimento internacional, foram abrandando com o tempo os países que tinham sido inicialmente aliados de Rabat no bloqueio à ex-colónia francesa, e criando também possibilidades de o país desvincular-se das amarras que o prendiam à França, através da diversificação das suas relações exteriores com a abertura para o mundo socialista.

A política internacional da Mauritânia, ditada por Uld Dadda, teve também os seus pontos negativos: em Novembro de 1975 é assinado com o Marrocos e a Espanha (que se retirava da sua colónia) o Acordo de Madrid, pelo qual os dois países africanos dividiam entre si o Saara Espanhol, ficando a região de Saguia El-Hamra (norte) sob o controlo marroquino e o Rio de Oro (sul) com a Mauritânia. A deterioração da situação interna no país, devido às graves perdas humanas e materiais provocadas pela guerra com a Frente de Libertação do Saara (Polisário), foi debilitando a posição de Uld Dadda até que um «Comité Militar de Salvação Nacional» o tirou do poder. Foi uma época em que se sucederam diversos golpes palacianos, culminando com a subida ao poder do tenente-coronel Mohamed Kuna Uld Haidalla, que acumulou as funções de primeiro-ministro e chefe de Estado.

O novo curso dos acontecimentos empreendido com o derrube de Uld Dadda abriu tanto o caminho para a ruptura da desastrosa aliança da Mauritânia com o Marrocos como para a possibilidade de uma paz em separado com a Frente Polisário, assinada no dia 5 de Agosto de 1979.

Assim, depois do calamitoso retrocesso empreendido por Uld Dadda em 1975, a Mauritânia retomava o caminho do desenvolvimento económico e do respeito pelos princípios das grandes organizações internacionais e regionais (ONU e OUA) sobre a autodeterminação dos povos e a estabilidade das fronteiras herdadas no continente africano. Juntamente com a sua recuperação internacional, a Mauritânia partiu para as reformas internas que em parte foram impostas pela guerra com a Frente Polisário.

Um elo entre dois mundos

A Mauritânia é um singular elo entre a África árabe e a África negra. Segundo o censo realizado em 1976, cerca de 25 por cento da população mauritana — 350 mil habitantes — é composta por negros sedentários. Os 75 por cento restantes compõem-se de *berberes* árabes de tradição nómada, estratificados numa casta dominante e numa classe de escravos libertados — os *baratine* — que,

apesar de emancipados, mantinham até há pouco tempo uma relação de marcado servilismo em relação aos seus amos tradicionais.

A guerra provocou o surgimento de tendências rebeldes entre os negros, ressentidos por se verem forçados a sofrer a pior parte de um conflito que, no fundo, não entendiam nem lhes importava. Algo similar ocorria com os *baratine*, que ainda que sem qualquer aliança com os negros, começaram a exigir melhores condições de vida numa reacção às grandes dificuldades que lhes eram impostas pelas exigências do conflito.

Com a guerra convertida numa convulsão social interna, os novos governantes do país tiveram que fazer concessões para salvar a unidade de um povo tão heterogéneo do ponto de vista étnico. Os negros obtiveram um recuo da maioria árabe, que tentava impor uma política de arabização do país e que ameaçava afogar as tradições linguísticas e culturais da população africana, ao mesmo tempo que as exigências dos

ex-escravos abriram possibilidades para um importante plano de reforma agrária.

Novos perigos, entretanto, ameaçavam este processo de recuperação e rectificação, que tentava superar o erro cometido por Uld Dadda, ao assinar, em 1975, o acordo com o Marrocos e a Espanha. Um exemplo dramático desse perigo foi o bombardeio marroquino, em 29 de Julho passado, que atingiu objectivos situados no posto de Nuadhibu na Mauritânia.

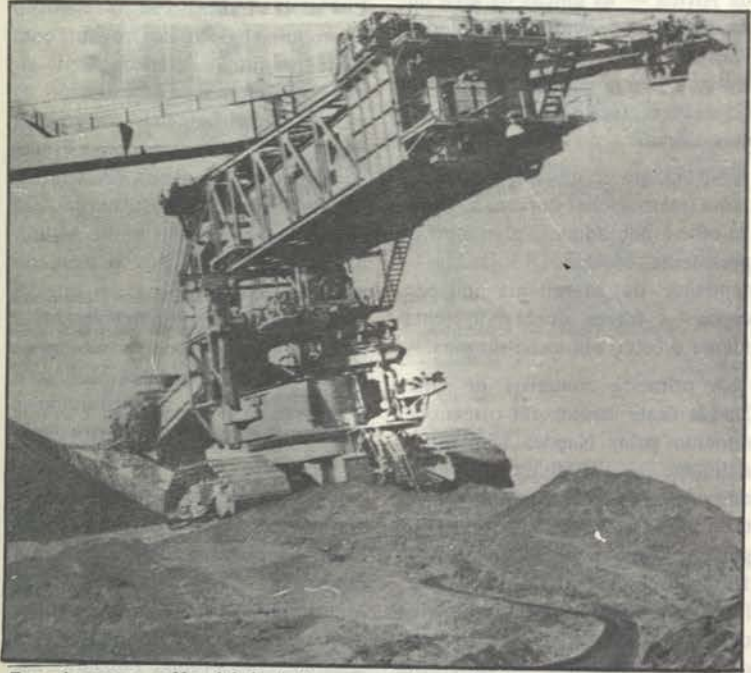
Uma advertência

Houve contradições sobre a magnitude e a significação do episódio, descrito pelos mauritanos como uma agressão sem precedentes, enquanto fontes de Rabat o caracterizavam como mera extensão accidental de um ataque dirigido fundamentalmente contra elementos da Frente Polisário que operavam no ex-território espanhol do Rio de Oro, junto à fronteira norte da Mauritânia.

Nos meios diplomáticos acredita-se que o episódio teve o carácter de uma advertência do Marrocos à Mauritânia diante das versões de que o governo mauritano estaria inclinado ao reconhecimento formal da República Saaraui. A Mauritânia já reconheceu oficialmente a Frente Polisário ao assinar o tratado de paz, e parece inevitável que esta decisão conduza mais cedo ou mais tarde a um formal reconhecimento diplomático.

O episódio de Julho último indica que o Marrocos encararia esse reconhecimento como uma atitude desafiante, temeroso de que esta decisão converta a Mauritânia numa base de operações para a guerrilha da Polisário.

O regime de Nuakchot enfrenta hoje um dilema: O reconhecimento diplomático da República Árabe Saaraui Democrática, consequência lógica da assinatura da paz, poderá provocar um conflito armado com Marrocos. □



Fora da guerra, a Mauritânia tenta reconstruir o país do desastre económico.

ERITREIA

A inviabilidade da solução militar

Um dirigente da Frente de Libertação da Eritreia diz que pela força o seu povo jamais será submetido. Os recentes movimentos estratégicos dos Estados Unidos no Oceano Índico criaram novas dificuldades para um entendimento pacífico com a Etiópia

Mohamed Salem



Aassinatura, divulgada a 22 de Agosto último em Washington, de um acordo que permite à esquadra norte-americana usar a base de Bérbera, na Somália, altera o panorama geo-estratégico do Índico e complica enormemente a situação naquela área.

Isso, no entanto, não constituiu um facto isolado, foi antes o resultado de uma série de movimentos diplomáticos e militares dos Estados Unidos que se seguiram à perda de dois baluartes do seu poderio militar naquela região e no Médio Oriente: primeiro a Etiópia e, mais recentemente, o Irão. De referir que antes de Bérbera, a esquadra norte-americana já havia conseguido facilidades no Sultanato de Oman e na base de Mombaça, no Quênia.

Com as poderosas instalações aeronavais de Diego García, no centro do Índico, o Pentágono completa uma cadeia de bases que dão à sua esquadra uma grande mobilidade da Índia ao Cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano, com um amplo domínio sobre a rota do petróleo iraniano-árabe.

Repercussão na Eritreia

As repercussões políticas desse reordenamento estratégico são importantes, e uma delas a que incide sobre a situação na Eritreia.

No primeiro dia de Setembro passado, a luta armada nesse país completou dezanove anos. Os movimentos que lutam pela independência comemoram essa data como o «Dia da revolução eritreia», e, em geral, celebram-na com operações militares contra as forças etíopes que ocupam o país.

A resistência na Eritreia sofreu nos últimos anos uma transformação importante. Enfrentando a política expansionista do Imperador Hailé Selassié, os eritreus encontraram sempre um apoio decisivo nas correntes e governos progressistas de outros países. Esse apoio reflectia-se

no campo militar, onde, no fim do reinado do Négus, era quase total o domínio dos movimentos de resistência sobre o país. A ocupação etíope só era efectiva na protecção dos portos, aeroportos e vias de comunicação, apesar de constantemente submetidos a ataques das forças patrióticas.

Com a vitória da revolução contra Selassié, houve um momento de esperança numa solução pacífica do conflito com a Etiópia. As negociações então realizadas esbarraram em duas intransigências insuperáveis: da parte etíope, a exigência de que um novo estatuto político para a Eritreia não fosse além de uma autonomia administrativa regional, enquanto os dois movimentos de resistência eritreus, a Frente de Libertação (FLE) e a Frente Popular de Libertação (FPLE) — este de tendência marxista — exigiam a independência total e incondicional. Existe ainda um terceiro movimento, resultante de uma dissidência na FLE, chefiado por Osman Sabhe, mas que carece de representatividade.

Fracassadas as negociações, intensificaram-se as operações militares. Com uma força de intervenção de grande poder — alguns analistas consideram que a Etiópia tem actualmente na Eritreia entre 80 a 90 mil soldados —, os etíopes consolidaram as suas posições em Asmara, a capital, e no porto de Massáua e ampliaram consideravelmente a sua presença no interior. Os eritreus admitem que sofreram derrotas e tiveram que ceder terreno, mas insistem no argumento de que a ocupação etíope se limita ao perímetro urbano das cidades mais importantes, enquanto é absoluto o seu domínio no resto do país.

Solução pacífica

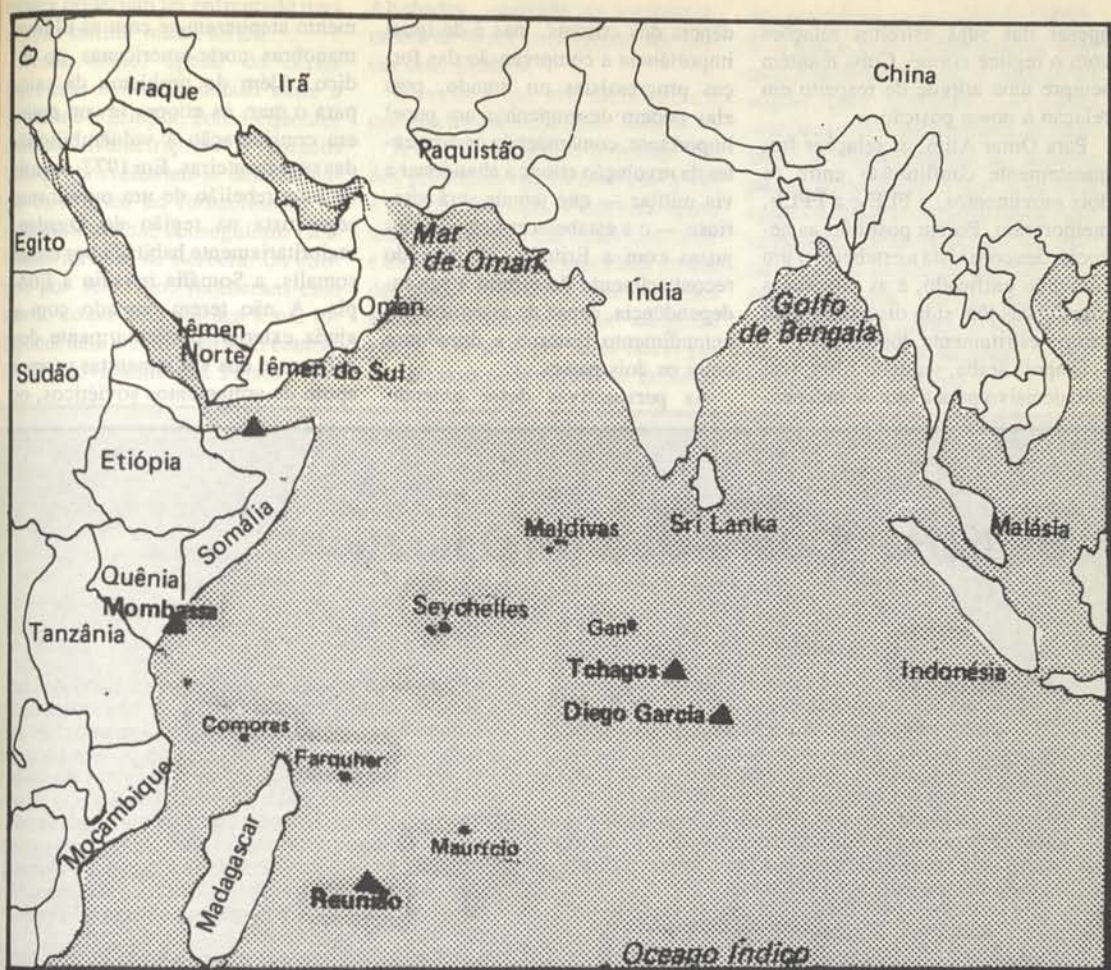
Dirigentes eritreus não perdem contudo a esperança de uma solução negociada para essa confrontação.

Partem do princípio de que são um povo com história, cultura, hábitos e idioma totalmente diferentes dos etíopes. São muçulmanos, enquanto os seus vizinhos são maioritariamente cristãos. E seriam hoje um Estado independente se não fosse a invasão etíope que se seguiu à derrota italiana na Segunda Guerra Mundial. Como é sabido, os italianos no período do fascismo ocuparam, além da Líbia, no Norte de África, a Etiópia e a Eritreia, na África Oriental. Quando foram expulsos destes dois últimos países, principalmente pelos exércitos ingleses, Selassié ocupou a Eritreia, primeiro por mandato das Nações Unidas, logo depois como um acto unilateral de incorporação. Apesar das decisões em contrário das Nações Unidas, reclamando a autodeterminação desse país, os etíopes aí permaneceram.

Os dirigentes eritreus, no entanto, não perderam a esperança de uma solução negociada. Um desses dirigentes é Omar Alim, um jornalista conhecido no mundo árabe, director da Agência Eritreia de Notícias, que tem a sua sede em Damasco, na Síria.

Alim considera que a revolução etíope está dominada por um espírito militarista, mas que essa situação pode mudar, sobretudo porque mais cedo ou mais tarde os seus líderes chegarão à conclusão de que, pela força, jamais submeterão os eritreus. E então não terão outro caminho senão o de reconhecer a sua independência.

No entanto, se a Eritreia se tornar um Estado independente, a Etiópia perderá o seu acesso ao mar e esse é um ponto crucial do desentendimento. «Isso não seria uma catástrofe para os etíopes — responde-nos Omar Alim — há muitos países no mundo que não possuem portos marítimos e desenvolvem-se normalmente. Uma Eritreia independente daria à Etiópia todas as facilidades



Bases militares na região

de que necessita nos seus portos e, inevitavelmente, os dois países estabeleceriam relações de intercâmbio muito estreitas».

O apoio externo

A importância de uma Etiópia revolucionária é reconhecida por muitos Estados e correntes progressistas. O derrube da monarquia constituiu um sério revés para o domínio imperialista da região e consolidou um regime revolucionário que tem realizado avanços políticos, económicos e sociais, fortalecendo as lutas progressistas em África. Natural, portanto, que tenha sido constante o empenho de sectores pro-

gressistas de muitos países em estimular negociações directas entre etíopes e eritreus, o que até hoje não tem surtido efeitos positivos.

Alguns desses sectores mantêm o seu anterior apoio aos eritreus, enquanto outros assumiram posições neutras, procurando abrir um caminho ao entendimento.

Ainda recentemente desenvolvia-se em capitais árabes discretas negociações de paz, que o acordo somali-norte-americano podem vir a frustrar. Omar Alim mostra-se satisfeito porque organizações de esquerda partidárias da independência da Eritreia não modificaram a sua posição. Entre elas está o Partido Comunista Italiano que continua a

dar-lhe apoio..

Segundo Alim, também não se modificaram as relações com o mundo socialista, particularmente com a União Soviética. «É uma distorção da realidade dizer que os soviéticos nos ajudavam militarmente e deixaram de o fazer depois da revolução etíope. Mantivemos sempre relações amigáveis, mas nunca fomos militarmente ajudados pela URSS. Dos países socialistas só Cuba nos ajudou no passado.»

Vem sendo publicado que há cubanos entre as forças etíopes na Eritreia. «Não é verdade — diz-nos Alim — não há combatentes cubanos na Eritreia e nem mesmo funcionários civis. Nos foros internacionais,

apesar das suas estreitas relações com o regime etíope, Cuba mantém sempre uma atitude de respeito em relação à nossa posição.»

Para Omar Alim, as relações frequentemente conflituosas entre os dois movimentos, a FLE e a FPLE, melhoraram. Foram positivas as negociações com vista a estabelecer um comando unificado, e as diferenças ideológicas têm sido discutidas num campo estritamente doutrinário.

O apoio árabe, segundo Alim, tem sido decisivo para a luta de indepen-

dência dos eritreus, mas é de igual importância a compreensão das forças progressistas no mundo, pois elas podem desempenhar um papel importante, convencendo os dirigentes da revolução etíope a abandonar a via militar — que jamais será vitoriosa — e a estabelecer negociações justas com a Eritreia, na base do reconhecimento do direito à sua independência, capaz de assegurar um entendimento fraterno e duradouro entre os dois países.

As perspectivas desse entendi-

mento atenuaram-se com as últimas manobras norte-americanas no Índico. Além do problema da saída para o mar, os etíopes levam muito em consideração a vulnerabilidade das suas fronteiras. Em 1977, a partir de uma rebelião de um movimento separatista na região do Ogaden, maioritariamente habitada por etnias somalis, a Somália invadiu a Etiópia. A não terem contado com a ajuda externa, particularmente dos cubanos e dos sul iemenitas, com o apoio de armamentos soviéticos, os

Berbera: “Quero-Quero’s Operation”

O grande banquete oficial comemorativo da independência de Moçambique — 25 de Junho de 1975 — terminou já na madrugada de 26. Pouco depois do último brinde estávamos a caminho do aeroporto, a convite do presidente da Somália, Siad Barre, que regressando ao seu país, fazia uma visita protocolar a Madagáscar e à Tanzânia. Siad Barre era então presidente da Organização de Unidade Africana (OUA) e foi nessa qualidade que representou a África na data magna dos moçambicanos.

Durante a viagem disse-nos que haveria tempo para a entrevista, à qual dava prioridade por ser a primeira vez que falava a um jornalista latino-americano.

No hotel Juba de Mogadíscio, poucas horas depois da nossa chegada, esperava-nos uma outra surpreendente viagem: tratava-se de ir ao porto de Berbera com uma dúzia de jornalistas ocidentais que se empenhavam em “provar” que ali funcionaria uma base soviética. O ambiente era tenso, com tons de novela policial.

De Hargeisha, antiga capital da Somália Britânica, a Berbera, viajámos num helicóptero de fabricação soviética, abandonando o avião que nos vinha transportando desde Mogadíscio. Dentro do aparelho a temperatura era de 45 graus, mas o «tempo» político e jornalístico ficou ainda mais quente quando um correspondente norte-americano, parece que da NBC, trouxe uma bolsa uma colecção de fotos que afirmava serem as instalações da base soviética, feitas através de um satélite de espionagem.

Já dentro da base somali generalizou-se o desentendimento. Os oficiais da base permitiram-nos entrar

até um certo limite e sugeriram que a partir dali prosseguisse apenas uma comissão de três jornalistas. O embaixador Mohamed Said Samantar, que chefiava a comissão do governo, sugeriu três nomes para a tal comissão: o do norte-americano das fotos do satélite, o de J.C. Pomonti de Le Monde e o meu. O correspondente da Reuter, um inglês de patilhas e cachimbo — o que não era sequer muito original — impugnou a minha inclusão na lista com uma forte insolência, alegando que não me conhecia. Disse-lhe que a recíproca também era verdadeira, embora eu pudesse adivinhar em que águas navegava ele.

Final acabámos por entrar e nada do que vimos autorizava a admitir que aquela fosse uma base de missis ocupada pelos soviéticos. Com os franceses a menos de duzentos quilómetros, em Djibuti, e num momento de grande pressão do governo de Paris sobre a Somália, era muito natural que os somalis tivessem ali uma base para a sua própria defesa. O que realmente não havia era sinal de presença soviética.

Pomonti também opinava o mesmo. Mas, não só o norte-americano das fotos do satélite como os demais correspondentes anglo-saxões, decidiram-se pela existência da base. Um deles foi claro: «Vim convencido disso e não seria preciso vir aqui para confirmar a minha suspeita».

Já em Mogadíscio, no dia seguinte, tive que atender muitas chamadas de jornalistas nacionais e estrangeiros que desejavam conhecer a minha opinião. Passei assim de entrevistador a entrevistado. No clube de imprensa local, disse a dezenas de colegas o que pensava sobre o assunto e contei a história do

etiopes poderiam ter enfrentado uma solução militar muito difícil.

Desde então, apesar do cessar fogo, não baixou a tensão entre a Somália e a Etiópia, com frequentes conflitos fronteiriços. Os Estados Unidos aproveitaram-se desta situação e, a troco do fornecimento de armas à Somália, conseguiram facilidades na base de Bérbera. Os etíopes, por seu lado, receberam esse acordo como uma ameaça à sua independência e como um acto contrário ao Movimento dos Países Não-

Alinhados, contrário ao estabelecimento de bases estrangeiras nos países seus filiados.

É evidente que este facto altera a correlação estratégica no Índico.

A União Soviética constitui um dos principais apoios com que conta a revolução etíope. «Mas esse apoio tem que assentar em bases concretas e uma delas é a sua capacidade de nos dar apoio logístico», afirmava-nos ainda recentemente um dirigente etíope. Ou seja, por mais claras palavras: isso pode significar facilita-

des portuárias à esquadra da URSS. E a única base antissubmarina com que podem contar os soviéticos na região para enfrentar os norte-americanos é o porto eritreu de Massáua. A independência da Eritreia passa, deste modo, a inserir-se num contexto geo-estratégico ainda mais complexo, como resultado da militarização do Índico promovida pelos Estados Unidos, contra o protesto e os desejos dos países da região e do seu órgão máximo de poder, o Movimento Não Alinhado. □

quero-quero (pássaro brasileiro) e da sua tática de defesa: põe os ovos num lugar e vai cantar muito adiante para não revelar a exacta posição do ninho.

O que estava a acontecer era exactamente isso. Os norte-americanos acabavam de desovar uma tremenda base em Diego Garcia, a cerca de mil milhas da costa da Somália, e foram cantar em Bérbera, para confundir a opinião internacional.

A história do quero-quero (tero-tero na versão anglo-espanhola) provocou uma complicação na cabeça de alguns correspondentes, sobretudo na do chinês de Sinjuá que me exigia uma série de especificações sobre a ave. especificações que só os ornitólogos estariam em condições de dar.

No dia seguinte, a anedota aparecia com um cabeçalho pomposo na imprensa internacional: Quero-quero's operation.

Como pensava Siad Barre...

Afinal, saiu a entrevista com Siad Barre, também muito interessado em conhecer melhor o quero-quero. Siad Barre tem um peculiar hábito de trabalho: troca a noite com o dia. Assim, não pareceu nada estranho que nos recebesse às duas da madrugada, bem disposto como se fossem as cinco da tarde. A entrevista tocou muitos problemas e, como não podia deixar de ser, um argumento que ganha hoje nova actualidade: a base de Berbera. Eis o que nos disse então o presidente da Somália: «O que se está a fazer é lançar uma propaganda insidiosa que não tem outra meta que não seja justificar a instalação de bases imperialistas na região. A União Soviética tem ajudado muito a Somália em diferentes campos. Porém a União Soviética nunca solicitou à Somália a implantação de bases militares no seu território. E a verdade é que se tivesse feito esse pedido, a Somália não o teria considerado, como não considerará jamais qualquer pedido desse género, seja quem for que o faça. O povo da Somália e o seu governo revolucionário estão

convencidos de que a presença de bases estrangeiras num país são um exemplo tangível de colonialismo ou de imperialismo, porque uma base representa um instrumento de dominação. A Somália considera que a presença de bases estrangeiras é um sinónimo de instabilidade na região. E, mais ainda, quando instaladas em países subdesenvolvidos. Além disso, concretamente, quando as bases estão no Oceano Índico, agita-se diante dos nossos olhos o germe de uma terceira guerra mundial.»

...e como seria interessante ouvi-lo hoje sobre o mesmo tema

Das visitas que fiz à Somália sai bem impressionado com o clima de discussão ideológica e o esforço comum no sentido da construção de uma nova sociedade, diferente da que fora herdada do colonialismo. Havia muita criatividade e o processo estava impregnado de um evidente sentido popular. Um grupo representativo de líderes civis e militares trabalhava com entusiasmo na construção de um sistema que eles acreditavam desembocar no socialismo.

O general Siad Barre insiste em afirmar que a sua opção socialista não mudou, mas não é fácil explicar, hoje, como um regime que se proclama anticapitalista e anti-imperialista entrega uma base ao Pentágono, implantando os marines no cerne do seu sistema de segurança militar. Ignoraria ele o que isso representa como risco em relação à soberania e à livre determinação do seu povo? E os jornalistas ocidentais que encontramos em Berbera «revoltados» com o acesso dos soviéticos a esta base? Mostravam-se então extremamente zelosos na defesa da soberania da Somália, no caso da base soviética que depois se comprovou não existir. Como reagiriam hoje à presença comprovada dos Estados Unidos no uso das instalações de Berbera?

Neiva Moreira

LÍBIA



As comemorações do 11.º aniversário da Revolução do El Fateh (1 de Setembro de 1969) ficaram assinaladas por realizações e acontecimentos que transcenderam a Jamahiriya Arabe Libia Popular Socialista.

A nível nacional foram inaugurados, nas semanas que precederam o 1 de Setembro, dezenas de empreendimentos industriais, agrícolas e técnicos alguns dos quais de enorme importância para a economia do país e que se enquadram na política de desenvolvimento prosseguida pela Revolução que não esquece não ser o petróleo uma riqueza eterna.

Por absoluta falta de espaço nesta edição teremos de remeter o leitor para um próximo número dos cadernos onde referiremos o muito que vimos das realizações alcançadas pela Revolução do El Fateh.

Dentro das várias reuniões internacionais que decorreram neste período em Trípoli (Conferência dos Ministros Arabes do Interior, 5.ª Sessão do Secretariado Permanente do Congresso do Povo Arabe) teve particular realce a Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo da Jamahiriya contra o Imperialismo, o Sionismo e os Planos Reaccionários. De 30 de Agosto a 1 de Setembro cerca de 170 delegações internacionais políticas e sindicais levaram à capital líbia a expressão da sua solidariedade com o povo da Jamahiriya e referiram as situações que se verificam nos seus próprios países.

Na sessão de encerramento da Conferência, pouco depois de terem assistido durante três horas ao desfilar a pé de milhares de soldados e milicianos numa reveladora demonstração da capacidade militar líbia, os delegados aprovaram quatro documentos finais. Um texto de solidariedade com o povo líbio e com a Revolução do El Fateh, a Declaração dos Princípios de Trípoli na qual em 19 pontos se expressam os principais aspectos da luta anti-imperialista que mereceram um consenso geral, uma resolução condenando as concentrações militares do regime de Sadate e as suas ameaças de guerra e um Comunicado Final da Conferência, uma síntese da Declaração de Princípios, com o seguinte texto:

«A Conferência proclama os seus princípios de base para contribuir para o reforço da independência nacional, do progresso social dos povos e da paz mundial. A Conferência considera que a aplicação destes princípios exige o que se segue:

1) A luta permanente com vista a preservar as liberdades democráticas das massas em todos os países e os seus direitos em se organizarem livremente.

2) Preservação da unidade das forças hostis ao colonialismo e ao sionismo em todos os países.

3) A luta decisiva e permanente contra todas as formas de opressão exercidas pelos regimes reaccionários contra as forças progressistas e democráticas;

4) O reforço da unidade dos países do Movimento Não-Alinhado e apoio à sua luta contra o colonialismo;

5) Intensificação da acção colectiva dirigida pelas forças progressistas e democráticas no mundo com vista a limitar a acção colonialista dirigida contra os povos;

6) Reforço da cooperação entre os povos dos Países Não-Alinhados e as forças democráticas dos países árabes e socialistas. Oferecer toda a ajuda necessária às sociedades em desenvolvimento que lutam pela liberdade, o progresso e contra a dependência e a opressão.



Moammar Khadafi e Afez Assad aquando da chegada deste último a Trípoli

Kadhafi e Assad proclamam um Estado de Unidade

HORAS depois de o coronel Moammar Kadhafi ter anunciado, no discurso comemorativo do 11.º aniversário da Revolução do El Fateh, a proposta de unidade da Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista com a República Árabe Síria os órgãos de informação ocidentais escondiam dificilmente o seu descrédito e uma grande dose de ironia. A sua interpretação desse acontecimento histórico, que poderá a vir a alterar de forma sensível a correlação de forças no Médio Oriente, partia evidentemente dos anteriores fracassos de unidade árabe, dos quais os dois últimos tinham tido no líder incontestado da revolução líbia, o seu obreiro entusiástico e pretinaz.

Radicalmente diferente foi a opinião da imprensa árabe e dos países progressistas, que não escamoteando as dificuldades com que vai deparar a constituição do Estado Unionista, assinalaram a viabilidade do projecto e sublinharam a determinação

não só dos dirigentes líbios e sírios, como a enorme vaga que percorreu (e percorre) os povos dos dois países da Frente da Firmeza.

Com efeito, após a aceitação imediata do presidente Afez Al Assad, as expressões de apoio à proposta de Kadhafi vieram em catadupa dos mais diversos órgãos políticos, sociais, profissionais e culturais não só líbios e sírios, como de outros povos árabes, particularmente dos libaneses e palestinos.

O entusiasmo com que as massas populares da Jamahiriya acolheram, a 8 de Setembro, o presidente sírio em Trípoli e a ratificação revolucionária aos discursos dos dois líderes depois pronunciados no Quartel General do Comando da Revolução davam uma imagem eloquente do espírito unionista de um povo já há muito conquistado para o pan-arabismo.

«Acto de adolescentes», assim classificou com desprezo Sadate a

União Líbia-Síria. Sintomático que isso tenha sido proferido por aquele que, como disse Afez Al Assad a 8 de Setembro, traiu a causa árabe e os palestinos, se rendeu ao sionismo e vende a soberania do seu país ao imperialismo, actuando já como ponta-de-lança dos seus interesses em África, quer ameaçando a integridade territorial da Jamahiriya ou apoiando militarmente os secessionistas de Hisséne Habré no Chade.

Voltaremos num próximo número dos Cadernos a referir a formação do Estado de União. Nessa altura já serão conhecidos os resultados da importante reunião marcada para 10 de Outubro entre os Comandos Revolucionários dos dois países.

Por ora, deixamos aqui dois documentos essenciais lidos pelo major Abdessalem Ahmed Jalloud no 2.º Encontro do Movimento dos Oficiais Unionistas Livres e dos Delegados dos Comités Revolucionários das Forças Armadas líbias.

Proclamação de Trípoli

Partindo dos objectivos fundamentais em que crêem as massas da Nação Árabe, e que consistem basicamente na concretização da Unidade Árabe, na edificação do Socialismo e na libertação das partes ocupadas da Pátria Árabe, partindo igualmente do facto que a Unidade Árabe é um destino em si mesma e que ela constitui o objectivo da Nação Árabe, seu futuro e sua salvação diante de todos os desafios a que está sujeita e partindo das resoluções dos dois Comandos Nacional e Regional do Partido Baas Árabe Socialista e das decisões dos Congressos Populares na Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista no decurso da sua Sessão Extraordinária de 1980, os Comandos Revolucionários dos dois países árabes, líbio e sírio, anunciam a constituição de um Estado Unificado composto pelos dois países, e com base nos seguintes princípios:

1) Um Estado Unificado dispondo de uma soberania total sobre os dois países, dotado de uma personalidade internacional única, realizando a unidade política, económica, militar, cultural total e em todos os domínios, entre os dois países.

2) Esse Estado disporá das suas instituições democráticas populares permitindo às massas exercer integralmente o seu papel na edificação da sua sociedade, do seu futuro, e assumindo as suas responsabilidades, tendo em conta do facto que o poder é do Povo.

3) O Estado da Unidade lutará pela instauração da Sociedade Árabe Socialista Unificada das Massas, na qual o poder pertence ao Povo, por intermédio das suas instituições democráticas, dos seus Congressos, dos seus Comitês Populares, e pela

emancipação definitiva de todas as formas de ditadura, de exploração, e de sujeição.

4) A Revolução Árabe total é uma necessidade de facto e permanente, assente na realização dos objectivos da Nação Árabe, os quais visam edificar a Sociedade Árabe Socialista

da Sociedade Árabe, é o meio essencial para fazer explodir a energia das massas, e de as levar a lutar pela Unidade, e contra o sionismo, o imperialismo e todos os aspectos de subdesenvolvimento assim como contra a reacção. Por consequência no Estado da Unidade, a luta pela



A efectivar-se, a união Líbia-Síria poderá alterar sensivelmente a correlação de forças no Médio Oriente

Unificada das Massas. A Revolução do nosso Estado Árabe faz parte integrante da Revolução Árabe total. A acção que ela desenvolve em todos os domínios inspira-se da estratégica global dessa Revolução.

5) Todas as realizações já concretizadas, ou que o serão por qualquer outro país árabe, num tal estado de desmembramento da Nação Árabe ficarão sempre aquém do seu alcance integral e estão expostas a serem desnaturadas e desfeitas, se a Unidade Árabe não as reforçar ou não as preservar. Assim, qualquer perigo que ameace qualquer parte da Pátria Árabe, ameaça ao mesmo tempo toda a Nação Árabe.

6) A edificação do Socialismo, além do facto que ele representa uma necessidade ditada pelas exigências

edificação do Socialismo, é uma questão essencial.

7) Este Estado constituirá a base do Movimento Revolucionário Árabe.

8) Este Estado é a base, assim que o instrumento da luta contra a presença do sionismo na Pátria Árabe, e pela libertação da Palestina.

9) As massas árabes são o baluarte deste Estado e o seu escudo. Da mesma forma as forças revolucionárias serão os instrumentos que lhe permitirão realizar os seus objectivos e a sua estratégia.

10) O Estado da União, na sua qualidade de base hostil ao sionismo, ao imperialismo e à reacção, é igualmente uma base para a luta árabe palestina, e para a sua revolu-

ção, considerada como um elemento essencial da Revolução Árabe.

11) Este Estado terá como tarefa o reforço da Frente Nacional da Firmeza e da Resistência, na sua qualidade de elo árabe essencial, na luta contra o plano tripartido de Camp David, e que é representado pelo imperialismo norte-americano, o inimigo sionista e o regime fantoche de Sadate.

12) Este Estado agirá para levar os potenciais humanos, económicos e militares dos árabes, e todos os meios de que eles dispõem, ao terreno de combate árabe-sionista, tendo em conta as dimensões nacionais árabes deste combate.

13) Este Estado constitui o germe da Unidade Árabe total. Por conseguinte, ele está aberto a todo o país árabe desejoso de se juntar à sua marcha de luta unionista e interessado em respeitar os seus princípios.

14) Este Estado da União faz parte do movimento de libertação nacional no mundo. É aliado das forças do Socialismo e da libertação, luta contra o sionismo, o racismo, o imperialismo, a opressão e todas as formas de exploração, de sujeição e de reacção.

Os Comandos Revolucionários dos dois países árabes, líbio e sírio, ao anunciarem à Nação Árabe os seus fundamentos históricos, afirmam que este Estado será o Estado de todos os árabes, lutará pelas suas causas, bater-se-á pelos seus objectivos, e edificará o seu futuro, convictos que a Unidade é a via da honra e da dignidade da Nação. Anunciam igualmente a realização de uma reunião comum para aperfeiçoarem as formas e as disposições próprias para a aplicação destes princípios fundamentais, e a instaurar o Estado da Unidade, assim que as suas instituições populares.

Publicado em Trípoli ao 1.º de Doul Kadda da Morte do Profeta correspondendo a 10 de Setembro de 1980.

Proclamação da União entre a Líbia e a Síria



8 de Setembro: perante milhares de pessoas Assad foi a Trípoli dizer sim ao Estado de Unidade

Em conformidade com a resolução das Direcções Nacional e Regional do Partido Baas Árabe Socialista sírio, datada de 2 de Setembro de 1980, e com as resoluções dos Congressos Populares da Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista, no decurso da sua Sessão Extraordinária realizada de 2 a 9 de Setembro de 1980, o Comando Revolucionário da República Árabe Síria e o da Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista decidiram proclamar o seguinte:

- 1) A criação de um Estado unido as duas Regiões Árabes da Síria e da Líbia, no qual o poder pertence ao Povo.
- 2) Este Estado usufrui da soberania total sobre as duas Regiões Árabes da Líbia e da Síria. E dotado de uma personalidade internacional única.
- 3) Os Comandos das duas Revoluções Síria e Líbia constituem um Comando Revolucionário Único.
- 4) O Estado da União tem um só Congresso Nacional Geral.
- 5) O Estado da União tem um só Poder Executivo
- 6) O Comando Revolucionário das duas Regiões Árabes reunir-se-á para elaborar as decisões e as medidas executórias que dizem respeito à aplicação desta decisão num espaço de um mês a partir da data da publicação deste documento.

O coronel Moammar Kadhafi - O presidente Afez Al Assad
Promulgado em Trípoli a 10 de Setembro de 1980

Polónia: liberdade de greve no regime



Walesa e os filhos: a liderança de um movimento de reflexão para o futuro do socialismo.

□ Quando ainda eram grandes as esperanças das correntes anti-socialistas do Ocidente numa confrontação violenta entre os grevistas polacos e o governo de Varsóvia, formalizava-se o acordo que pôs fim às greves. Nele, as principais reivindicações operárias eram atendidas; algumas delas referiam-se a acordos já anteriormente consagrados na legislação mas não cumpridos de facto; outras ampliavam a participação dos trabalhadores na condução dos seus sindicatos e na liberdade na sua organização; outras definiam critérios mais claros sobre a liberdade de informação. Exigências puramente salariais ou de condições de trabalho

figuraram no conjunto das reivindicações atendidas.

O êxito desse amplo e concreto entendimento resultou, não apenas da serenidade e firmeza com que os grevistas conduziram a sua luta, como também da posição conciliatória assumida pelo governo. Foi igualmente importante a influência da Igreja no sentido de um acordo negociado.

Curiosamente, em países em que as greves são reprimidas ou onde não são permitidas, ou nos meios de comunicação onde as causas dos trabalhadores encontram menor ressonância ou são abertamente combatidas, foi onde se deu maior destaque à informação sobre as greves. Subitamente, os operários polacos encontraram defensores ou simpatizantes entre políticos e governantes que nos seus próprios países se incluem entre os mais notórios adversários do progresso social e dos direitos dos trabalhadores. No fundo, o que se procurava era desmoralizar o sistema socialista adoptado na Polónia e «puxar a brasa» às já gordas sardinhas do capitalismo.

Existia, por outro lado, a esperança de que as greves levassem ao colapso o governo polaco e que os tanques soviéticos, repetindo os episódios de Budapeste e Praga, entrassem na Polónia.

Como nada disso veio a acontecer, passou-se a especular sobre a hipótese de que Gierek, comprovadamente doente do coração, deixando o posto de Secretário-Geral do Partido a Stanislaw Kania levasse ao poder uma mentalidade repressiva policial. Kania, no entanto, desfez essas esperanças e reafirmou o seu apoio aos acordos. Foi mais longe: disse que os «sindicatos devem ser parceiros na administração e defensores dos trabalhadores» e

Filipinas: contra a Lei Marcial

□ A abolição imediata da Lei Marcial através de eleições nacionais para «salvar o país do desastre» foi exigida por líderes da oposição filipina, em declaração pública realizada na cidade de Manila. Na declaração foi exigida igualmente a destituição do presidente Ferdinando Marcos e a substituição do seu regime. O documento condena os Estados Unidos pelo seu apoio à ditadura e acusa o regime de corrupção, terrorismo e prática sistemática da tortura.

Argentina: Exportações para pagar dívidas

□ A Argentina encontra-se entre os países que deverão enfrentar grandes pagamentos da sua dívida externa neste resto do ano de 1980, ocupando o quinto lugar entre os maiores devedores, depois da Venezuela, que deve pagar 12 600 milhões de dólares, do Brasil (11 280 milhões), do México (10 600 milhões) e da Espanha (7 070 milhões). O país seguinte, a Argentina, deverá pagar 6 950 milhões, vindo a seguir a Coreia do Sul, com 6 710 milhões de dólares.

socialista

assinalou que as greves foram «o resultado do protesto dos trabalhadores contra os erros da administração».

Isso não significa que tudo tenha terminado na Polónia como se nada se tivesse passado. Um país socialista foi sacudido por um movimento grevista de grande amplitude. O primeiro-ministro, vários ministros e altos funcionários sob a pressão dos acontecimentos, foram demitidos e a economia do país, já com sérios problemas, viu aumentar as suas dificuldades.

O factor mais importante é, contudo, o debate ideológico que se verifica no país e que deve culminar no congresso extraordinário do Partido Operário Unificado Polaco, já convocado com o objectivo de uma análise da crise. Discussão que se torna necessária e salutar para o movimento socialista. Teoricamente, um Estado socialista é um Estado de trabalhadores e os meios de produção devem estar nas mãos destes. A greve não deveria, assim, constituir um instrumento necessário à correcção de erros e desvios.

Por outro lado, quando no sistema socialista se verifica a necessidade de recorrer a este método de luta para a conquista de direitos, significa que nem tudo corre bem e não basta uma severa autocritica para resolver os problemas; tornam-se necessárias medidas correctivas eficazes e urgentes. O facto de o partido e os operários da Polónia se encontrarem unidos em torno da defesa do sistema socialista e desejarem corrigir os desvios ideológicos que eventualmente ocorrem no seu país é por si só positivo e constitui uma real esperança de desenvolvimento para uma positiva evolução futura.

A volumosa dívida externa argentina tem preocupado os círculos financeiros internacionais porque representa 90 por cento do valor das exportações do país, que este ano serão inferiores às de 1979.

O semanário **El Economista** prevê um desequilíbrio de 2 mil milhões de dólares para o fim deste ano, visto que as exportações não serão superiores a 7 500 milhões de dólares, enquanto que as importações elevar-se-ão a 9 600 milhões. Esta última cifra representa um acréscimo de quase 3 mil milhões de dólares em relação às importações do ano passado.

A única coisa que poderá melhorar o sombrio panorama, será um aumento nos preços das matérias-primas de origem agro-pecuária no mercado mundial, o que não parece provável que aconteça.

O petróleo mexicano

□ No seu quarto relatório anual, realizado perante deputados, governadores, líderes políticos e sindicais e representantes do corpo diplomático, o presidente López Portillo dedicou um amplo espaço ao tema do petróleo.

O Chefe de Estado mexicano informou que as reservas existentes no país são agora de 60 milhões de barris, suficientes para 60 anos, e assegurou que já são produzidos 2 milhões e 300 mil barris por dia, o que coloca o México em quinto lugar na produção mundial, depois da União Soviética, Arábia Saudita, Estados Unidos e Iraque. Esta produção era a meta para 1982. Assim mesmo, o presidente anunciou que, em 1981 serão produzidos 2 milhões e 700 mil barris por dia.

A política nacionalista do México em matéria de petróleo — iniciada em 1917 quando se aprovou a Constituição — teve o seu grande momento quando o presidente Lázaro Cárdenas expropriou as companhias estrangeiras em 1938. O presidente López Portillo elogiou no seu relatório o acordo que o seu país assinou com a Venezuela — outro importante produtor sul-americano — para abastecer com petróleo a América Central e o Caribe, com amplos créditos e auxílios financiados. Afirmou ainda que isso deve ser um exemplo para outros países, não só em matéria de petróleo, mas também em todos os campos do desenvolvimento, do respeito mútuo e da justiça social internacional».

Os recursos petrolíferos permitiram um impulso de certos sectores que obtiveram menção especial no relatório do presidente. Assim, foi dito que se espera dar ocupação a 2,2 milhões de pessoas entre 1980 e 1982, segundo o novo plano de criação de postos de trabalho, reduzindo-se deste modo a taxa de desemprego para 9,9 por cento.

Cinco milhões de hectares serão abertos para a agricultura até 1982, dando um novo impulso à reforma agrária, com um aumento de 100 por cento do investimento público no sector.

No «sistema alimentar» iniciado este ano, definiu-se a meta de 9,1 quilogramas por ano para o consumo de peixe por pessoa. O plano prevê ainda a criação de cooperativas pesqueiras e a expansão da infra-estrutura portuária.

O presidente afirmou ainda que dos 68 milhões de habitantes do país, um terço estará a frequentar as escolas ou a participar nalgum tipo de ensino aberto.

Pela primeira vez na história do país, acrescentou o presidente, todas as crianças terão possibilidades de completar a instrução primária, cuja obrigatoriedade é consagrada na Constituição.

Equador: direitos humanos e democracia

□ Realizaram-se em Quito, no mês de Agosto último, duas importantes reuniões latino-americanas. A primeira foi a de um grupo de dirigentes políticos, personalidades religiosas e militantes sindicais, preocupados com o problema dos direitos humanos na América Latina. O presidente do Equador, Jaime Roldós e o presidente eleito da Bolívia, Siles Zuazo foram os presidentes de honra desse acontecimento.

O grave e urgente problema de preservar os direitos humanos na América Latina foi analisado sob múltiplos aspectos. Uma das conclusões da reunião foi a de que há muitas iniciativas isoladas de defesa dos direitos humanos, mas que era necessária uma coordenação das mesmas, de maneira a dar-lhes maior eficácia.

Foi assim que nasceu a Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos, cujo pri-

meiro Comité Executivo, eleito pela assembleia de Quito, ficou assim constituído: presidente, Carlos Andrés Pérez (Venezuela); vice-presidentes, monsenhor Leonidas Proaño (Equador) e Alfredo Vásquez Carriosa (Colômbia); outros membros: Jaime Paz Zamora (Bolívia), Fabiola Letelier (Chile), Oswaldo Guayasamin (Equador), Guillermo Manuel Ungo (El Salvador), Gustavo Carbajal (México), Rubén Bérrios (Porto Rico), José Francisco Peña Gómez (República Dominicana, Leonel Brizola (Brasil), secretário executivo, Horácio Sevilla (Equador).

Nos estatutos da nova associação é defendido o «apoio à luta pela independência e soberania nacionais, às transformações económicas, sociais e políticas, no sentido de estabelecer e afiançar sistemas democráticos de carácter popular», que assegurem a plena vigência dos direitos humanos.

A ligação entre a democracia e os direitos humanos estabelecida nesse documento sublinha um aspecto fundamental da luta dos povos latino-americanos. A associação, cujo dirigente máximo, o ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, promete uma renovada militância nesse campo, foi recebida com muita simpatia na América Latina.

A outra reunião foi uma das assembleias periódicas da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPAL), fundada no México no ano passado e que vem realizando um trabalho político positivo em defesa da causa democrática na América Latina. A conferência tem

Tanzânia regulamenta investimentos

□ Foram recentemente editados na Tanzânia dois manuais definindo as características que assumirão os possíveis investimentos no país. A intenção é a de atrair capitais estrangeiros, limitando ao mesmo tempo o seu raio de acção.

Chamadas pelos seus editores «Manual para investidores na Tanzânia» e «Anuário para a promoção de projectos industriais», as duas publicações delimitam os sectores da economia em que é possível investir capital privado, em empreendimentos conjuntos com o Estado ou de forma individual.

Define-se como «investidores» os governos locais ou estrangeiros, companhias, instituições e indivíduos que desejem investir capitais ou implantar técnicas de gerência. Saliencia-se, entretanto, que o facto de não se cortar a possibilidade dos investidores privados operarem no país, de forma nenhuma implica o abandono dos princípios socialistas.

Os sectores industriais nos quais é possível um investimento cem por cento privado são o sector

têxtil, o sector da tecnologia alimentar e as indústrias químicas e de sabão.

No caso de indústrias que lidem com minérios, açúcar, papel, florestas, o governo analisará primeiro as propostas e fará as investigações necessárias para o estabelecimento de **joint-ventures**.

Outras indústrias, como a do carvão, a da produção de gás natural e petróleo bruto, as salinas e as indústrias vinculadas à defesa, além da administração pública e do transporte ferroviário e aéreo, devem ser controladas pelo Estado.

O ministro da Indústria, Cleopa Msuya, falando por ocasião do lançamento dos manuais, assinalou: «Os investimentos públicos continuam sendo o principal agente da industrialização na Tanzânia, mas a empresa privada pode complementar esses esforços com investimentos na produção de bens de consumo, maquinaria e equipamentos, industrialização de algumas matérias-primas e em alguns sectores nos quais os bens e serviços públicos são insuficientes.

Este ano, foi lançado na Tanzânia um plano com o prazo de vinte anos para acelerar o processo de industrialização e assim estabelecer as bases para a produção nacional dos bens básicos.

desempenhado um notável papel no apoio à consolidação da revolução na Nicarágua e tem dado apoio militante a outras lutas de libertação, como a que se trava em El Salvador, Guatemala e outros países latino-americanos, vítimas de ditaduras repressivas.

O comunicado final da reunião exprime um caloroso apoio à resistência na Bolívia, exortando os partidos filiados e outros sectores democráticos latino-americanos a uma solidariedade militante com a luta liderada pelo presidente Siles Zuazo.

Sobre a posição das forças armadas bolivianas, a conferência assinala: «A COPPAL põe em relevo a atitude das Forças Armadas de vários países do continente, que defendem a institucionalidade democrática ou que contribuíram para estabelecê-la nos últimos tempos.

Consciente de que nas fileiras do exército boliviano há sectores com sentido nacionalista e democrático, a COPPAL faz-lhes um apelo para que se juntem à luta patriótica e nacionalista que visa restabelecer o Governo constitucional legalmente eleito no pleito de 29 de Junho passado.

O presidente da conferência, Gustavo Carbaljal, presidente do Partido Revolucionário Institucional do México (PRI), era um dos vários delegados presentes com representação de partidos no Poder.

Esse facto, somado ao reconhecimento da legitimidade do Governo do presidente Siles Zuazo, dá mais vigor aos acordos ali firmados, de apoio à resistência boliviana.

Sadate em socorro de Hissene Habré

□ Sadate e o seu regime reforçam a sua traição ao povo árabe e africano. Na linha da capitulação de Camp David e após a recente venda da soberania nacional aos interesses imperialistas para a instalação de bases militares norte-americanas e das concentrações de tropas egípcias na fronteira com a Jamarhiya Líbia, acompanhadas com crescentes ameaças a Tripoli, o sucessor de Nasser decide apoiar o agente do imperialismo no Chade; Hissene Habré:

Acyt Ahamet ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de União Nacional do Chade, revelou em Tripoli que em flagrante violação aos acordos de Lagos, conselheiros militares egípcios intervêm no conflito do seu país. Documentos capturados pelas forças governamentais após a captura de Akoro permitem constatar que existe um Estado-Maior comandado por um general permanente na cidade de Abeché ainda em poder de Hissene Habré. Dois voos semanais com aviões Hercules C-130 ligam esta cidade ao Cairo transportando toda a espécie de abastecimentos e diverso material militar egípcio.

A luta da SWAPO

□ Recentemente foram abatidos dois helicópteros na região de Outapi, na Namíbia, no decurso de violentos combates, quando as tropas invasoras do regime de Pretória enfrentaram colunas da SWAPO. Os helicópteros derrubados pertenciam a uma esquadrilha de seis aviões que apoiava a infantaria sul-africana. Poucos dias antes, os patriotas namibianos tinham destruído um campo situado a Noroeste dessa região, pertencente a uma companhia de cavalaria sul-africana, onde capturaram seis camiões e diverso material militar.

O aumento das operações armadas da SWAPO e a audácia das suas investidas demonstram o maior desenvolvimento do seu potencial militar. Num comunicado de guerra que faz um balanço dos últimos meses, a SWAPO descreve a actual situação político-militar, afirmando que «está próxima a declaração unilateral da independência».

A vitória do Zimbábue deu um grande impulso à luta de libertação nesta ex-colónia alemã, situada ao Sul de Angola e ocupada militarmente pela África

do Sul. No final do mês de Julho realizou-se uma importante reunião extraordinária do comité central da SWAPO. A reunião revestiu-se de particular interesse conjuntural em relação ao momento em que se realizou, numa etapa de ofensiva do movimento de libertação. A decisão mais importante do comité central foi «a expulsão de elementos reaccionários conduzidos pelo ex-vice-presidente da SWAPO, Mishake Muyon jo, que já há algum tempo trabalha contra a organização, recebendo instruções da África do Sul». «Temos provas de que Muyongo queria separar a faixa de Caprivi (uma extensa zona do país) do resto do território nacional, opondo-se ao princípio da SWAPO de lutar para libertar toda a pátria e criar um Estado unitário», afirmou Lucas Pohamba, membro do comité central do movimento. Pohamba esteve recentemente em Moçambique para entregar uma mensagem de Sam Nujoma, presidente da SWAPO, a Samora Machel.

A África do Sul quer dividir a Namíbia em bantustões, no estilo da política que aplica no seu próprio território. A SWAPO tem-se oposto sistematicamente a esta política. No dia 26 de Agosto passado, completaram-se 16 anos do desencadeamento da luta armada na Namíbia.

pos políticos, além da corrente militar institucional, inimiga potencial e, por vezes declarada, dos golpistas.

Na sua mórbida fobia anti-esquerda, os seguidores de Luis Arce e dos seus aliados peramilitares cometeram os mais execráveis desatinos. Isso isolou-os definitivamente de sectores sociais e de personalidades que poderiam ser neutralizados com uma atitude mais inteligente.

Diante desse quadro, não causou surpresa a atitude da última reunião de bispos católicos realizada em Cochabamba, que condenou energeticamente a Junta Militar num extenso documento:

«Temos tomado conhecimento da dor e da morte violenta de cidadãos, prisões, torturas físicas e psicológicas, «blitz» e roubos, destruição de estações de rádio e de outros bens, perseguições e ameaças a pessoas sem culpa, demissões em massa de empregados e operários, negação de salvo-condutos a asilados em representações diplomáticas, confinamentos, desterros e outros abusos. Numerosos sacerdotes e religiosas foram detidos, alguns torturados, quase todos submetidos a tratamentos humilhantes. Três dezenas de casas religiosas foram invadidas, muitas saqueadas. Um grande número de padres e freiras teve que se ocultar devido às ameaças recebidas». O documento da conferência episcopal não faz mais que reflectir sinteticamente as posições do povo católico e dos padres que tinham e têm uma atitude militante. As homílias do Arcebispo de La Paz, assim como os pronunciamentos da Assembleia Permanente dos Direitos Humanos, integrada por pessoas de diversos sectores do país, circulam clandestinamente e fortalecem a oposição.

Crise no exército

Os empresários privados — suporte do banzerismo — sentem,

agora, que a máfia no poder não oferece nenhuma perspectiva para os seus negócios nem tampouco tem um projecto económico. Não existem possibilidades financeiras que lhes assegurem uma perspectiva de estabilidade empresarial. Houve e continua a haver casos de empresários e de profissionais a eles vinculados que têm sido detidos por vários dias. Nem os banqueiros, tradicionalmente aliados dos ditadores, acreditam na viabilidade do actual regime.

O sector onde a crise se apresenta mais aguda é no próprio exército. O coronel Vargas Salinas, ex-comandante de Cochabamba, foi destituído, embora tenha resistido à decisão de ser enviado para o exterior, como pretendiam os militares do Palácio Quemado. Hoje, ele movimenta-se comodamente pelas ruas de La Paz e é ostensivo o seu contacto com amigos da época em que era ministro do Trabalho no governo Banzer. E conhecida a sua violenta reacção contra o emissário que lhe mandou García Meza com a finalidade de lhe comunicar a sua destituição do comando de Cochabamba. Vargas Salinas prendeu-o como resposta à destituição.

O ex-comandante de Cochabamba expressa, na realidade, toda uma corrente militar de direita suficientemente lúcida para compreender o erro estratégico do golpe de 17 de Julho, que pode custar caro a toda a instituição militar num futuro próximo.

Resistência

Os partidos políticos (inclusive os de direita que aceitaram como um mal menor a campanha eleitoral) também não têm sido atraídos pela Junta Militar boliviana.

Dentro desse contexto de isolamento interno, tanto no campo social e político como no próprio exército, é que os sindicatos e a actividade clandestina da COB, seguindo uma

velha tradição, estão a articular todo um esquema de trabalho que se estende desde os centros mineiros aos sindicatos fabris, alcançando mesmo as comunidades camponesas. As resoluções da COB que circulam no meio operário, assim como os decretos do governo de Unidade Nacional, firmados por Hernán Siles Zuazo, encontram um ambiente extremamente propício. Esse ambiente expressa a oposição natural das massas populares e também daqueles sectores que o regime de García Meza levou à oposição por força do seu radicalismo.

Os asfixiantes vencimentos da dívida externa a curto prazo e os vencimentos normais, que se estimam em mais de 30% das exportações, são outros tantos factores contra os golpistas. Os banqueiros internacionais acabam de adiar os pagamentos para Janeiro de 1981, mas não houve consolidação ou renegociação da dívida como queriam os militares.

Frente à perspectiva de um difícil e quente Verão, os assessores militares argentinos têm planificado e estão a organizar um corpo especial de repressão, cuja sede será a cidade de Viacha (a 20 km de La Paz, centro de outros regimentos). Nesse local está a ser seleccionado pessoal militar de alta qualificação em todas as Armas. A falta de visão de García e outros, não nos autoriza a pensar que eles possam ser afastados do poder pacificamente, nem mesmo como resultado de mudanças internas nas próprias Forças Armadas, que poderiam contar com o beneplácito de Washington.

Em resumo: se por um lado se pode afirmar que estamos constatando uma certa consolidação militar dos golpistas bolivianos, por outro, a falta de viabilidade política e a existência de uma oposição extensa e generalizada fazem prever a acumulação de contradições e uma instabilidade que favorecerá, a médio prazo, a resistência democrática.

O pacto do Cone Sul

A participação dos serviços de segurança argentinos no golpe militar. O excesso de confiança da esquerda depois das eleições. Uma entrevista exclusiva com a viúva do general Juan José Torres, presidente da Federação Democrática das Mulheres Bolivianas

«**G**ARCIA Meza não é apoiado por ninguém, somente pelas baionetas... Há um repúdio total, inclusive da empresa privada», afirmou a senhora Torres em casa de amigos bolivianos também perseguidos pela actual ditadura. E acrescentou: «Não há nenhum sector social que os apoie, sustentando-se unicamente pela força das armas, e procurando atemorizar e paralisar a resistência popular. Há milhares de presos, milhares de patriotas que permanecem na clandestinidade escondidos. A

repressão faz operações diárias, em plena luz do dia, de buscas e controlo em todos os bairros, nas vias de acesso à cidade, isto é, o governo de Garcia Meza sustenta-se unicamente apoiado no terror policial e militar».

A senhora foi acusada pela ditadura de quê exactamente?

— Até agora desconheço a acusação oficial que determinou a minha expulsão. Mas, extra-oficialmente, sei que a principal acusação é sobre a minha actividade à frente da Federação Democrática das Mulheres Bolivianas (FDMB).

E o que é essa organização?

— É uma organização de mulheres que trabalhou durante dois anos para a integração da mulher boliviana na vida social, política e cultural do país. Em Julho do ano passado, fizemos o primeiro congresso nacional da Federação e traçou-se um plano de trabalho cultural que abrangia todo o país. Na aplicação desse plano, realizou-se um seminário sobre o papel alienante dos meios de comunicação e sobre a sua incidência sobre a mulher. Trabalhámos nos bairros pobres, realizámos cursos de alfabetização, ensinávamos sobre os direitos da mulher e da necessidade da sua integração nas organizações sindicais, sociais e populares. Tentou-se conseguir a superação social e cultural da mulher trabalhadora, operária, camponesa, profissional, dona de casa. Procuramos conseguir a sua consciencialização como ser social e humano.



Desde os primeiros dias de Setembro que se encontra no México — expulsa pelo governo de Garcia Meza — a senhora Ema Oblea de Torres, viúva do ex-presidente da Bolívia general Juan José Torres, assassinado na Argentina em 1976. Ema Torres desempenhava, até recentemente no seu país, a função de presidente da Federação Democrática de Mulheres da Bolívia, uma combativa instituição com actante participação na vida política do país, tendo sido uma das incentivadoras da greve de fome em massa que conseguiu obter a amnistia e o regresso dos exilados no ano passado.

Desde que assumiu o seu posto na Federação de Mulheres, Ema Torres trabalhou intensamente junto da mulher boliviana, contribuindo para a sua tomada de consciência. Por todas as difíceis situações que tem vivido e pela sua militância, Ema Torres é uma pessoa autorizada a falar do seu país.

Como caracteriza o actual governo boliviano?

— Na verdade, este não é simplesmente um golpe a mais dos muitos golpes «habituais» que se deram na Bolívia. Este é um golpe fascista, que teve e tem assessoramento de serviços especializados de informação militar das forças armadas da Argentina e que também tem o apoio financeiro e comercial do governo do general Videla. Esta intervenção argentina na Bolívia é tão descarada que podemos vê-la claramente nos meios de comunicação — totalmente sob o controle da ditadura — já que, tanto na televisão estatal como nas emissoras de rádio, são inúmeros os programas e filmes de origem argentina. O pessoal responsável pela revista aos que saem do país, expulsos ou exilados, é constituído por agentes policiais argentinos. Na realidade, as características deste golpe militar estão naquilo a que se chamou *Pacto do Cone Sul*. Isto não é coisa nova. No ano de 1976, começaram as acções coordenadas entre as políticas e os exércitos dos países do Cone Sul controlados por ditaduras militares. Foi quando, sob essa coordenação supranacional, começaram os assassinatos de patriotas e de dirigentes comprometidos com a libertação dos seus povos, como o general Prats, Orlando Letelier, os uruguaios Zelmar Michelini e Hector Gutiérrez Ruiz e o general Torres. O que acontece hoje na Bolívia é a consolidação desse pacto. Basta recordar que no último mês de Novembro, quando se produzia na Bolívia o golpe de Natusch Busch, realizava-se em Bogotá uma reunião dos exércitos de toda a América, onde foi clara a intenção e os propósitos de desenvolverem uma acção coordenada, uma espécie de cruzada repressiva e antidemocrática, dentro dos objectivos daquilo que se denomina como a doutrina de segu-

rança nacional. E essa coordenação teve o seu primeiro fruto reaccionário agora no nosso país.

Acredita na possibilidade de um contragolpe?

— Em linhas gerais, não podemos descartar essa possibilidade. As figuras que estão à frente da ditadura são muito desprestigiadas e sofrem resistência dentro do próprio exército. As características um tanto insólitas desta ditadura permitem a previsão de que a qualquer momento poderão aflorar as disputas internas, que já existem. Mas, para nós, para a oposição democrática da Bolívia, essa não seria a mudança a que aspiramos. A verdadeira mudança será a entrega do governo àqueles que foram democraticamente eleitos, isto é, o governo de unidade nacional a que preside Hernán Siles Zuazo. Uma simples troca, será uma troca entre eles...

Não será previsível um contragolpe da parte do sector chamado «geracional» ou «institucional» das Forças Armadas?

— O problema é que as Forças Armadas estão presas à «verticalidade de comando». Esses oficiais com ideias progressistas não têm hoje comando de tropa nem se podem expressar livremente. Têm então que admitir esse governo, que submeter-se a ele até que possam recuperar forças, até que, em algum momento — se os deixarem —, possam assumir o controle de comandos importantes.

Um excesso de confiança

Um tema que preocupa toda a América Latina é o que parece ser uma virtual impossibilidade ou incapacidade de defender com êxito as diferentes aberturas democráticas ou governos populares (Bolívia de 71, Chile, Argentina, e novamente a Bolívia). O caso boliviano é rodeado do maior dramatismo, pois a preparação do golpe era pública e notória. Quais são as razões que impedi-

ram a esquerda e o governo de Lydia Gueiler de tomar as medidas necessárias para garantir o respeito pela vontade popular?

— Creio que houve um excesso de confiança da esquerda, fruto do enorme triunfo popular. O que, definitivamente, resultou numa falsa confiança. Não podemos esquecer que houve três eleições (1978, 1979 e 1980) e em todas elas as massas populares se expressaram, de maneira bem clara, a favor de um governo popular e democrático. Viveu-se então — hoje vemo-lo mais claramente — uma etapa eleitoralista, triunfalista e não sei se terão preparado a resistência e os instrumentos necessários para a defesa desse triunfo popular.

E o Comité Nacional de Defesa da Democracia?

— As forças políticas democráticas e populares criaram o *Conade*. Mas também ali não foi estruturada uma organização que pudesse actuar em todos os campos. Havia um certo temor de que a sua actuação irritasse as Forças Armadas. Os altos comandos militares qualificaram o *Conade* de órgão extremista quando foi criado, dizendo que ele preparava milícias armadas, a luta armada, etc. Pelo medo de cair no que era qualificado como «provocação», os partidos populares não se preocuparam muito em fortalecer esses organismos, que se converteram em algo sem força.

Quais são as tarefas prioritárias do momento actual?

— O importante hoje para a Bolívia é coordenar o apoio ao governo de unidade nacional, presidido por Hernán Siles Zuazo. No exterior, unificar as forças para a resistência interna. Temos que conseguir uma convergência popular e, de certa forma, esquecer as siglas e unificar a acção das organizações operárias e populares para que imponham o governo de unidade nacional, que representa a vontade maioritária do povo boliviano. □

A abertura ameaçada

As intimidações e os atentados à bomba contra a redemocratização do país. A opinião da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) através do seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho

J. Kappa



O enterro de Lyda da Silva: dor e revolta.

DESDE que os sectores democráticos foram conquistando espaços na vida política do país, as ameaças e as intimidações foram as primeiras manifestações de uma escalada terrorista que culminou com a morte da funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lyda Monteiro da Silva, no mês passado, quando uma carta-bomba explodiu na sua mão. O facto não só comoveu toda a Nação, pela brutalidade e pela morte de um inocente, mas irritou principalmente todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos na luta pela democracia: a impunidade chegava a limites insuportáveis.

Anteriormente, as ameaças e intimidações já se tinham materializado em destruição e bombas. Os principais alvos eram jornais da Im-

prensa alternativa. Vários deles tiveram as suas redacções completamente destruídas. Criando coragem e cada vez mais audácia, esses grupos antidemocráticos passaram para a agressão pessoal, como aconteceu com o jurista Dalmo Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Igreja, agrêdido à porta de sua casa por vários homens.

Impunes mais uma vez, o método popularizou-se: padres, freiras e populares foram espancados quando da instalação do Governo do sr. Paulo Maluf, governador de São Paulo, na Freguesia do Ó, por exercerem o livre direito de se manifestar publicamente contra aquela autoridade.

No entanto, em momento algum essas demonstrações de força conseguiram interromper o trabalho desenvolvido em prol do Estado de

direito. O próprio presidente Figueiredo manifestou-se, por diversas vezes, pelo prosseguimento da abertura e pelo seu compromisso com a democracia. Porém, as atitudes do Governo foram sempre condescendentes com os actos praticados por esses grupos antidemocráticos, com origem, ao que tudo indica, nos órgãos de segurança do próprio Governo.

Sem serem incomodados pelos órgãos de segurança e sem conseguirem intimidar, ao ponto de estagnar, o processo de democratização, esses grupos passaram a radicalizar a sua actuação, concentrando os seus atentados, mais uma vez, na imprensa alternativa. Bancas de jornais em diversos Estados brasileiros foram atacadas à bomba e ameaçadas de destruição maior, caso voltassem a vender publicações consideradas de esquerda.

Impunes uma vez mais, os métodos foram-se aperfeiçoando, sofisticando. Fizeram explodir o automóvel do deputado oposicionista Marcelo Cerqueira, atacaram a tiro o escritório de advocacia do deputado Airton Soares, líder do PT (Partido do Trabalhador) na Câmara, um dia depois dele ter denunciado, com fotos, a existência de uma força paramilitar a actuar em São Paulo. A partir daí, estava instaurado o regime de terror e o pior viria logo a seguir.

Num só dia, três violentas bombas explodem no Rio de Janeiro: no jornal «Tribuna Operária», destrói a redacção; na Câmara dos Vereadores, atinge o assessor do vereador António Carlos de Carvalho; na OAB, mata Lyda Monteiro da Silva. A perícia indica que o explosivo é de um material importado restrito no Brasil. No dia seguinte, por pouco a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também não sofre os danos de uma carta-bomba. Ninguém é identificado, não há pistas, nada se sabe, pelo menos oficialmente.

É nesse contexto e nesse clima que buscamos a opinião de uma das instituições visadas pelos grupos antidemocráticos, a ABI. Barbosa Lima Sobrinho, seu presidente, fala do momento actual político brasileiro.

Como vê a «abertura» em relação à Imprensa?

— Nós vemos a abertura como uma conquista provável, uma vez que o presidente da República reconheceu que o Brasil precisava retornar ao regime democrático que havia abandonado em 1964. Esse reconhecimento do presidente veio de encontro a todas as lutas que a Associação Brasileira de Imprensa vinha travando desde 1964. Logo que se instalou o regime ditatorial, a ABI tomou posição e lutou sem descanso por um regresso à verdadeira democracia. Aliás, o programa da ABI, quando eu assumi o meu cargo, tinha como luta prioritária o regresso ao estado de direito.

Acredita que essa «abertura» proporcionou realmente uma ampla liberdade à Imprensa?

— Ampla liberdade não diria, porque há no Brasil uma certa má vontade, uma certa prevenção de muitas classes ou de muitos círculos de opinião contra as manifestações e a maneira de ser da própria Imprensa. Um julgamento apressado a meu ver, porque a Imprensa tem que ser considerada como um todo. É uma actividade que tem os seus altos e baixos: que tem os seus momentos de glória nas horas difíceis, mas tem também manifestações que podem não merecer a aprovação geral. Mas isso é natural em todas as actividades. Nós não encontramos nenhuma profissão que não esteja sujeita a esses altos e baixos. Mas se analisarmos o todo da Imprensa, verificamos que ela é essencial ao progresso de qualquer país.

Essa liberdade de Imprensa no Brasil parece estar um tanto limitada, uma vez que o Estado manipula uma verba publicitária de muitos milhões de cruzeiros, que é fundamental para o desenvolvimento da grande Imprensa, dos grandes jornais. Essa veiculação publicitária poderia estar, muitas vezes, vinculada a um controlo da informação por parte do Governo, o que seria uma forma de censura. Como vê esta questão?

— Quando foi criado o Ministério das Comunicações, escrevi um artigo definindo o meu ponto de vista e mostrando que se tratava de verificar a opção que iria ser adoptada por esse ministério. Porque, se ele utilizasse as verbas de publicidade sem facciosismo, eu compreendia perfeitamente; mas se era para transformar essas verbas num instrumento de um grupo de pressão para favorecer correntes governamentais, isso, decerto, não poderia ter a aprovação geral e muito menos a boa vontade da Imprensa, uma vez que só iria servir

à Imprensa que estivesse à disposição do Governo, ou seja, a defender os interesses do Governo.

Mas acha que essa situação existe de facto ou não?

— A liberdade de Imprensa no Brasil é mais um esforço do que uma realidade. É um esforço que tem os seus pontos positivos, mas que tem também alguns aspectos negativos, a começar por essa infinidade de processos que existem contra manifestações que nem sempre tiveram o intuito de caluniar ou de injuriar a quem quer que seja. Como se dá também com um outro aspecto de uma outra liberdade, que é a inviolabilidade da tribuna parlamentar, que não é respeitada integralmente. E se não é respeitada integralmente a inviolabilidade da tribuna parlamentar, nós não vamos imaginar que também se está a respeitar de uma maneira total a tribuna jornalística.

Como vê a actual Lei de Imprensa?

— Temo-nos insurgido contra a Lei de Imprensa e sobretudo contra a Lei de Segurança. No momento em que foi enviado para o Congresso o projecto da Lei de Segurança, já nessa ocasião fizemos um longo estudo da Lei e apresentámos as nossas objecções a todos os preceitos que nos pareciam abusivos e negadores dessa liberdade de expressão. Eu não posso compreender, por exemplo, a apreensão de jornais. A apreensão de jornais feita pelo Poder Executivo é uma violação da liberdade de Imprensa, porque, num regime de ampla liberdade, o Governo não pode apreender nenhum jornal sem uma determinação do Poder Judiciário. Quando se diz liberdade com responsabilidade o que se quer dizer, exactamente, é que, desde que o jornal esteja devidamente registado no registo das pessoas jurídicas, ele tem o direito de circular; e essa circulação só pode ser interrompida com uma intervenção do Poder Judiciário. É nesse sentido que se pode

entender a liberdade com responsabilidade, que é uma liberdade que tem também que ser respeitada pelo poder político.

Todos se devem manifestar

Como analisaria o papel da Imprensa alternativa nesse contexto?

— Essa é uma outra tese que defendemos aqui de maneira intransigente. Acreditamos que só há liberdade de Imprensa com a existência, a presença e a acção da Imprensa alternativa. A opinião divide-se em vários sectores e se alguns desses sectores têm a oportunidade de se manifestar e organizar através de imprensas de grande circulação, existem outros sectores de opinião que também têm o direito de se manifestar.

Na sua opinião, a Imprensa alternativa brasileira estaria cumprindo bem o seu papel? Como explicaria os atentados às bancas de jornais e às redacções de vários jornais alternativos? Seria fruto da sua competência ou da sua incompetência?

— Acho que a Imprensa alternativa está a cumprir o seu papel. Nesse ponto, nunca esqueço a lição de D. Pedro II. Quando ele escrevia conselhos à Regente, no momento em que ia para a Europa e o Governo passava a ser exercido pela sua filha, dizia que ela devia tolerar os excessos da Imprensa, que muitas vezes eram de sabafos da oposição, mas que não mereciam nenhuma repercussão maior porque, se fossem injustos, cairiam por si mesmos e se fossem justos, estariam atendendo ao dever do próprio jornalismo.

Os atentados à bomba são acções de terrorismo que estão a expandir-se de tal maneira que, de 1968 até hoje, já se registaram no Brasil mais de 70 actos de terrorismo contra diversas entidades e associações. Esses actos visam organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que não está fazendo mais do que cum-



Barbosa Lima Sobrinho: de 1960 até hoje foram registados mais de setenta actos de terrorismo contra entidades e associações.

prir o seu dever. A OAB pertence, por lei, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e, portanto, se pertence por lei a esse Conselho, tem a obrigação e o dever de se manifestar toda a vez que tiver pela frente uma violação desses direitos da pessoa humana. Como explicar o facto de que uma organização que está a cumprir estritamente o seu dever seja atacada com bombas, não só por essa recente mas por outra que lá explodiu há alguns anos, numa época em que nós também sofremos aqui, na ABI, um atentado à bomba. Nós também não fazemos mais do que cumprir o nosso dever, uma vez que fazemos parte do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Temos que estar vigilantes e acudir a todos esses direitos que por algum motivo sejam violados ou que sofram qualquer ameaça.

Acredita que o Governo está completamente inocente nesses episódios?

— O presidente da República fez declarações tão peremptórias que não vejo como duvidar delas, mesmo porque não me parece que o presidente João Figueiredo seja um homem que oculte pensamentos ou que tenha atitudes hipócritas ou de aparências. Ele dá-me a impressão de ser um homem realmente sincero. Creio que ele deseja apurar e evitar daqui por diante esses actos de violência. No entanto, entre a opinião dele e a realização dessa opinião através dos órgãos de repressão, há uma grande distância, pois os órgãos de repressão costumam criar todos os obstáculos à apuração de atentados em que eles ou os seus amigos distantes estejam de qualquer modo envolvidos. Essa é uma experiência que se pode ter à margem de todos os processos policiais do Brasil, porque não são raros os processos policiais que se organizam, mais preocupados em castigar a vítima do que o verdadeiro culpado. □

Multinacionais: o perigo também vem do Oriente

Um projecto agrícola destinado a internacionalizar 500 mil quilómetros quadrados, quase 7 por cento do território brasileiro.

O veto do Instituto de Planeamento Económico e Social (IPEA) e os grandes interesses que estão por detrás da iniciativa japonesa.

Hélio Duque*



* O autor é deputado federal da oposição pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)

O território brasileiro encontra-se invadido pelas empresas transnacionais em todos os sectores dinâmicos da sua economia. Em relação à propriedade da terra, 10 por cento da área encontra-se já na posse de empresas transnacionais. Com a agravante de que existem 30 mil declarações de posse da terra ainda não devidamente legalizadas junto do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A isto junta-se a brutal concentração da posse da terra: 1,7 por cento da população detém 52 por cento do total das terras brasileiras.

Nos campos deambulam os exércitos de miseráveis, compostos hoje por um contingente de mais de 10 milhões de desempregados rurais. Este número aumenta diariamente, a partir do instante em que foi imposta ao país uma agricultura de exportação, com a implantação de uma sofisticada técnica produtiva, através do fornecimento de meios de produção, quer químicos quer mecânicos, que provocam desemprego. Meios estes fornecidos num ciclo de permanente dependência por empresas transnacionais, que, assim, dentro do modelo de agricultura conservadora que o Brasil passou a praticar, assumem um efectivo controlo da situação. Entretanto, faltam os produtos básicos, como o arroz, feijão e milho, responsáveis no ano passado por importações da ordem dos 320 milhões de dólares. Em 1969, quando a população era de 90 milhões de habitantes, o Brasil produziu 2,22 mil toneladas de feijão; em 1979, quando a população atingia 118 milhões de habitantes, a produção decresceu para 2,17 mil toneladas.

A terra, já de si concentrada e mal utilizada, passa a servir os desígnios exportadores das transnacionais, que começam agora a ocupar espaços na própria frente produtiva, não se contentando já apenas com o domínio do fornecimento dos meios de produção

básicos e do fluxo da comercialização.

Perigo Oriental

Vem do Oriente, mais precisamente do Japão, a nova estratégia posta em prática pelo capital estrangeiro. Com a conivência de expressivos sectores do próprio governo, a acção dos japoneses — através da *Japan International Corporation Agency* (organização governamental japonesa), da *International Development Center of Japan* e da *Japan-Brazil Agricultural Development Corporation* formada por empresas e pessoas físicas do Japão — mostra o nível de dependência a que o Brasil chegou.

Além da ocupação de áreas de terra em várias regiões do país, os nipónicos empreendem uma vigorosa acção destinada a internacionalizar o equivalente a quase 7 por cento do território do Brasil, na região do cerrado brasileiro e no centro oeste, próximo de Brasília.

No Parlamento este facto foi já denunciado mostrando-se que o Brasil não pode aceitar a internacionalização de uma área de 500 mil quilómetros quadrados, da qual fazem parte as regiões do Triângulo Mineiro, sul de Goiás e a região de Pirapora, em Minas Gerais, com a ocupação por parte de grupos japoneses que produziram soja, milho e sorgo destinado ao mercado externo. É o que prevê o estudo elaborado pela *Japan International Corporation Agency*, já entregue ao governo Figueiredo, de acordo com a vontade da Agência de Cooperação Internacional do Japão e do Centro Internacional de Desenvolvimento do Japão, órgãos contratantes do «Estudo de Desenvolvimento de Três Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, República Federativa do Brasil».

É mais um escândalo. Instituições japonesas já contratam a elaboração de estudos para a ocupação de vastas áreas do território brasileiro, bem ao gosto da nova concepção da trilateral. O estudo foi elaborado por 11 técnicos japoneses, que são os srs. Chujiro Ozaki, Yuji Nakajima, Takashi Sato, Hitoshi Yanase, Naohiko Toda, Masamitsu Totiyama, Hiroshi Yamamoto, Noboru Takebe, Kiminari Tachiyama, Fumicatsu Tachibana e Tetsuo Wakui, além do brasileiro Mário Bhering, representante dos Estados analisados pelos nipónicos.

O objectivo central é, como diz o estudo da «Japan Agency», na sua página 2: «Atribuir competitividade internacional à maciça quantidade de produtos agrícolas dela provenientes e embarcá-los para os grandes mercados externos de cereais, através de instalações portuárias instaladas nas proximidades de Vitória, no Espírito Santo». Mais adiante, na página 5, afirma: «Há necessidade de se encontrar meios que possibilitem a plena utilização das potencialidades agrícolas da região do cerrado, transformando-a num celeiro capaz de alimentar uma importante fracção da população mundial, e com o propósito de aumentar ainda mais a importância da posição ocupada pelo Brasil no cenário internacional».

Quanto aos transportes, o relatório refere: «metade da rota (cerca de 500 quilómetros) a ser percorrida pelos produtos agrícolas até ao porto de Vitória, no Estado de Espírito Santo, é coberta pela moderna ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce, que é dotada de uma grande apacidade de transporte».

Além da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no trecho Vitória-Nova Era (M. Gerais), os demais roteiros para cobrir o corredor de exportação nipónico seriam assegurados pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA), garantindo transporte rá-

pido, seguro, estável e barato para os produtos a serem exportados.

Enclave agrícola

Na verdade, o que o Japão deseja é um grande enclave agrícola na região central do país, com um corredor de exportação preferencial de mais de mil quilómetros, por onde escoaria a fantástica produção, de grãos provinda dos cerrados, com destino aos mercados externos, especialmente o japonês. Foi fixado o ano de 1990 como limite para o projecto alcançar o seu desenvolvimento mais acentuado, com a exploração dos produtos agrícolas originários da área ocupada, disciplinadamente definida como área A e B.

O Brasil, por seu lado, entraria com tudo, e será, sem dúvida, prejudicado se viabilizar tal projecto. A entrega da sua soberania e a mutilação do seu território, afectando directamente a própria segurança nacional, eis o que seria uma área sob controlo produtivo alienado ao mercado internacional. Acrescente-se que todas as doações de infra-estrutura caberiam ao país, além de «incentivos» vários.

Ainda a respeito dos investimentos de infra-estruturas, diz a *Japan Agency*, nas páginas 12 e 13: «Em princípio, isto pode ser conseguido através da criação de fazendas de grande porte a serem exploradas com mentalidade empresarial, procurando usufruir de todas as vantagens oferecidas pela escala das suas actividades. É também recomendável criar-se paralelamente fazendas de pequeno e médio porte, funcionando em sistema de operação colectiva, sob uma orientação técnica e apoio seguros por parte das autoridades». Mais abaixo, nessa mesma página 14, advogam medidas fiscais relativas à aquisição de terra, créditos e outras formas de incentivo.

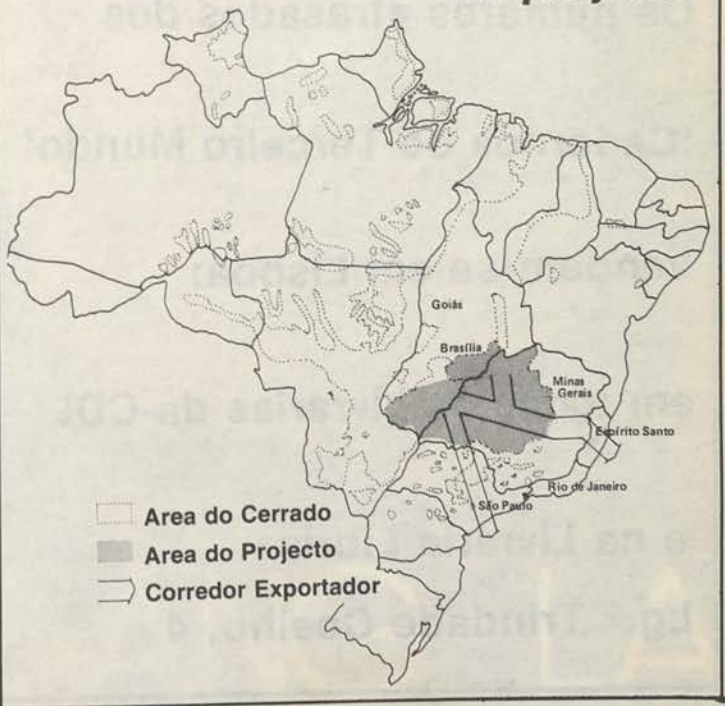
Contra a proposta

Logo que a *Japan International Corporation Agency* oficializou o seu estudo, o Instituto de Planeamento Económico e Social, órgão da Secretaria de Planeamento da Presidência da República brasileira, vetou os termos da proposta, desaconselhando o Brasil a aceitar a ocupação dos cerrados, como defendia a proposta japonesa. Afirmou o Instituto, em sério e documentado relatório, que a proposta era temerária e nociva ao país. Numa das passagens do referido relatório afirma-se: «No entanto, está previsto no estudo ampla concessão de subsídios ao transporte, para tornar competitivo o preço final. Da mesma forma é sugerido que todos os investimentos realizados sejam feitos pelas companhias ferroviárias envolvidas, para não onerar financeiramente as referidas empresas e não elevar os fretes,

pois de contrário os preços dos produtos não seriam atractivos (para os compradores, isto é, os próprios japoneses). Efectivamente, o que se postula são subsídios aos importadores». E continua: «os ónus decorrentes dessa empreitada são: contrair mais empréstimos no exterior (bancos japoneses), ocupar uma extensa área, já muito valorizada, apenas com produtos para exportação e, o que talvez seja mais importante, além de eliminar outras alternativas de exploração, intensificar o êxodo rural».

O relatório do IPEA não mereceu do governo a importância devida, pois existem grupos de tecnocratas desejosos de viabilizar o projecto. Em certo trecho, o IPEA demonstra que a concentração da terra, como desejam os nipónicos, seria fatal, com graves reflexos sociais: «Sob este ponto de vista, o projecto da «JICA» apresenta um pecado origi-

Localização nos Estados e área do projecto



nal — desocupar, desempregar e expulsar trabalhadores. Por causa disto, ele vai de encontro não só a estas necessidades nacionais, mas, até mesmo, a um programa especial do Governo para a região».

Apela o IPEA para o caso concreto do cerrado brasileiro, que pode e deve ser repensado em níveis de ocupação compatíveis com os interesses nacionais, mostrando que a solução que o Brasil deve implementar é a de desenvolvimento de projectos, onde a repartição da terra esteja presente, simultaneamente com um planeamento agrícola que ajude o país a alcançar a autosuficiência em vários itens da sua pauta de consumo.

O IPEA mostra a saída

E o Instituto aponta a verdadeira saída: «Nos dias de hoje, com a técnica disponível, pode-se produzir no cerrado, obedecendo à aptidão do solo e através de sistemas de produ-

ção consorciados, para os quais as empresas associativas são as mais habilitadas, o seguinte leque de culturas: *temporárias* — arroz, feijão, soja, trigo, milho, sorgo, mandioca, algodão, mamona, etc.; *permanentes* — café, babaçu, frutas cítricas e inúmeras espécies frutíferas que poderiam inclusivamente ser utilizadas para o reflorestamento; *semipermanentes* — cana-de-açúcar, etc.; *reflorestamento* — eucalipto e outras espécies de ciclos curtos com raízes profundas».

E continua: «Reservar esta área, com imenso potencial, para a produção exclusiva de grãos para o mercado externo não pode também interessar ao país. Isso seria o submetimento às condições monopolísticas ou oligopolísticas vigentes internacionalmente, na medida em que não temos controlo sobre as mesmas».

As razões técnicas produtivas foram todas rechaçadas pelo próprio IPEA, mas o seu trabalho não está a receber dos tecnocratas do Planea-

mento e sectores afins o nível de importância fundamental que detém.

Com efeito, como a memória nacional brasileira é muito fraca, é preciso que se lancem algumas perguntas: como, por exemplo, a viagem no final de Fevereiro último ao Japão dos srs. Akihiro Ikeda, assessor económico do Planeamento e Paulo Yokoto, do INCRA. Não estaria ela no cerne das negociações envolvendo essa área? E bom é não esquecer que o ministro da Agricultura, Amaury Stábile, é membro integrante do *staff* da Sharp, subsidiária da Sharp Corporation que tem sede em Osaka. E a recente viagem do ministro dos Transportes, Eliseu Rezende, ao Japão, não teria sido para tratar dos aspectos de transporte relacionados com o projecto japonês no cerrado?

Trata-se, no fundo, de mais um capítulo de entreguismo e subserviência ao capital estrangeiro que o Estado autoritário, em desrespeito à Nação, pratica.

**Os números atrasados dos
'Cadernos do Terceiro Mundo'
vendem-se em Lisboa:
em todas as Livrarias da CDL
e na Livraria Libris
Lg.º Trindade Coelho, 4**

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números)
Esc. 500\$00
Semestral (6 números)
Esc. 300\$00

Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau,
Moçambique,
S. Tomé e Príncipe:

(12 números, via aérea)
Esc. 850\$00
ou US\$18

Restantes países:

(12 números, via aérea)
US\$22

leit

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda • Tel. 73071 7 / 3 CP. 342
Telex 21 IN CAFF LUANDA

5
anos

de Independência
na Reconstrução Nacional
na edificação do Socialismo

25 JUNHO DE 1980

